

A GUERRA CIVIL EM FRANÇA¹

Karl Marx



(O estudo da Obra de Marx e Engels é fundamental para qualquer revolucionário.
A Editoria Avante! está a reeditar as Obras Escolhidas de Marx e Engels em III Tomos.
Apelamos a que façás desde já a encomenda desta importante edição para:
editorial.avante@pcp.pt)

¹ A Guerra Civil em França: uma das mais importantes obras do comunismo científico, na qual, na base da experiência da Comuna de Paris, foram desenvolvidas as principais teses da doutrina marxista sobre a luta de classes, o Estado, a revolução e a ditadura do proletariado. Redigida como mensagem do Conselho Geral da I Internacional a todos os membros da Associação na Europa e nos Estados Unidos, teve como objectivo armar a classe operária de todos os países com a compreensão da essência e do significado da luta heróica dos communards, colocar ao alcance de todo o proletariado a experiência histórica-mundial desta luta. Neste trabalho foi confirmada e desenvolvida a tese, exposta por Marx na Obra “O 18 de Brumário de Louis Bonaparte” (ver Obras Escolhidas de Marx e Engels em III Tomos, t.1, pp422-516), da necessidade de o proletariado quebrar a máquina de Estado burguesa. Marx chega à conclusão de que a “classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objectivos”. Deve quebrá-la e substituí-la por um Estado do tipo da Comuna de Paris. Esta conclusão de Marx sobre o Estado de novo tipo – do tipo da Comuna de Paris – como forma actual da ditadura do proletariado constitui o principal conteúdo da nova contribuição dada por Marx para a teoria revolucionária.

INTRODUÇÃO DE FRIEDRICH ENGELS À EDIÇÃO DE 1891²

Chegou-me inesperadamente a solicitação para editar de novo a Mensagem do Conselho Geral internacional sobre *A Guerra Civil em França* e para a acompanhar de uma introdução. Por isso só posso tocar aqui, em poucas palavras, os pontos mais essenciais.

Faço preceder o referido trabalho, mais extenso, das duas Mensagens, mais curtas, do Conselho Geral sobre a guerra franco-alemã. Por um lado, porque na *Guerra Civil* é referida a segunda, ela mesma não inteiramente compreensível sem a primeira. Mas também porque estas duas Mensagens, igualmente redigidas por Marx, são provas eminentes, em nada inferiores à *Guerra Civil*, do maravilhoso dote do autor, demonstrado pela primeira vez em *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*, de apreender claramente o carácter, o alcance e as consequências necessárias de grandes acontecimentos históricos, ao tempo em que estes acontecimentos ainda decorrem diante dos nossos olhos ou apenas acabaram de se consumir. E, finalmente, porque ainda hoje temos de sofrer, na Alemanha, as consequências, anunciadas por Marx, daqueles acontecimentos.

Ou não terá acontecido o que diz a primeira Mensagem, isto é, que se a guerra de defesa da Alemanha contra Louis Bonaparte degenera numa guerra de conquista contra o povo francês, toda a desgraça que se abateu sobre a Alemanha, após as chamadas guerras de libertação³, reviverá com renovada violência? Não tivemos nós mais vinte anos de dominação de Bismarck, não tivemos, em vez das perseguições aos demagogos⁴, a lei de excepção⁵ e a caça aos socialistas com a mesma arbitrariedade, com literalmente a mesma revoltante interpretação da lei?

E não ficou literalmente demonstrada a predição de que a anexação da Alsácia-Lorena iria «atirar a França para os braços da Rússia» e que, após esta anexação, ou a Alemanha se tornaria o servo notório da Rússia ou, após breve trégua, teria de se armar para uma nova guerra, ou seja, «para uma guerra de raças, contra as raças coligadas dos Eslavos e Latinos»? A anexação das províncias francesas não empurrou a França para os braços da Rússia? Não cortejou Bismarck em vão, vinte anos inteiros, os favores do tsar, não os cortejou com serviços ainda mais rasteiros do que os que a pequena Prússia, antes de se ter tornado a «primeira grande potência da Europa», estava habituada a depor aos pés da Santa Rússia? E não paira ainda dia a dia sobre as nossas cabeças a espada de Dâmoacles de uma guerra, no primeiro dia da qual todas as alianças protocolarmente seladas dos príncipes se desfazem como pó de palha de uma guerra em que nada é certo a não ser a absoluta incerteza do seu desfecho; de uma guerra de raças que sujeita toda a Europa à devastação por quinze ou vinte milhões de homens armados e ainda só não está em curso porque mesmo o mais forte dos grandes Estados militares receia a total imprevisibilidade do resultado final?

2 A presente introdução foi escrita para a terceira edição alemã do trabalho de Marx “A Guerra Civil em França”, publicada em 1891 para comemorar o vigésimo aniversário da Comuna de Paris. Depois de apontar o significado histórico da experiência da Comuna de Paris e da sua generalização teórica por Marx em “A Guerra Civil em França”, Engels, na sua introdução, acrescentou um certo número de dados referentes à história da Comuna de Paris, em particular sobre a actividade dos blanquistas e dos proudhonistas participantes na Comuna. Nesta edição Engels incluiu a primeira e a segunda mensagens, escritas por Marx, do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra franco-prussiana, que nas edições posteriores nas diferentes línguas foram também publicadas juntamente com “A Guerra Civil em França.”

3 Trata-se da guerra de libertação nacional do povo alemão contra o domínio napoleónico em 1813-1814.

4 Demagogos era o termo com que, na Alemanha dos anos 20 do século XIX, eram designados os participantes no movimento de oposição entre a intelectualidade alemã, que actuavam contra o regime reaccionário nos Estados alemães e exigiam a unificação da Alemanha. Os «demagogos» foram cruelmente perseguidos pelas autoridades alemãs.

5 A lei de excepção contra os socialistas foi adoptada na Alemanha em 21 de Outubro de 1878. De acordo com a lei foram proibidas todas as organizações do Partido Social-Democrata, as organizações operárias de massas e a imprensa operária, a literatura socialista foi confiscada e os sociais-democratas foram perseguidos. Sob a pressão do movimento operário de massas a lei foi revogada a 1 de Outubro de 1890.

Tanto maior é, por isso, o dever de tornar de novo acessíveis aos operários alemães estas brilhantes provas, meio esquecidas, da clarividência da política operária internacional de 1870.

O que é válido para estas duas Mensagens também o é para a *Guerra Civil em França*. A 28 de Maio, os últimos combatentes da Comuna sucumbiam, nas encostas de Belleville, a [uma] força superior, e logo dois dias depois, a 30, Marx lia perante o Conselho Geral o trabalho onde está exposta a significação histórica da Comuna de Paris em traços breves, vigorosos, mas tão penetrantes e sobretudo tão verdadeiros como não voltou a conseguir-se em toda a abundante literatura sobre o assunto.

Graças ao desenvolvimento económico e político da França desde 1789, Paris está desde há cinquenta anos colocada na situação em que nenhuma revolução pôde ali rebentar que não tomasse um carácter proletário, de tal modo que o proletariado, que pagava com o seu sangue a vitória, surgia, depois da vitória, com reivindicações próprias. Estas reivindicações eram mais ou menos imprecisas e mesmo confusas, consoante, em cada caso, o grau de desenvolvimento dos operários parisienses; mas, em conclusão, todas elas apontaram para a eliminação do antagonismo de classes entre capitalistas e operários. A verdade é que não se sabia como isso havia de acontecer. Mas a própria reivindicação, ainda quando indefinidamente sustentada, continha um perigo para a ordem social estabelecida; os operários que a colocavam estavam ainda armados; para os burgueses que se encontravam ao leme do Estado, o desarmamento dos operários era, por isso, imperativo primeiro. Por isso, depois de cada revolução conquistada pela luta dos operários, nova luta, que termina com a derrota dos operários.

Isso aconteceu pela primeira vez em 1848. Os burgueses liberais da oposição parlamentar realizaram banquetes para a consecução da reforma eleitoral, que havia de assegurar a dominação do seu partido. Cada vez mais forçados, na luta com o governo, a apelar ao povo, tiveram de ceder o passo, pouco a pouco, às camadas radicais e republicanas da burguesia e da pequena burguesia. Mas atrás destas estavam os operários revolucionários, e estes tinham-se apropriado de muito mais autonomia desde 1830⁶ do que suspeitavam os burgueses e mesmo os republicanos. No momento da crise entre governo e oposição, os operários abriram a luta de ruas; Louis-Philippe desapareceu, com ele a reforma eleitoral; no seu lugar ergueu-se a República, e precisamente uma República designada como «social» pelos próprios operários vitoriosos. O que era de entender por esta República social não estava claro para ninguém, nem mesmo para os operários. Mas agora tinham eles armas e eram uma força no Estado. Por isso, assim que os republicanos burgueses que se encontravam ao leme notaram nalguma medida terreno sólido debaixo dos pés, o seu primeiro objectivo foi desarmar os operários. Isto aconteceu quando, pela quebra directa da palavra dada, pela humilhação aberta e pela tentativa de desterrar os desempregados para uma província longínqua, [os operários] foram empurrados para a insurreição de Junho de 1848⁷. O governo tinha-se precavido com uma esmagadora superioridade de forças. Após uma luta heróica de cinco dias, os operários foram derrotados. E seguiu-se então um banho de sangue dos prisioneiros desarmados como não se tinha visto um igual desde os dias das guerras civis que iniciaram a decadência da República romana⁸. Era a primeira vez que a burguesia mostrava até que louca crueldade de vingança é levada, logo que o proletariado ousa surgir face a ela como classe à parte, com interesses e reivindicações próprios. E, ainda assim, 1848 foi uma brincadeira de crianças perante a sua raiva de 1871.

6 Trata-se da revolução burguesa de Julho de 1830 em França.

7 Insurreição de Junho: insurreição heróica dos operários de Paris em 23-26 de Junho de 1848, reprimida com excepional crueldade pela burguesia francesa. A insurreição foi a primeira grande guerra civil da história entre o proletariado e a burguesia.

8 Trata-se da guerra civil que se prolongou de 44 a 27 a.n.e. e que terminou com a instauração do Império Romano.

O castigo não se fez esperar. Se o proletariado ainda não podia governar a França, a verdade é que a burguesia já não o podia. Pelo menos nesse tempo, em que na maioria ela tinha ainda sentimentos monárquicos e estava dividida em três partidos dinásticos⁹ e num quarto [partido] republicano. As suas querelas intestinas permitiram ao aventureiro Louis Bonaparte tomar todos os postos de poder — exército, polícia, maquinaria administrativa — e, a 2 de Dezembro de 1851¹⁰, fazer saltar o último bastião da burguesia, a Assembleia Nacional. O segundo Império iniciou a exploração da França por um bando de aventureiros políticos e financeiros, mas ao mesmo tempo, também, um desenvolvimento industrial como nunca foi possível sob o sistema mesquinho e timorato de Louis-Philippe, com a exclusiva dominação de apenas uma pequena parte da grande burguesia. Louis Bonaparte tomou aos capitalistas o seu poder político, sob o pretexto de os proteger, a eles burgueses, contra os operários e, por sua vez, os operários contra aqueles; mas, para isso, a sua dominação favoreceu a especulação e a actividade industrial, numa palavra, o ascenso e o enriquecimento do conjunto da burguesia numa medida inaudita até aí. Todavia, em maior medida ainda, desenvolveram-se a corrupção e o roubo em massa, os quais se reuniram à volta da corte imperial e sacaram deste enriquecimento as suas fortes percentagens.

Mas o segundo Império era o apelo ao chauvinismo francês, era a reivindicação das fronteiras do primeiro Império perdidas em 1814, no mínimo as da primeira República¹¹. Um império francês nas fronteiras da velha monarquia, até mesmo nas de 1815, mais reduzidas ainda, isso era impossível por muito tempo. Daí a necessidade de guerras e de alargamentos territoriais periódicos. Mas nenhum alargamento de fronteiras deslumbrava tanto a fantasia dos chauvinistas franceses como o da margem esquerda alemã do Reno. Para eles, uma milha quadrada no Reno valia mais do que dez nos Alpes ou noutra parte qualquer. Com o segundo Império, a reivindicação da margem esquerda do Reno, de uma só vez ou por partes, era apenas uma questão de tempo. Este tempo veio com a guerra austro-prussiana de 1866¹²; ludibriado por Bismarck e pela sua própria política ultra manhosa de vacilação em torno das esperadas «compensações territoriais», mais nada restou a Bonaparte do que a guerra, que rebentou em 1870 e o fez ir à deriva para Sedan e daí para Wilhelmshöhe¹³.

9 Trata-se dos legitimistas, dos orleanistas e dos bonapartistas.

Legitimistas: partidários da dinastia dos Bourbons, derrubada em França em 1792, que representava os interesses da grande aristocracia rural e do alto clero; formou-se como partido em 1830, depois do segundo derrubamento desta dinastia. Em 1871 os legitimistas participaram na campanha geral das forças contra-revolucionárias contra a Comuna de Paris.

Orleanistas: partidários dos duques de Orleães, ramo da dinastia dos Bourbons que subiu ao poder durante a Revolução de Julho de 1830 e que foi derrubado com a revolução de 1848; representavam os interesses da aristocracia financeira e da grande burguesia.

10 Trata-se do golpe de Estado realizado por Louis Bonaparte em 2 de Dezembro de 1851 e que marcou o início do regime bonapartista do Segundo Império.

11 A primeira república foi proclamada em 1792 durante a grande revolução burguesa francesa do século XVIII é substituída em 1799 pelo Consulado e depois pelo Primeiro Império, de Napoleão I Bonaparte (1804-1814). Neste período a França travou numerosas guerras, em resultado das quais se alargaram consideravelmente as fronteiras do Estado.

12 Depois de derrotadas na guerra austro-prussiana de 1866, e quando se intensificava a crise do Estado austríaco multinacional, as classes dirigentes da Áustria estabeleceram conversações com os latifundiários da Hungria e em 1867 subscreveram um acordo sobre a formação da monarquia dualista da Áustria-Hungria.

13 A 2 de Setembro o exército francês foi derrotado em Sedan e feito prisioneiro, juntamente com o imperador. Entre 5 de Setembro de 1870 e 19 de Março de 1871 Napoleão III e os comandantes do exército estiveram presos em Wilhelmshöhe (perto de Kassel), num castelo do rei da Prússia. A catástrofe de Sedan acelerou a derrocada do Segundo Império e levou à proclamação da república em França a 4 de Setembro de 1870. Foi formado um novo governo, o chamado “governo de defesa nacional”

A consequência necessária foi a Revolução de Paris de 4 de Setembro de 1870. O Império desmoronou-se como um castelo de cartas, a República foi proclamada de novo. Mas o inimigo estava à porta; os exércitos do Império ou estavam encerrados sem esperança, em Metz, ou aprisionados na Alemanha. Nesta emergência, o povo consentiu aos deputados de Paris do antigo Corpo legislativo que agissem como «Governo de defesa nacional». Isto foi tanto mais permitido quanto, então, para fins de defesa, todos os parisienses aptos a pegar em armas entraram na Guarda Nacional e foram armados, de modo que os operários formavam agora a grande maioria. Mas, em breve, estalou a oposição entre o governo quase só composto por burgueses e o proletariado armado. A 31 de Outubro, batalhões operários assaltaram a Câmara Municipal e aprisionaram uma parte dos membros do governo; traição, quebra directa de palavra do governo e a intervenção de alguns batalhões de pequenos burgueses libertaram-nos de novo; e deixou-se em funções o governo de até então, para não desencadear a guerra civil no interior de uma cidade sitiada por força militar estrangeira.

Finalmente, em 28 de Janeiro de 1871, Paris esfomeada capitulou. Mas com honras até aí inauditas na história da guerra. As fortificações renderam-se, as trincheiras foram desarmadas, as armas da linha e a Guarda Móvel entregues, e mesmo esta considerada como prisioneira de guerra. Mas a Guarda Nacional conservou as suas armas e canhões, e colocou-se apenas em situação de armistício perante os vencedores. E estes mesmos não ousaram fazer em Paris uma entrada triunfal. De Paris, só ousaram ocupar um pequeno canto e, ainda assim [um canto] em parte formado por parques públicos, e até isto só por alguns dias! Durante este tempo, os que tinham mantido Paris cercada ao longo de 131 dias, foram eles próprios cercados pelos operários parisienses em armas, os quais velavam cuidadosamente por que nenhum «prussiano» ultrapassasse os estreitos limites do cantinho abandonado ao invasor estrangeiro. Tal era o respeito que infundiam os operários parisienses ao exército diante do qual tinham deposto as armas todos os exércitos do Império; e os Junker prussianos, que tinham vindo tirar vingança no foco da revolução, tiveram de se deter, respeitosos, e saudar esta mesma revolução armada!

Durante a guerra, os operários parisienses tinham-se limitado a exigir a enérgica continuação da luta. Mas agora, quando chegava a paz¹⁴ depois da capitulação de Paris, Thiers, o novo chefe do governo, tinha de reconhecer que a dominação das classes possidentes — grandes proprietários rurais e capitalistas — estava em perigo permanente enquanto os operários parisienses conservassem as armas na mão. A sua primeira obra foi a tentativa do desarmamento destes. A 18 de Março enviou tropas de linha com a ordem de roubar a artilharia pertencente à Guarda Nacional, fabricada durante o cerco de Paris e paga por subscrição pública. A tentativa falhou, Paris ergueu-se como um só homem para a defesa, e foi declarada guerra entre Paris e o governo francês sediado em Versalhes. A 26 de Março foi eleita a Comuna, e proclamada a 28. O Comité Central da Guarda Nacional, que até aí dirigira a governação, demitiu-se a favor dela, depois de ter ainda decretado a abolição da escandalosa «polícia de costumes» de Paris. A 30, a Comuna aboliu o recrutamento e o exército permanente e proclamou a Guarda Nacional, à qual deviam pertencer todos os cidadãos capazes de pegar em armas, como o único poder armado; isentou todos os pagamentos de rendas de casa de Outubro de 1870 até Abril, pôs em conta para o prazo de pagamento seguinte as quantias de arrendamento já pagas e suspendeu todas as vendas de penhores no montepio municipal. No mesmo dia, os estrangeiros eleitos para a Comuna foram confirmados nas suas funções, porque a «bandeira da Comuna é a da República mundial». — A 1 de Abril foi decidido que o vencimento mais elevado de um empregado da Comuna, portanto dos seus próprios membros também, não

14 Trata-se do tratado de paz preliminar entre a França e a Alemanha, subscrito em Versalhes em 26 de Fevereiro de 1871 por Thiers e J. Favre, por um lado, e por Bismarck, por outro lado. De acordo com as condições deste tratado, a França cedia à Alemanha a Alsácia e a Lorena Oriental e pagava uma indemnização de cinco mil milhões de francos. O tratado de paz definitivo foi assinado em Frankfurt am Main a 10 de Maio de 1871.

poderia exceder 6000 francos (4800 marcos). No dia seguinte foram decretadas a separação da Igreja e do Estado e a abolição de todos os pagamentos do Estado para fins religiosos, assim como a transformação de todos os bens eclesiásticos em propriedade nacional; em consequência disso, foi ordenada a 8 de Abril, e pouco a pouco cumprida, a exclusão, das escolas, de todos os símbolos religiosos, imagens, dogmas, orações, numa palavra, «de tudo o que pertence ao âmbito da consciência de cada um». — A 5, face às execuções diariamente repetidas de combatentes da Comuna presos pelas tropas de Versalhes, foi promulgado um decreto destinado à detenção de reféns, mas nunca aplicado. — A 6, a guilhotina foi trazida pelo 137.º batalhão da Guarda Nacional e queimada publicamente no meio de ruidoso júbilo popular. — A 12, a Comuna decidiu derrubar, como símbolo do chauvinismo e do incitamento ao ódio entre povos, a coluna triunfal da Praça Vendôme, fundida por Napoleão com os canhões conquistados depois da guerra de 1809. Isto foi executado a 16 de Maio. — A 16 de Abril a Comuna ordenou um levantamento estatístico das fábricas paralisadas pelos fabricantes e a elaboração de planos para o funcionamento destas fábricas com operários nelas ocupados até então, a unir em associações cooperativas, assim como para a organização destas associações numa grande federação. — A 20, aboliu o trabalho nocturno dos padeiros assim como os serviços de emprego que desde o segundo Império funcionavam como monopólio de sujeitos nomeados pela polícia, exploradores de primeira linha dos operários; estes serviços foram atribuídos aos municípios dos vinte *arrondissements*¹⁵ de Paris. — A 30 de Abril ordenou a supressão das casas de penhores, que era uma exploração privada dos operários e estavam em contradição com o direito dos operários aos seus instrumentos de trabalho e ao crédito. — A 5 de Maio decidiu a demolição da capela de penitência construída como expiação pela execução de Luís XVI.

Evidenciou-se, assim, a partir de 18 de Março, o carácter de classe, incisivo e puro, do movimento parisiense, até então relegado para segundo plano pela luta contra a invasão estrangeira. Assim como na Comuna quase só tinham assento operários ou representantes reconhecidos dos operários assim também as suas resoluções continham um decidido carácter proletário. Ou decretava reformas que só por cobardia a burguesia republicana deixara de fazer, mas que constituíam para a livre acção da classe operária uma base necessária, como a aplicação do princípio segundo o qual a religião, *face ao Estado*, é mero assunto privado; ou promulgou resoluções directamente no interesse da classe operária e em parte golpeando profundamente a velha ordem social. Mas tudo isto, numa cidade cercada, podia quando muito receber um começo de realização. E desde o começo de Maio, a luta contra as tropas do governo de Versalhes, reunidas em número cada vez maior, exigia todas as forças.

A 7 de Abril, os versalheses tinham-se apoderado da passagem do Sena, em Neuilly, na frente ocidental de Paris; em contrapartida, a 11 foram repelidos com baixas, na frente sul, por um ataque do general Eudes. Paris foi continuamente bombardeada, precisamente por aquela gente que tinha estigmatizado como um sacrilégio o bombardeamento da mesma cidade pelos prussianos. Esta mesma gente mendigava agora, junto do governo prussiano, a restituição acelerada dos soldados franceses prisioneiros de Sedan e Metz, que para ela deviam reconquistar Paris. A chegada gradual destas tropas deu aos versalheses uma decidida supremacia desde o começo de Maio. Isto tornou-se evidente quando, a 23 de Abril, Thiers rompeu as negociações propostas pela Comuna para a troca do arcebispo de Paris¹⁶ e de toda uma série de outros padres retidos como reféns em Paris, só por Blanqui, duas vezes eleito para a Comuna, mas prisioneiro em Clairvaux. E mais ainda na alterada linguagem de Thiers; até aí contido e equívoco, tornou-se bruscamente insolente, ameaçador,

15 Em francês no texto: termo que designa, em França, uma divisão territorial e administrativa. (*Nota da edição portuguesa.*)

16 Darboy.

brutal. Na frente sul, os versalheses tomaram a 3 de Maio a *redoute*¹⁷ de Moulin-Saquet, a 9 o Forte de Issy completamente em destroços, a 14 o de Vanves. Na frente oeste deslocaram-se pouco a pouco até à própria muralha principal, conquistando as numerosas aldeias e edifícios que se estendem até à muralha circular; a 21 conseguiram penetrar na cidade por traição e em consequência de negligência da Guarda Nacional ali colocada. Os prussianos, que ocupavam os fortes a norte e a leste, permitiram aos versalheses avançar no terreno que, pelo armistício, lhes estava interdito a norte da cidade, e atacar assim numa larga frente, que os parisienses deviam supor coberta pelo armistício e que por isso mantinham só pouco guarnecida. Em consequência disto, houve apenas uma fraca resistência na metade ocidental de Paris, na cidade de luxo propriamente dita; ela tornou-se mais violenta e tenaz à medida que as tropas invasoras se aproximavam da metade oriental, da cidade operária propriamente dita. Só depois de uma luta de oito dias, os últimos defensores da Comuna sucumbiram no alto de Belleville e de Ménilmontant; e então o massacre de homens, mulheres e crianças indefesos, que durante toda a semana grassara em medida crescente, atingiu o seu ponto culminante. A espingarda já não matava bastante depressa; às centenas, os vencidos eram abatidos à metralhadora. O «Muro dos Federados» no Cemitério do Père-Lachaise, onde foi consumado o último massacre em massa, está ainda hoje de pé, testemunho mudo e eloquente da raiva de que é capaz a classe dominante logo que o proletariado ousa defender o seu direito. Vieram depois as prisões em massa, quando se revelou impossível a chacina de todos, o fuzilamento de vítimas escolhidas arbitrariamente nas filas dos prisioneiros, a evacuação dos restantes para grandes campos, onde aguardavam comparência perante os conselhos de guerra. As tropas prussianas, que acampavam à volta da metade nordeste de Paris, tinham ordem de não deixar passar qualquer fugitivo, porém, os oficiais fecharam muitas vezes os olhos quando os soldados obedeciam mais ao imperativo de humanidade do que ao do comando supremo. Designadamente, é devida ao corpo expedicionário saxão a glória de se ter conduzido muito humanamente e de ter deixado passar muitos daqueles cuja qualidade de combatentes da Comuna era visível.

Se hoje, vinte anos depois, olharmos para trás, para a actividade e a significação histórica da Comuna de Paris de 1871, acharemos que há ainda alguns aditamentos a fazer à exposição dada em *a Guerra Civil em França*.

Os membros da Comuna dividiam-se numa maioria, os blanquistas¹⁸, que também tinham predominado no Comité Central da Guarda Nacional, e numa minoria: os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, predominantemente seguidores da escola socialista de Proudhon. Os blanquistas, na grande massa, eram então socialistas só por instinto revolucionário, proletário; só uns poucos tinham chegado a uma maior clareza de princípios, através de Vaillant, que conhecia o socialismo científico alemão. Assim se compreende que, no aspecto económico, não tenha sido feito muito daquilo que, segundo a nossa concepção de hoje, a Comuna tinha de ter feito. O mais difícil de compreender é, certamente, o sagrado respeito com que se ficou reverenciosamente parado às portas do Banco de França. Foi também um grave erro político. O Banco nas mãos da Comuna — isso valia mais do que dez mil reféns. Significava a pressão de toda a burguesia francesa sobre o governo de Versalhes, no interesse da paz com a Comuna. Mas foi mais prodigioso ainda o muito de correcto que, apesar de tudo, foi feito pela Comuna, composta que era por blanquistas e proudhonianos. Naturalmente, os proudhonianos são responsáveis em primeira linha pelos decretos económicos da Comuna, pelos seus lados gloriosos como pelos não gloriosos, assim como os blanquistas pelos seus actos e omissões de carácter político. E quis em ambos os

17 Em francês no texto: fortificação geralmente rodeada por um fosso. (Nota da edição portuguesa.)

18 Blanquistas: partidários da corrente do movimento socialista francos chefiada por Louis Auguste Blanqui, destacado revolucionário, representante do comunismo utópico francês. O lado fraco dos blanquistas era a sua convicção de que a revolução poderia ser realizada por um pequeno grupo de conspiradores, a sua incompreensão da necessidade de atrair as massas operárias para o movimento revolucionário.

casos a ironia da história — como de costume, quando doutrinários chegam ao leme — que uns e outros fizessem o contrário do que lhes prescrevia a sua doutrina de escola.

Proudhon, o socialista do pequeno camponês e do mestre artesão, odiava a associação com positivo ódio. Dizia dela que comportava mais mal do que bem, que era por natureza infrutífera porque uma cadeia posta à liberdade do operário; que era um puro dogma, improdutivo e gravoso, em conflito tanto com a liberdade do operário como com a poupança de trabalho e que as suas desvantagens cresceriam mais depressa do que as suas vantagens; que a concorrência, a divisão do trabalho, a propriedade privada, seriam, frente a ela, forças económicas. Só para os casos excepcionais — como Proudhon lhes chama — da grande indústria e dos grandes corpos de empresas, caminhos-de-ferro, por exemplo, seria indicada a associação dos operários (ver *Idée générale de la révolution, 3e étude*).

E em 1871, mesmo em Paris, lugar central do artesanato de arte, a grande indústria tinha de tal modo deixado de ser um caso excepcional, que o decreto de longe mais importante da Comuna instituiu uma organização da grande indústria e até mesmo da manufactura, que não só devia basear-se na associação dos operários em cada fábrica mas unificar também todas estas associações numa grande federação; em resumo, uma organização que, como diz Marx de maneira inteiramente correcta em a *Guerra Civil*, tinha de acabar por desembocar no comunismo, por conseguinte, no oposto directo da doutrina de Proudhon. E por isso, também, a Comuna foi o túmulo da escola proudhoniana do socialismo. Hoje esta escola desapareceu dos círculos operários franceses; aqui domina agora de maneira incontroversa a teoria de Marx, entre os possibilistas¹⁹ não menos do que entre os «marxistas». Só entre a burguesia «radical» há ainda proudhonianos.

Os blanquistas não se saíram melhor. Educados na escola da conspiração, mantidos coesos pela rígida disciplina que àquela corresponde, partiam da opinião que um número relativamente pequeno de homens decididos, bem organizados, seria capaz, num dado momento favorável, não só de tomar o leme do Estado mas também, pelo desdobramento de grande, de implacável energia, de o conservar até se conseguir arrastar a massa do povo para a revolução e agrupá-la em torno do pequeno núcleo dirigente. Para isso era necessária, antes de todas as coisas, a centralização mais estrita, ditatorial, na mão do novo governo revolucionário. E que fez a Comuna, que na maioria era precisamente composta por estes blanquistas? Em todas as suas proclamações aos franceses da província, exortava estes a uma livre federação de todas as comunas francesas com Paris, a uma organização nacional que, pela primeira vez, haveria de ser criada efectivamente por toda a nação. Precisamente o poder repressivo do governo centralizado anterior — exército, polícia política, burocracia — que Napoleão tinha criado em 1798 e que, desde então, cada novo governo tinha retomado como instrumento e utilizado contra os seus adversários, era precisamente esse poder que deveria cair por toda a parte, como já tinha caído em Paris.

A Comuna teve mesmo de reconhecer, desde logo, que a classe operária, uma vez chegada à dominação, não podia continuar a administrar com a velha máquina de Estado; que esta classe operária, para não perder de novo a sua própria dominação, acabada de conquistar, tinha, por um lado, de eliminar a velha maquinaria de opressão até aí utilizada contra si própria, mas, por outro lado, de precaver-se contra os seus próprios deputados e funcionários, ao declarar estes, sem qualquer excepção, revogáveis a todo o momento. Em que consistia a qualidade característica do Estado, até então? A sociedade tinha criado originalmente os seus órgãos próprios, por simples divisão de trabalho, para cuidar dos seus interesses comuns. Mas estes órgãos, cuja cúpula é o

19 Possibilistas: corrente oportunista do movimento socialista francês, chefiada por Brousse, Malon e outros que em 1882 provocaram uma cisão no Partido Operário Francês. Os dirigentes desta corrente proclamavam o princípio reformista de procurar alcançar apenas o «possível»; daí o seu nome. — 204.

poder de Estado, tinham-se transformado com o tempo, ao serviço dos seus próprios interesses particulares, de servidores da sociedade em senhores dela. Como se pode ver, por exemplo, não meramente na monarquia hereditária mas igualmente na república democrática. Em parte alguma os «políticos» formam um destacamento da nação mais separado e mais poderoso do que precisamente na América do Norte. Ali, cada um dos dois grandes partidos aos quais cabe alternadamente a dominação é ele próprio governado por pessoas que fazem da política um negócio, que especulam com lugares nas assembleias legislativas da União e de cada um dos Estados, ou que vivem da agitação para o seu partido e são, após a vitória deste, recompensados com cargos. É sabido que os americanos procuram, desde há trinta anos, sacudir este jugo tornado insuportável e que, apesar de tudo, se atascam sempre mais fundo nesse pântano da corrupção. É precisamente na América que podemos ver melhor como se processa esta autonomização do poder de Estado face à sociedade, quando originalmente estava destinado a ser mero instrumento desta. Não existe ali uma dinastia, uma nobreza, um exército permanente — exceptuados os poucos homens para a vigilância dos índios — nem burocracia com emprego fixo ou direito à reforma. E, não obstante, temos ali dois grandes bandos de especuladores políticos que, revezando-se, tomam conta do poder de Estado e o exploram com os meios mais corruptos para os fins mais corruptos — e a nação é impotente contra estes dois grandes cartéis de políticos pretensamente ao seu serviço, mas que na realidade a dominam e saqueiam.

Contra esta transformação, inevitável em todos os Estados até agora existentes, do Estado e dos órgãos do Estado, de servidores da sociedade em senhores da sociedade, aplicou a Comuna dois meios infalíveis. Em primeiro lugar, ocupou todos os cargos administrativos, judiciais, docentes, por meio de eleição por sufrágio universal dos interessados, e mais, com revogação a todo o momento por estes mesmos interessados. E, em segundo lugar, ela pagou por todos os serviços, grandes e pequenos, apenas o salário que outros operários recebiam. O ordenado mais elevado que ela pagava era de 6000 francos. Assim se fechou a porta, eficazmente, à caça aos cargos e à ganância da promoção, mesmo sem os mandatos imperativos que, além do mais, no caso dos delegados para corpos representativos ainda foram acrescentados.

Esta destruição do poder de Estado até aqui existente e a sua substituição por um novo, na verdade democrático, está descrita em pormenor no terceiro capítulo da Guerra Civil. Mas era necessário entrar resumidamente aqui, mais uma vez, nalguns traços daquele porque, precisamente na Alemanha, a superstição do Estado transpôs-se da filosofia para a consciência geral da burguesia e mesmo de muitos operários. Segundo a representação filosófica, o Estado é a «realização da Ideia», ou o reino de Deus na terra traduzido para o filosófico, domínio onde se realizam ou devem realizar-se a verdade e a justiça eternas. E daí resulta, pois, uma veneração supersticiosa do Estado e de tudo o que com o Estado se relaciona, a qual aparece tanto mais facilmente quanto se está habituado, desde criança, a imaginar que os assuntos e interesses comuns a toda a sociedade não poderiam ser tratados de outra maneira do que como têm sido até aqui, ou seja, pelo Estado e pelas suas autoridades bem providas. E crê-se ter já dado um passo imensamente audaz quando alguém se liberta da crença na monarquia hereditária e jura pela república democrática. Mas, na realidade, o Estado não é outra coisa senão uma máquina para a opressão de uma classe por outra e, de facto, na república democrática não menos do que na monarquia; no melhor dos casos, um mal que é legado ao proletariado vitorioso na luta pela dominação de classe e cujos piores aspectos ele não poderá deixar de cortar imediatamente o mais possível, tal como no caso da Comuna, até que uma geração crescida em novas, livres condições sociais, se torne capaz de se desfazer de todo o lixo do Estado.

O filisteu social-democrata caiu recentemente, outra vez, em salutar terror, à palavra: ditadura do proletariado. Ora bem, senhores, quereis saber que rosto tem esta ditadura? Olhai para a Comuna de Paris. Era a ditadura do proletariado.

Londres, *no vigésimo aniversário da Comuna de Paris,*
18 de Março de 1891.

F. Engels

Publicado na revista
Die Neue Zeit, Bd. 2, n.º 28, 1890-1891,
e no livro: Karl Marx,
Der Bürgerkrieg in Frankreich,
Berlin, 1891.

Publicado segundo
o texto do livro.
Traduzido do alemão.

**PRIMEIRA MENSAGEM DO CONSELHO GERAL
DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES
SOBRE A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA²⁰**

**Aos membros da Associação Internacional
dos Trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos**

Na Mensagem Inaugural da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, de Novembro de 1864, dizíamos: «Se a emancipação das classes operárias requer o seu concurso fraterno, como é que irão cumprir essa grande missão com uma política externa que persegue objectivos criminosos, joga com preconceitos nacionais e dissipa em guerras piratas o sangue e o tesouro do povo?» Definíamos com estas palavras a política externa pretendida pela Internacional: «Reivindicar as simples leis da moral e da justiça, que deveriam governar as relações dos indivíduos privados, como as leis supremas do comércio das nações.»

Não é de admirar que Louis Bonaparte, que usurpou o seu poder pela exploração da guerra de classes em França e o perpetuou através de guerras externas periódicas, tenha tratado a Internacional, desde o começo, como um perigoso inimigo. Na véspera do plebiscito²¹, ordenou uma batida contra os membros dos Comités Administrativos da Associação Internacional dos Trabalhadores por toda a França, em Paris, Lyon, Rouen, Marselha, Brest, etc., a pretexto de que a Internacional seria uma sociedade secreta envolvida numa conjura para o seu assassinio, pretexto que logo depois foi posto a nu pelos seus próprios juizes como completamente absurdo. Qual foi o crime real das secções francesas da Internacional? Disseram pública e vigorosamente ao povo francês que votar o plebiscito era votar o despotismo interno e a guerra externa. E foi de facto obra delas ter-se a classe operária levantado como um só homem para rejeitar o plebiscito em todas as grandes cidades, em todos os centros industriais da França. Infelizmente, a balança foi desequilibrada pela pesada ignorância dos distritos rurais. As Bolsas, os Ministérios, as classes dominantes e a imprensa da Europa celebraram o plebiscito como uma assinalável vitória do Imperador francês sobre a classe operária francesa; e foi o sinal para o assassinio, não de um indivíduo mas de nações.

20 A Primeira Mensagem sobre a atitude da Internacional em relação à guerra franco-prussiana, escrita por Marx por encargo do Conselho Geral imediatamente após o início da guerra, e também a Segunda Mensagem, escrita por ele em Setembro de 1870, exprimem a posição da classe operária em relação ao militarismo e à guerra, a luta de Marx e Engels contra as guerras de conquista, pela aplicação dos princípios do internacionalismo proletário. Fundamentando de modo convincente as principais teses da doutrina marxista sobre as causas sociais das guerras de rapina, desencadeadas no interesse das classes dominantes, Marx mostra que as guerras de conquista têm também como fim esmagar o movimento revolucionário do proletariado. Marx sublinha em particular a unidade de interesses entre os operários franceses e alemães e apela para que desenvolvam uma luta conjunta contra a política de conquista das classes dirigentes de ambos os países.

21 O plebiscito foi organizado por Napoleão III em Maio de 1870, pretensamente para que as massas populares manifestassem a sua posição em relação ao império. As questões colocadas a votação estavam formuladas de tal modo que não era possível desaprovar a política do Segundo Império sem exprimir uma opinião contrária a todas as reformas democráticas. As secções da I Internacional em França desmascararam esta manobra demagógica e propuseram aos seus membros que se abstivessem da votação. Na véspera do plebiscito os membros da Federação de Paris foram presos sob a acusação de conspirarem para matar Napoleão III; a acusação foi utilizada pelo governo para, organizar uma vasta campanha de perseguições contra os membros da Internacional em diferentes cidades da França. No julgamento dos membros da Federação de Paris, que decorreu de 22 de Junho a 5 de Julho de 1870, foi completamente demonstrada a falsidade da acusação de conspiração; no entanto, vários membros da Internacional foram condenados a penas de prisão apenas por pertencerem à Associação Internacional dos Trabalhadores. As perseguições à Internacional em França provocaram protestos maciços por parte da classe operária.

A conjura de guerra, de Julho de 1870²², é apenas uma edição corrigida do *coup d'état*²³ de Dezembro de 1851 129. A coisa pareceu à primeira vista tão absurda que a França não queria acreditar que fosse mesmo a sério. Preferiu acreditar no deputado²⁴ que denunciou o discurso ministerial de guerra como uma simples manobra bolsista. Quando a 15 de Julho, por fim, a guerra foi oficialmente anunciada ao *Corps législatif*²⁵, toda a oposição recusou votar os subsídios preliminares, mesmo Thiers a estigmatizou como «detestável»; todos os jornais independentes de Paris a condenaram e, coisa de admirar, a imprensa de província juntou-se-lhes quase unanimemente.

Entretanto, os membros parisienses da Internacional tinham de novo metido mãos à obra. No *Réveil*²⁶ de 12 de Julho publicavam o seu manifesto «Aos operários de todas as nações», de que extraímos os seguintes breves passos:

«Uma vez mais», *diziam eles*, «a pretexto de equilíbrio europeu e de honra nacional, a paz do mundo está ameaçada pelas ambições políticas. Trabalhadores da França, da Alemanha, da Espanha, unamos as nossas vozes num mesmo grito de reprovação!... A guerra por uma questão de preponderância ou de dinastia só pode ser, aos olhos dos trabalhadores, uma loucura criminosa. Em resposta às proclamações belicosas dos que se isentam do "imposto do sangue" e encontram nas desgraças públicas uma fonte de novas especulações, protestamos, nós, que necessitamos de paz, de trabalho e de liberdade!... Irmãos da Alemanha! As nossas divisões só resultariam no triunfo completo do despotismo em ambos os lados do Reno... Operários de todos os países! Aconteça o que acontecer, de momento, aos nossos esforços comuns, nós, os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, que não conhecemos fronteiras, endereçamo-vos, como penhor de uma solidariedade indissolúvel, os votos e a saudação dos operários de França!»

A este manifesto da nossa secção de Paris seguiram-se numerosas mensagens semelhantes, de que apenas podemos citar, aqui, a declaração de Neuilly-sur-Seine publicada na *Marseillaise*²⁷ de 22 de Julho:

«A guerra é justa? Não! A guerra é nacional? Não! Ela é puramente dinástica. Em nome da humanidade, da democracia e dos verdadeiros interesses da França, aderimos completa e energeticamente ao protesto da Internacional contra a guerra!»

Estes protestos expressavam os verdadeiros sentimentos do povo trabalhador francês, como logo o mostrou um curioso incidente. Tendo *o bando do 10 de Dezembro*²⁸, inicialmente organizado sob a presidência de Louis Bonaparte, sido disfarçado com *blusas* [de operários] e largado nas ruas de Paris para executar aí as contorções da febre guerreira, os verdadeiros operários dos subúrbios responderam com tão esmagadoras demonstrações públicas de paz, que Piétri, o prefeito de polícia,

22 A 19 de Julho de 1870 começou a guerra franco-prussiana.

23 Em francês no texto: golpe de Estado. (*Nota da edição portuguesa.*)

24 Jules Favre.

25 Em francês no texto: Corpo legislativo. (*Nota da edição portuguesa.*)

26 *Le Reveil* (O Despertar): jornal francês, órgão dos republicanos de esquerda; publicou-se em Paris de Julho de 1868 a Janeiro de 1871, sob a direcção de Louis Charles Delescluze. O jornal publicou documentos da Internacional e materiais sobre o movimento operário.

27 *La Marseillaise* (A Marselhesa): jornal diário francês, órgão dos republicanos de esquerda; publicou-se em Paris de Dezembro de 1869 a Setembro de 1870. Publicava materiais sobre a actividade da Internacional e sobre o movimento operário.

28 Trata-se da Sociedade do 10 de Dezembro, sociedade bonapartista secreta, composta principalmente por elementos desclassificados, por aventureiros políticos, por membros da camarilha militar, etc.; os seus membros contribuíram para a eleição de Louis Bonaparte para presidente da República Francesa, em 10 de Dezembro de 1848 (donde a designação da sociedade).

considerou prudente pôr termo imediato a toda e qualquer política de rua, a pretexto de que o verdadeiro povo de Paris havia dado suficiente expressão ao seu patriotismo contido e ao seu exuberante entusiasmo de guerra.

Quaisquer que possam ser os incidentes da guerra de Louis Bonaparte com a Prússia, o dobre de finados do segundo Império já soou em Paris. Ele acabará como começou, por uma paródia. Mas não esqueçamos que foram os governos e as classes dominantes da Europa que habilitaram Louis Bonaparte a representar, durante dezoito anos, a farsa feroz do *Império restaurado*.

Do lado alemão, a guerra é uma guerra de defesa. Mas quem colocou a Alemanha na necessidade de se defender? Quem habilitou Louis Bonaparte a conduzir a guerra contra ela? A *Prússia*! Foi Bismarck quem conspirou com esse mesmo Louis Bonaparte no propósito de esmagar a oposição popular interna e anexar a Alemanha à dinastia dos Hohenzollern. Se a batalha de Sadowa²⁹ tivesse sido perdida em vez de ganha, os batalhões franceses teriam inundado a Alemanha como aliados da Prússia. Imaginou a Prússia um só instante, depois da sua vitória, opor uma Alemanha livre a uma França escravizada? Muito pelo contrário. Ao mesmo tempo que preservava cuidadosamente todas as belezas nativas do seu velho sistema, ainda lhe juntava todos os truques do segundo Império, o seu despotismo efectivo e o seu democratismo simulado, as suas mistificações políticas e as suas intrujices financeiras, as suas frases pomposas e as suas artes vulgares de *prestidigitador*. O regime bonapartista, que até então só florescia num lado do Reno, tinha conseguido assim o seu equivalente no outro. De um tal estado de coisas, que poderia resultar senão a *guerra*?

Se a classe operária alemã permitir que a presente guerra perca o seu carácter estritamente defensivo e degenere numa guerra contra o povo francês, então a vitória ou a derrota serão igualmente desastrosas. Todas as desgraças que se abateram sobre a Alemanha depois da sua guerra de independência reviverão com intensidade acumulada.

Os princípios da Internacional, no entanto, estão demasiado divulgados e demasiado enraizados entre a classe operária alemã para que se receie um desfecho tão triste. As vozes dos operários franceses encontraram eco na Alemanha. Um comício de massas de operários, realizado em Braunschweig, a 16 de Junho, exprimiu a sua plena concordância com o manifesto de Paris, rejeitou a ideia de antagonismo nacional contra a França e concluiu as suas resoluções com estas palavras:

«Somos adversários de todas as guerras, mas, antes de tudo, das guerras dinásticas... Com pena e dor profundas vemo-nos forçados a entrar numa guerra defensiva como um mal inevitável; mas apelamos, ao mesmo tempo, a toda a classe operária pensante, para que torne impossível a repetição de uma tão monstruosa desgraça social, reivindicando para os próprios povos o poder de decidir sobre a guerra e a paz e de os tornar, assim, senhores dos seus próprios destinos.»

Em Chemnitz, uma assembleia de delegados, representando 50 000 operários saxões, aprovou por unanimidade a seguinte resolução:

«Em nome da democracia alemã e, designadamente, dos operários do Partido Social-Democrata, declaramos que a presente guerra é exclusivamente dinástica... Tomamos com alegria a mão fraterna que nos estendem os operários franceses... Tendo presente a palavra de ordem da Associação Internacional dos Trabalhadores: "*Proletários de todos os países, uni-vos!*", não

29 A batalha de Sadowa teve lugar a 3 de Julho de 1866, na Boémia. Foi a batalha decisiva da guerra austro-prussiana de 1866, que terminou com a vitória da Prússia sobre a Áustria.

esqueceremos que os operários de *todos os países são nossos amigos* e os déspotas de *todos os países nossos inimigos*.»

A secção de Berlim da Internacional também respondeu ao manifesto de Paris:

«Associamo-nos de corpo e alma ao vosso protesto... Prometemos solenemente que nem o som da trombeta nem o troar do canhão, nem a vitória nem a derrota nos hão-de afastar da nossa obra comum de união dos operários em todos os países.»

Que assim seja!

Em pano de fundo a esta luta suicida espreita a figura tenebrosa da Rússia. É um mau presságio que o sinal para a presente guerra tenha sido dado no momento em que o governo moscovita tinha precisamente completado as suas vias-férreas estratégicas e estava já a concentrar tropas na direcção do Prut³⁰. Qualquer simpatia que os alemães pudessem reclamar, com razão, numa guerra de defesa contra a agressão bonapartista, perdê-la-iam imediatamente se permitissem que o governo prussiano apelasse para a ajuda dos cossacos ou a aceitasse. Lembrem-se eles de que após a sua guerra de independência contra o primeiro Napoleão a Alemanha ficou prostrada, por gerações, aos pés do tsar.

A classe operária inglesa estende a mão da camaradagem ao povo trabalhador francês e alemão. Ela está profundamente convencida de que, seja qual for o curso que a monstruosa guerra iminente venha a tomar, a aliança das classes operárias de todos os países acabará por liquidar a guerra.

O próprio facto de que enquanto a França oficial e a Alemanha oficial se precipitam numa luta fratricida, os operários trocam mensagens de paz e boa vontade — este grande facto, sem paralelo na história do passado, abre a perspectiva de um futuro mais luminoso. Ele prova que, em contraste com a velha sociedade, com as suas desgraças económicas e o seu delírio político, vai nascendo uma sociedade nova, cujo governo internacional será a *Paz*, porque o seu governante nacional será por toda a parte o mesmo — o *Trabalho*! A pioneira desta nova sociedade é a Associação Internacional dos Trabalhadores.

256, High Holborn, London, Western Central,
23 de Julho de 1870.

*Escrito por K. Marx entre
19 e 23 de Julho de 1870.
Publicado sob a forma
de folheto em inglês, em Julho
de 1870, e também sob
a forma de folheto e na imprensa
em alemão, francês e russo,
em Agosto-Setembro de 1870.*

*Publicado segundo o texto
da primeira edição inglesa
do folheto, confrontado com
o texto da segunda edição
inglesa de 1870 e com a
edição alemã autorizada
de 1870.
Traduzido do inglês³¹.*

30 Afluente da margem esquerda do rio Danúbio, que percorre territórios actuais da Polónia, da Moldávia soviética e da Roménia. (*Nota da edição portuguesa*.)

31 Excepto as citações de proveniência francesa e alemã que traduzimos segundo os textos publicados, respectivamente, em K. Marx e F. Engels, *Oeuvres choisies en trois volumes*, Editions du Progrès, Moscou, t. II, 1970 e Karl Marx/Friedrich Engels, *Werke*, Dietz Verlag, Berlim, 19/3, Bd. I/. (*Nota da edição portuguesa*.)

**SEGUNDA MENSAGEM DO CONSELHO GERAL
DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL
DOS TRABALHADORES SOBRE A GUERRA FRANCO-PRUSSIANA**

**Aos membros da Associação Internacional
dos Trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos**

No nosso primeiro Manifesto, de 23 de Julho, dizíamos: «O dobre de finados do segundo Império já soou em Paris. Ele acabará como começou, por uma paródia. Mas não esqueçamos que foram os governos e as classes dominantes da Europa que habilitaram Louis Bonaparte a representar, durante dezoito anos, a farsa feroz do *Império restaurado*.»

Assim, já antes de terem começado efectivamente as operações de guerra, tratávamos nós a bola de sabão bonapartista como uma coisa do passado.

Se não nos enganámos quanto à vitalidade do segundo Império, não estávamos errados no nosso receio de que a guerra alemã perdesse «o seu carácter estritamente defensivo» e degenerasse «numa guerra contra o povo francês». A guerra de defesa acabou de facto pela rendição de Louis Bonaparte, pela capitulação de Sedan e pela proclamação da República em Paris. Mas muito antes destes acontecimentos, no momento mesmo em que se tornava evidente a completa podridão das armas imperialistas³², a camarilha militar prussiana tinha decidido a conquista. Havia um feio obstáculo no seu caminho — *as proclamações do próprio rei Guilherme no começo da guerra*. No seu discurso do trono à Dieta da Alemanha do Norte, tinha declarado solenemente fazer a guerra contra o imperador dos franceses e não contra o povo francês. A 11 de Agosto tinha publicado um manifesto à nação francesa, onde dizia:

«O imperador Napoleão atacou, por água e por terra, a nação alemã, que desejou e continua a desejar viver em paz com o povo francês; tomei o comando do exército alemão para *repelir a sua agressão* e fui levado pelos *acontecimentos militares a atravessar as fronteiras da França*.»

Não contente em afirmar o carácter defensivo da guerra pela declaração de que só assumiu o comando dos exércitos alemães «*para repelir a agressão*» acrescentava que foi só «levado pelos acontecimentos militares» a atravessar as fronteiras da França. Uma guerra de defesa não exclui, naturalmente, operações ofensivas ditadas por «acontecimentos militares».

Assim, este piedoso rei tinha-se comprometido, perante a França e o mundo, a uma guerra estritamente defensiva. Como libertá-lo deste compromisso solene? Os contra-regras tiveram de o exhibir a ceder, relutante, a uma imposição irresistível da nação alemã. Deram imediatamente a deixa à classe média alemã liberal com os seus professores, os seus capitalistas, os seus vereadores e os seus escribas. Essa classe média, que na sua luta pela liberdade civil, de 1846 a 1870, tinha vindo a exhibir um espectáculo sem precedentes de irresolução, de incapacidade e de cobardia, sentiu-se deliciada em alto grau, obviamente, por entrar na cena europeia como o leão rugidor do patriotismo alemão. Reclamou a sua independência cívica fingindo que impunha ao governo prussiano os planos secretos deste mesmo governo. Penitencia-se pela sua prolongada e quase religiosa fé na infalibilidade de Louis Bonaparte, exigindo em voz alta o desmembramento da República Francesa. Ouçamos por um momento as alegações especiais destes patriotas de coração ousado!

32 Aqui no sentido de: imperiais. (*Nota da edição portuguesa.*)

Não ousam pretender que o povo da Alsácia-Lorena anseia pelo abraço alemão; muito pelo contrário. Para punir o seu patriotismo francês, Estrasburgo, cidade dominada por uma cidadela autónoma, foi bombardeada durante seis dias de maneira cruel e bárbara, com projecteis e explosivos «alemães» que a incendiaram e mataram grande número dos seus habitantes indefesos! Contudo, o solo daquelas províncias tinha pertencido outrora ao antigo Império alemão³³. Parece, assim, que o solo e os seres humanos que nele cresceram têm de ser confiscados como propriedade alemã imprescritível. Se alguma vez a carta da Europa tiver de ser refeita segundo a veia de antiquário, não esqueçamos em caso algum que o príncipe eleitor de Brandeburgo foi, para as suas possessões prussianas, o vassalo da República polaca³⁴.

Os patriotas mais sabidos reclamam, contudo, a Alsácia e a parte da Lorena de língua alemã como uma «garantia material» contra a agressão francesa. Como esta alegação desprezível tem confundido muita gente fraca de espírito, somos obrigados a entrar nisto mais a fundo.

É indubitável que a configuração geral da Alsácia, se comparada com a margem oposta do Reno, e a presença de uma grande cidade fortificada como Estrasburgo, a cerca de meio caminho entre Basileia e Germersheim, favorecem muito uma invasão francesa da Alemanha do Sul, enquanto opõem dificuldades particulares a uma invasão da França a partir da Alemanha do Sul. É indubitável, além disso, que a anexação [*addition*] da Alsácia e da Lorena de língua alemã daria à Alemanha do Sul uma fronteira muito mais forte, tanto mais que ela seria então senhora da crista dos Vosgos em toda a sua extensão e das fortalezas que cobrem os seus desfiladeiros do Norte. Se Metz também fosse anexada, a França seria certamente privada, de momento, das suas duas principais bases de operação contra a Alemanha, mas isso não a impediria de construir uma nova, em Nancy ou Verdun. Enquanto a Alemanha possui Koblenz, Mainz, Germersheim, Rastatt e Ulm, todas elas bases de operação contra a França e copiosamente utilizadas nesta guerra, com que aparência de honestidade pode ela disputar Estrasburgo e Metz à França, as únicas duas fortalezas de alguma importância que ela tem deste lado? Além disso, Estrasburgo só põe em perigo a Alemanha do Sul na medida em que a Alemanha do Sul é uma potência separada da Alemanha do Norte. Desde 1792-1795, a Alemanha do Sul nunca foi invadida a partir desta direcção, porque a Prússia era um parceiro na guerra contra a Revolução Francesa; mas logo que a Prússia concluiu uma paz separada³⁵ em 1795 e abandonou o Sul à sua sorte, começaram as invasões da Alemanha do Sul tendo Estrasburgo como base, e continuaram até 1809. O facto é que uma Alemanha *unida* pode sempre tornar inofensivos Estrasburgo e qualquer exército francês na Alsácia, pela concentração de todas as suas tropas entre Sarrelouis e Landau, como aconteceu na presente guerra, e pelo avanço ou pela aceitação da batalha na linha de comunicação entre Mainz e Metz. Enquanto a massa das tropas alemãs ali estacionar, qualquer exército francês que avance para a Alemanha do Sul a partir de Estrasburgo será atacado de flanco e terá as suas comunicações ameaçadas. Se a presente campanha provou alguma coisa, foi a facilidade de invadir a França a partir da Alemanha.

33 Até Agosto de 1806 a Alemanha fez parte do Sacro Império Romano da Nação Alemã, fundado no século X e que constituía uma união de principados feudais e de cidades livres que reconheciam a autoridade suprema do imperador.

34 Em 1618 o Eleitorado de Brandemburgo uniu-se com o Ducado da Prússia (Prússia Oriental), formado no início do século XVI com base nas possessões da Ordem Teutónica e vassalo feudal da Rzeczpospolita (República Polaca). Na sua qualidade de duque da Prússia, o eleitor de Brandemburgo foi vassalo da Polónia até 1657, altura em que, aproveitando-se das dificuldades desta na guerra com a Suécia, obteve o reconhecimento dos direitos de soberania para as possessões prussianas.

35 Trata-se do Tratado de Paz de Basileia, concluído separadamente pela Prússia, participante na primeira coligação antifrancesa de Estados europeus, com a República Francesa, em 5 de Abril de 1795.

Mas, em boa fé, não será por completo um absurdo e um anacronismo fazer de considerações militares o princípio pelo qual têm de ser fixadas as fronteiras de nações? Se esta regra tivesse de prevalecer, a Áustria ainda teria direito à Venécia e à linha do Mincio³⁶, e a França à linha do Reno para proteger Paris, que está certamente muito mais exposto a um ataque a partir do nordeste do que Berlim a partir do sudoeste. Se houver que fixar limites segundo os interesses militares, as reclamações não terão fim, porque qualquer linha militar é necessariamente defeituosa e pode ser melhorada pela anexação de mais algum território exterior; e, além disso, nunca podem ser fixados definitiva e honestamente, porque têm sempre de ser impostos pelo vencedor ao vencido, trazendo consigo, conseqüentemente, o germe de novas guerras.

Tal é a lição de toda a história. É assim com as nações como com os indivíduos. Para lhes retirar o poder de ataque há que retirar-lhes os meios de defesa. Não basta aplicar o garrote, há que matar. Se alguma vez um conquistador tomou «garantias materiais» para quebrar o nervo de uma nação, foi o primeiro Napoleão pelo Tratado de Tilsit³⁷ e pelo modo como o executou contra a Prússia e o resto da Alemanha. Contudo, poucos anos depois, o seu poder gigantesco desfez-se como caniço podre de encontro ao povo alemão. Que são as «garantias materiais» que a Prússia, nos seus sonhos mais insensatos, poderia ou ousaria impor à França, se comparadas com as «garantias materiais» que o primeiro Napoleão arrancou dela? O resultado não será menos desastroso. A história medirá a sua paga, não pela extensão das milhas quadradas conquistadas à França mas pela intensidade do crime de fazer reviver, na segunda metade do século XIX, *a política de conquista!*

Mas, dizem os porta-vozes do patriotismo teutónico, não se deve confundir alemães com franceses. O que queremos não é glória mas segurança. Os alemães são um povo essencialmente pacífico. Sob a sua sóbria tutela, a própria conquista, de condição de guerra futura, muda para penhor de paz perpétua. É claro que não foram os alemães quem invadiu a França em 1792, com o sublime propósito de baionetar a revolução do século XVIII. Não foram os alemães quem manchou as mãos com a subjugação da Itália, a opressão da Hungria e o desmembramento da Polónia. O seu sistema militar actual, que divide toda a população masculina em duas partes — um exército permanente em serviço e um outro exército permanente de licença, ambos igualmente obrigados em obediência passiva a governantes de direito divino — um tal sistema militar, evidentemente, é uma «garantia material» para preservar a paz e o fim último das tendências civilizadoras! Na Alemanha, como em qualquer outra parte, os sicofantas dos poderes vigentes envenenam o espírito popular com o incenso do auto louvor mendaz.

Pretendendo que ficam indignados à vista das fortalezas francesas de Metz e Estrasburgo, aqueles patriotas alemães não vêem mal no vasto sistema de fortificações moscovitas de Varsóvia, Modlin e Ivangorod. Enquanto tremem perante os terrores da invasão imperialista³⁸, fecham os olhos perante a infâmia da tutela aristocrática.

36 Ribeira da Itália do Norte, afluente da margem esquerda do rio Pó. (*Nota da edição portuguesa.*)

37 O Tratado de Tilsit foi concluído em 7-9 de Julho de 1807 entre a França napoleónica e os Estados participantes na quarta coligação antifrancesa, a Rússia e a Prússia, derrotadas na guerra. As condições do tratado eram extremamente duras para a Prússia, que perdeu uma parte significativa do seu território. A Rússia não sofreu quaisquer perdas territoriais, mas foi obrigada a reconhecer o reforço da posição da França na Europa e a aderir ao bloqueio contra a Inglaterra (o chamado bloqueio continental). O Tratado de Tilsit, tratado de rapina ditado por Napoleão I, provocou um forte descontentamento entre a população da Alemanha, preparando assim o terreno para o movimento de libertação contra o domínio napoleónico, que se desenvolveu em 1813.

38 Aqui no sentido de: imperial. (*Nota da edição portuguesa*)

Assim como em 1865 foram trocadas promessas entre Louis Bonaparte e Bismarck, assim, em 1870, foram trocadas promessas entre Gorchakov e Bismarck. Assim como Louis Bonaparte se gabava de que a guerra de 1866, tendo por resultado a comum exaustão da Áustria e da Prússia, faria dele o árbitro supremo da Alemanha, assim se gabava Alexandre de que a guerra de 1870, tendo por resultado a comum exaustão da Alemanha e da França, faria dele o árbitro supremo da parte ocidental do continente. Assim como o segundo Império considerou incompatível com a sua existência a Confederação da Alemanha do Norte³⁹, assim a Rússia autocrática tem de julgar-se posta em perigo por um Império alemão sob chefia prussiana. Tal é a lei do velho sistema político. Dentro do seu âmbito, o ganho de um Estado é perda de outro. A influência suprema do tsar sobre a Europa radica no seu tradicional domínio sobre a Alemanha. Num momento em que na própria Rússia agentes sociais vulcânicos ameaçam abalar a base mesma da autocracia, poderia o tsar permitir-se uma tal perda de prestígio externo? Já os jornais moscovitas repetem a linguagem dos jornais bonapartistas depois da guerra de 1866. Crêem realmente os patriotas teutões que a liberdade e a paz serão garantidas à Alemanha empurrando a França para os braços da Rússia? Se a fortuna das suas armas, a arrogância do êxito e a intriga dinástica levarem a Alemanha a um desmembramento da França, restar-lhe-ão então apenas abertos dois caminhos. Ela tem, com todos os riscos, de se tornar o instrumento *declarado* do engrandecimento russo, ou então, após uma curta pausa, aprontar-se de novo para outra guerra «defensiva»; não uma dessas guerras «localizadas» de agora mas uma *guerra de raças* — uma guerra contra as raças eslava e latina coligadas.

A classe operária alemã apoiou resolutamente a guerra, que não estava na sua mão impedir, como uma guerra pela independência da Alemanha e pela libertação da França e da Europa desse incubo pestilento, o segundo Império. Foram os operários alemães quem, juntamente com os trabalhadores rurais, forneceu os tendões e os músculos de hostes heróicas, deixando atrás de si as suas famílias meio mortas de fome. Dizimados pelas batalhas no estrangeiro, serão uma vez mais dizimados pela miséria na sua terra. Por sua vez, eles surgem agora a pedir «garantias» — garantias de que os seus imensos sacrifícios não foram vãos, de que conquistaram a liberdade, de que a vitória sobre os exércitos imperialistas⁴⁰, como em 1815, não seja transformada na derrota do povo alemão⁴¹; e como a primeira destas garantias, eles reclamam uma *paz honrosa para a França, e o reconhecimento da República Francesa*.

O Comité Central do Partido Operário Social-Democrata Alemão emitiu, no dia 5 de Setembro, um manifesto insistindo energicamente nestas garantias.

«Protestamos contra a anexação da Alsácia-Lorena. E estamos conscientes de que falamos em nome da classe operária alemã. No interesse comum da França e da Alemanha, no interesse da paz e da liberdade, no interesse da civilização ocidental contra a barbárie oriental, os operários alemães não suportarão pacientemente a anexação da Alsácia-Lorena... Estaremos lealmente com os nossos camaradas operários de todos os países, pela causa internacional comum do proletariado!»

Infelizmente, não podemos ter grandes esperanças no seu êxito imediato. Se os operários franceses, em plena paz, não conseguiram parar o agressor, poderão mais facilmente os operários alemães parar o vencedor em pleno clamor das armas? O manifesto dos operários alemães exige a

39 Trata-se da Confederação da Alemanha do Norte, formada em 1867 sob a égide da Prússia e que incluía 19 Estados e 3 cidades livres da Alemanha do Norte e Central. A formação da Confederação foi uma das etapas decisivas da reunificação da Alemanha sob a hegemonia da Prússia. Em Janeiro de 1871 a Confederação deixou de existir, devido à formação do Império Alemão.

40 Aqui no sentido de: imperiais. (*Nota da edição portuguesa.*)

41 Marx refere-se ao triunfo da reacção feudal na Alemanha depois da queda do domínio napoleónico; na Alemanha manteve-se a fragmentação feudal, o regime feudal-absolutista reforçou-se nos Estados alemães, conservaram-se todos os privilégios da aristocracia, intensificou-se a exploração semifeudal dos camponeses.

extradição de Louis Bonaparte, como delinquente comum, para a República Francesa. Os seus governantes estão já, pelo contrário, a fazer esforços para o reinstalar nas Tulherias⁴² como o melhor homem para arruinar a França. Seja como for, a história provará que a classe operária alemã não é feita do mesmo material maleável da classe média alemã. Ela cumprirá o seu dever.

Como ela, saudamos o advento da República em França, mas, ao mesmo tempo, experimentamos apreensões que esperamos se mostrarão sem fundamento. Esta República não subverteu o trono, apenas tomou o seu lugar deixado vago. Foi proclamada não como uma conquista social mas como uma medida nacional de defesa. Ela está nas mãos de um governo provisório, composto, em parte, por orleanistas notórios⁴³, em parte por republicanos da classe média, nalguns dos quais a insurreição de Junho de 1848 deixou o seu estigma indelével. A divisão do trabalho entre os membros desse governo parece desastrosa. Os orleanistas apanharam as fortalezas do exército e da polícia, enquanto aos pretensos republicanos couberam os departamentos onde se fala. Bastam alguns dos seus primeiros actos para mostrar que herdaram do Império não apenas ruínas mas também o seu pavor da classe operária. Se à República são exigidas manifestas impossibilidades numa fraseologia desenfreada, não será com vista a preparar a reclamação de um governo «possível»? Não estará a República destinada, por alguns dos seus dirigentes de classe média, a servir como mero tapa-buracos e ponte para uma restauração orleanista?

A classe operária francesa move-se, pois, em circunstâncias de extrema dificuldade. Qualquer tentativa de derrubamento do novo governo na presente crise, quando o inimigo quase bate às portas de Paris, seria uma loucura desesperada. Os operários franceses têm de cumprir os seus deveres como cidadãos; mas, ao mesmo tempo, não devem deixar-se iludir pelos *souvenirs*⁴⁴ nacionais de 1792, como os camponeses franceses se deixaram iludir pelos *souvenirs* nacionais do primeiro Império. Não têm de recapitular o passado, mas construir o futuro. Que aproveitem, calma e resolutamente, as oportunidades da liberdade republicana, para o trabalho da sua própria organização de classe. Isso dotá-los-á de forças hercúleas novas para a regeneração da França e a nossa tarefa comum — a emancipação do trabalho. Das suas energias e sageza depende a sorte da República.

Os operários ingleses já tomaram medidas para vencer, por uma pressão salutar do exterior, a resistência do seu governo em reconhecer a República Francesa⁴⁵. A presente dilação do governo britânico é destinada, provavelmente, a remir-se da guerra antijacobina e da sua indecente pressa de

42 Trata-se do Palácio das Tulherias em Paris, residência de Napoleão III.

43 Trata-se dos dois partidos monárquicos da burguesia francesa na primeira metade do século XIX: os legitimistas e os orleanistas.

Legitimistas: partidários da dinastia "legítima" dos Bourbons, derrubada em 1830, que representava os interesses dos detentores de grandes propriedades fundiárias hereditárias. Na luta contra a dinastia reinante dos Orleães (1830-1848), que se apoiava na aristocracia financeira e na grande burguesia, uma parte dos legitimistas recorria frequentemente à demagogia liberal, apresentando-se como defensores dos trabalhadores contra os exploradores burgueses.

Orleanistas: partidários dos duques de Orleães, ramo secundário da dinastia dos Bourbons, que se mantiveram no poder desde a revolução de Julho de 1830 até serem derrubados pela revolução de 1848; representavam os interesses da aristocracia financeira e da grande burguesia.

No período da Segunda República (1848-1851) ambos os agrupamentos monárquicos constituíram o núcleo do "partido da ordem", partido conservador unificado.

44 Em francês no texto: recordações. (*Nota da edição portuguesa.*)

45 Marx refere-se ao movimento dos operários ingleses pelo reconhecimento da República Francesa, instaurada a 4 de Setembro de 1870. A partir de 5 de Setembro, em Londres e noutras grandes cidades realizaram-se comícios e manifestações, cujos participantes exigiam ao governo inglês, em resoluções e petições, o reconhecimento imediato da República Francesa. O Conselho Geral da Internacional participou directamente na organização do movimento pelo reconhecimento da República Francesa.

outrora em sancionar o *coup d'état*^{46 47}. Os operários ingleses reclamam também do seu governo que se oponha com todo o seu poder ao desmembramento da França, que é o que uma parte da imprensa inglesa tem despudor bastante para exigir aos gritos. É a mesma imprensa que, durante vinte anos, deificou Louis Bonaparte como a providência da Europa, que aclamou freneticamente a rebelião dos proprietários de escravos⁴⁸. Agora, como então, ela trabalha afanosamente para o proprietário de escravos.

Que as secções da *Associação Internacional dos Trabalhadores* em todos os países chamem as classes operárias à acção. Se elas esquecerem o seu dever, se permanecerem passivas, a terrível guerra actual apenas será a precursora de conflitos internacionais ainda mais mortíferos, e levará em cada nação a um triunfo renovado, sobre o operário, dos senhores da espada, da terra e do capital.

*Vive la République!*⁴⁹

256, High Holborn, London, Western Central,
9 de Setembro de 1870.

Escrito por Marx entre 6 e 9
de Setembro de 1870.
Publicado sob a forma de folheto,
em inglês entre 11 e 13
de Setembro de 1870, e também
sob a forma de folheto em alemão
e na imprensa em alemão e francês,
em Setembro-Dezembro de 1870.

Publicado segundo
o texto do folheto inglês.
Traduzido do inglês⁵⁰

46 Em francês no texto: golpe de Estado. (*Nota da edição portuguesa.*)

47 Marx alude à participação activa da Inglaterra na criação da coligação de Estados feudais-absolutistas que em 1792 iniciou a guerra contra a França revolucionária, e também ao facto de a oligarquia dirigente inglesa ter sido a primeira na Europa a reconhecer o regime bonapartista em França, instaurado em resultado do golpe de Estado de Louis Bonaparte de 2 de Dezembro de 1851.

48 Durante a Guerra Civil na América (1861-1865) entre o Norte industrial e o Sul escravista, a imprensa burguesa inglesa tomou a defesa do Sul, isto é, do regime escravista.

49 Em francês no texto: Viva a República! (*Nota da edição portuguesa.*)

50 Excepto as citações de proveniência alemã que traduzimos segundo o texto publicado em Karl Marx/Friedrich Engels, Werke, Dietz Verlag, Berlim, 1973, Bd. 17. (*Nota da edição portuguesa.*)

A GUERRA CIVIL EM FRANÇA

MENSAGEM DO CONSELHO GERAL DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

A todos os membros da Associação na Europa e nos Estados Unidos

I

A 4 de Setembro de 1870, quando os operários de Paris proclamaram a República, que foi quase instantaneamente aclamada através da França, sem uma só voz discordante, uma cabala de advogados à caça de lugares, com Thiers como seu homem de Estado e Trochu como seu general, tomou o Hôtel de Ville⁵¹. Estavam nesse momento imbuídos de uma fé tão fanática na missão de Paris para representar a França em todas as épocas de crise histórica, que julgaram suficiente para legitimar os seus títulos como governantes da França, apresentar os seus mandatos caducados de representantes de Paris. Na nossa segunda mensagem sobre a última guerra, cinco dias após o advento destes homens, dissemo-vos quem eles eram. Contudo, na agitação da surpresa, com os verdadeiros dirigentes da classe operária ainda fechados nas prisões bonapartistas e os prussianos já em marcha sobre Paris, tolerou Paris a sua tomada do poder, na condição expressa de ser exercido com o único propósito de defesa nacional. Paris, entretanto, não tinha defesa sem armar a sua classe operária, sem a organizar numa força efectiva e sem treinar as suas fileiras na própria guerra. Mas Paris armada era a revolução armada. Uma vitória de Paris sobre o agressor prussiano teria sido uma vitória do operário francês sobre o capitalista francês e os seus parasitas de Estado. Neste conflito entre dever nacional e interesse de classe, o Governo de Defesa Nacional não hesitou um momento em tornar-se um Governo de Defecção Nacional.

O primeiro passo que deram foi o de enviar Thiers em peregrinação por todas as cortes da Europa para ali pedir mediação oferecendo a troca da República por um rei. Quatro meses após o começo do cerco, quando julgaram chegado o momento oportuno para atirar a primeira palavra de capitulação, Trochu, na presença de Jules Favre e de outros seus colegas, dirigiu-se nestes termos aos administradores de bairro de Paris reunidos:

«A primeira pergunta que me puseram os meus colegas, na própria noite do 4 de Setembro, foi esta: pode Paris, com alguma probabilidade de êxito, suportar um cerco e resistir ao exército prussiano? Não hesitei em responder negativamente. Alguns dos meus colegas que me escutam podem certificar que digo a verdade e que não mudei de opinião. Expliquei-lhes, nestes mesmos termos, que seria uma loucura, no estado actual das coisas, tentar sustentar um cerco contra o exército prussiano. Sem dúvida, acrescentei, seria uma loucura heróica, mas é tudo... Os acontecimentos» (dirigidos por ele próprio) «não desmentiram as minhas previsões.»

Este bonito discursinho de Trochu foi posteriormente publicado por M. Corbon, um dos administradores de bairro presentes.

Assim, na própria noite da proclamação da República, o «plano» de Trochu ficou conhecido pelos seus colegas como a capitulação de Paris. Se a defesa nacional tivesse sido mais do que um pretexto para o governo pessoal de Thiers, Favre e C.^a, os arrivistas do 4 de Setembro teriam abdicado a 5 — teriam informado o povo de Paris do «plano» de Trochu, e apelado para que se rendesse imediatamente ou para que tomasse o seu próprio destino nas suas próprias mãos. Em vez disto, os impostores infames resolveram curar a loucura heróica de Paris com um regime de fome e

51 Em francês no texto: Câmara Municipal. (*Nota da edição portuguesa.*)

de cabeças partidas, ludibriando-o entretanto com manifestos grandiloquentes, perorando: Trochu, «o governador de Paris, não capitulará nunca»; Jules Favre, o ministro dos Negócios Estrangeiros, não cederá «nem uma polegada do nosso território! Nem uma pedra das nossas fortalezas!» Numa carta a Gambetta, este mesmíssimo Jules Favre confessa que de quem se estavam «defendendo» não era dos soldados prussianos mas dos operários de Paris. Durante todo o cerco, os corta-goelas bonapartistas — a quem Trochu, avisadamente, confiara o comando do exército de Paris — trocaram, na sua correspondência, piadas sem vergonha sobre esta bem entendida farsa da defesa (ver, por exemplo, a correspondência de Alphonse Simon Guiod, comandante-chefe da artilharia do exército de defesa de Paris e grã-cruz da Legião de Honra, com Susane, general de divisão de artilharia, correspondência publicada pelo *Journal officiel*⁵² da Comuna). A máscara da impostura caiu finalmente em 28 de Janeiro de 1871⁵³. Com o verdadeiro heroísmo do auto-aviltamento completo, o Governo de Defesa Nacional, apareceu na sua capitulação, como o governo da França por prisioneiros de Bismarck — um papel tão vil que o próprio Louis Bonaparte, em Sedan, teve repugnância de o aceitar. Depois dos acontecimentos do 18 de Março, os *capitulards*⁵⁴, na sua fuga desordenada para Versalhes, deixaram nas mãos de Paris as provas documentais da sua traição, para destruir as quais, como diz a Comuna no seu manifesto às províncias «esses homens não hesitariam em fazer de Paris um montão de ruínas num mar de sangue».

Para estarem avidamente determinados a um tal desfecho, é porque alguns dos membros dirigentes do Governo de Defesa tinham, além disso, razões próprias muito peculiares.

Pouco depois da conclusão do armistício, M. Millièrre, um dos representantes de Paris à Assembleia Nacional, agora fuzilado por ordem expressa de Jules Favre, publicou uma série de documentos judiciais autênticos como prova de que Jules Favre, que vivia em concubinação com a mulher de um bêbedo residente em Argel, tinha conseguido apoderar-se, pelo mais audacioso cozinhado de falsificações ao longo de muitos anos — em nome dos filhos do seu adultério —, de uma importante herança que fez dele um homem rico; e de que, num processo intentado pelos legítimos herdeiros, só escapou ao desmascaramento com a conivência dos tribunais bonapartistas. Como estes secos documentos judiciais não podiam ser descartados por nenhum volume de cavalos-vapor de retórica, Jules Favre, pela primeira vez na vida, conteve a língua, esperando em silêncio a explosão da guerra civil para, então, denunciar freneticamente o povo de Paris como um bando de reclusos evadidos em revolta aberta contra a família, a religião, a ordem e a propriedade. Mal este mesmo falsário chegou ao poder após o 4 de Setembro, tratou de pôr à solta, por simpatia, Pic e Tallefer, condenados por falsificação mesmo durante o Império, no escandaloso caso do *Étendard*⁵⁵. Um destes homens, Tallefer, tendo ousado regressar a Paris durante a Comuna, foi imediatamente reinstalado na prisão; e Jules Favre exclamou então, da tribuna da Assembleia Nacional, que Paris estava a pôr fora da gaiola todos os seus passarões!

52 O *Journal Officiel de la Republique Française* (Jornal Oficial da República Francesa) publicou-se de 20 de Março a 24 de Maio de 1871, e foi o órgão oficial da Comuna de Paris; conservou o título do jornal oficial do governo da República Francesa, editado em Paris desde 5 de Setembro de 1870 (durante a Comuna de Paris publicou-se sob este mesmo título em Versailles o jornal do governo de Thiers). O número de 30 de Maio saiu com o título de *Journal Officiel de la Commune de Paris* (Jornal Oficial da Comuna de Paris). A carta de Simon Guiod foi publicada no número de 25 de Abril de 1871.

53 A 28 de Janeiro de 1871 Bismarck e Favre, representante do Governo de Defesa Nacional, assinaram uma «Convenção sobre o Armistício e a Capitulação de Paris». Esta vergonhosa capitulação constituiu uma traição aos interesses nacionais da França. Ao assinar a convenção, Favre aceitou as humilhantes exigências apresentadas pelos prussianos: o pagamento no prazo de duas semanas de uma indemnização de 200 milhões de francos, a rendição de uma grande parte dos fortes de Paris, a entrega da artilharia de campanha e das munições do exército de Paris.

54 *Capitulards* (capitulacionistas): alcunha desdenhosa dos partidários da capitulação de Paris durante o cerco de 1870-1871. Posteriormente passou a designar os capitulacionistas em geral.

55 *L'Étendard* (O Estandarte): jornal francês de orientação bonapartista, que se publicou em Paris de 1866 a 1868. A sua publicação cessou com a descoberta de operações fraudulentas para financiamento do jornal.

Ernest Picard, o Joe Miller⁵⁶ do governo de Defesa Nacional que a si próprio se designou ministro das Finanças⁵⁷ da República depois de ter, em vão, tentado ser ministro do Interior do Império, é irmão de um certo Arthur Picard, indivíduo expulso da *Bolsa* de Paris como vigarista (ver relatório da Prefeitura de Polícia, datado de 31 de Julho de 1867) e condenado, com base na sua própria confissão, por um roubo de 300 000 francos enquanto gerente de uma das sucursais da *Société générale*⁵⁸, rue Palestro, n.º 5 (ver relatório da Prefeitura de Polícia de 11 de Dezembro de 1868). Este Arthur Picard foi feito director, por Ernest Picard, do jornal deste, *l'Electeur libre*⁵⁹. Enquanto o comum dos jogadores da bolsa era enganado pelas mentiras oficiais desta folha do Ministério das Finanças, Arthur fazia o vaivém entre o Ministério das Finanças e a Bolsa para ali tirar lucro dos desastres do exército francês. Toda a correspondência financeira deste digno par de irmãos caiu nas mãos da Comuna.

Jules Ferry, um advogado sem vintém antes do 4 de Setembro, conseguiu, como presidente do município de Paris durante o cerco, amealhar uma fortuna à custa da fome. O dia em que tivesse de prestar contas da sua malversação seria o dia da sua condenação.

Estes homens, pois, só nas ruínas de Paris podiam encontrar os seus *tickets-of-leave*⁶⁰; eram precisamente estes os homens de que Bismarck precisava. Com a ajuda de algumas baralhadelas de cartas, Thiers, até então ponto [*prompter*] secreto do governo, aparecia agora à cabeça deste, com os *ticket-of-leave-men* por ministros.

Thiers, esse gnomo monstruoso, seduziu a burguesia francesa durante cerca de meio século porque é a expressão intelectual mais acabada da sua própria corrupção de classe. Antes de se tornar homem de Estado, já ele tinha dado provas, como historiador, da sua capacidade de mentir. A crónica da sua vida pública é o registo das desgraças da França. Ligado, antes de 1830, aos republicanos, meteu-se na carreira sob Louis-Philippe traíndo o seu protector Laffitte, insinuou-se junto do rei provocando motins contra o clero, durante os quais a Igreja de Saint-Germain-l'Auxerrois e o palácio do arcebispo foram saqueados, e agindo como ministro-espião e carcereiro-*accoucheur*⁶¹ da duquesa de Berry⁶². Foram obra sua o massacre dos republicanos na rue Transnonain e as infames leis de Setembro subsequentes contra a imprensa e contra o direito de associação⁶³. Ao reaparecer, em Março de 1840, como chefe do governo, deixou a França atónita

56 Nas edições alemãs de 1871 e de 1891: «Karl Vogt». Na edição francesa de 1871: «Falstaff».

57 Nas edições alemã e francesa: «ministro do Interior». (*Nota da edição portuguesa.*)

58 Trata-se da Société Générale du Credit Mobilier, grande banco francês por acções, criado em 1852. A principal fonte de rendimentos do banco era a especulação com títulos. O Crédit Mobilier estava estreitamente ligado aos círculos governamentais do Segundo Império. Em 1867 a sociedade faliu e em 1871 foi liquidada.

59 *L'Electeur libre* (O Eleitor Livre): jornal francês, órgão dos republicanos de direita, publicou-se em Paris de 1868 a 1871; em 1870-1871 esteve ligado ao Ministério das Finanças do Governo de Defesa Nacional.

60 Em Inglaterra, dá-se frequentemente a criminosos comuns, após cumprimento da maior parte da sua pena, licenças de saída com as quais são soltos e postos sob a vigilância da polícia. Estas licenças chamam-se *ticket-of-leave* e os seus detentores *ticket-of-leave-men*. (*Nota de Engels à edição alemã de 1871.*)

61 Em francês no texto: parteiro. (*Nota da edição portuguesa.*)

62 A 14 e 15 de Fevereiro de 1831, em Paris, em sinal de protesto contra uma manifestação legitimista numa missa em memória do duque de Berry, uma multidão destruiu igreja de Saint-Germain-l'Auxerrois e o palácio do arcebispo de Quelen. Thiers, que presenciou a destruição da igreja e do palácio do arcebispo, convenceu os guardas nacionais a não se oporem à acção da multidão.

Em 1832, por decisão de Thiers, nessa altura ministro do Interior, a duquesa de Berry, mãe do pretendente legitimista ao trono francês, conde Chambord, foi presa e submetida a um exame médico humilhante com o objectivo de tornar público o seu casamento secreto e comprometê-la politicamente.

63 Marx refere-se ao papel miserável de Thiers (nessa altura ministro do Interior) no esmagamento da insurreição das massas populares de Paris contra o regime da monarquia de Julho, a 13-14 de Abril de 1834. O esmagamento desta insurreição foi acompanhado de atrocidades por parte da camarilha militar que, em particular, matou todos os

com o seu plano de fortificação de Paris⁶⁴. Aos republicanos, que denunciaram este plano como uma intriga sinistra contra a liberdade de Paris, replicou ele da tribuna da Câmara dos Deputados:

«Mas quê! Imaginar que alguma vez fortificações possam pôr em perigo a liberdade! E, antes de mais, calunia-se um governo, seja ele qual for, quando se supõe que ele possa um dia tentar manter-se bombardeando a capital... Mas esse governo seria cem vezes mais impossível após a sua vitória.»

Na verdade, nenhum governo jamais ousaria bombardear Paris a partir dos fortes, a não ser esse governo, que entregara previamente estes fortes aos prussianos.

Quando o rei Bomba⁶⁵, em Janeiro de 1848, fez uma tentativa contra Palermo, Thiers, então há muito fora do ministério, surgiu de novo na Câmara dos Deputados:

«Sabeis, senhores, o que se passa em Palermo; todos vós estremecesteis de horror» (no sentido parlamentar) «ao tomar conhecimento de que, durante quarenta e oito horas, uma grande cidade foi bombardeada. Por quem? Foi por um inimigo estrangeiro, exercendo os direitos da guerra? Não, senhores, foi pelo seu próprio governo. E porquê? Porque esta cidade infortunada reclamava os seus direitos. Ora, por ter reclamado os seus direitos, Palermo teve quarenta e oito horas de bombardeamento! Permiti que eu apele para a opinião europeia. É prestar um serviço à humanidade, vir, do alto da maior tribuna, talvez, da Europa, fazer ressoar palavras» (palavras, de facto) «de indignação contra tais actos... Quando o regente Espartero, que tinha prestado serviços ao seu país» (coisa que M. Thiers nunca fez), «pretendeu bombardear Barcelona para reprimir a insurreição, por toda a parte se elevou no mundo um grande grito de indignação.»

Dezoito meses mais tarde, M. Thiers estava entre os mais ferozes defensores do bombardeamento de Roma por um exército francês⁶⁶. Na realidade, a culpa do rei Bomba parece ter sido só a de limitar o seu bombardeamento a quarenta e oito horas.

Poucos dias antes da Revolução de Fevereiro⁶⁷, azedo pelo longo exílio de cargos e benefícios a que Guizot o condenara e farejando no ar o odor de um levantamento popular iminente, Thiers, naquele estilo pseudo-heróico que lhe valeu a alcunha de *Mirabeau-mouche*⁶⁸, declarou à Câmara dos Deputados:

moradores de uma casa da Rua Transnonain.

Leis de Setembro: leis reaccionárias contra a imprensa, promulgadas pelo governo francês em Setembro de 1835. De acordo com estas leis, eram condenados a penas de prisão e a grandes multas em dinheiro os actos contra a propriedade e contra o regime existente.

64 Em Janeiro de 1841, Thiers propôs na Câmara dos Deputados um projecto de construção de fortificações militares em torno de Paris. Nos meios revolucionários-democráticos este projecto foi acolhido como uma medida preparatória para o esmagamento dos movimentos populares. No projecto de Thiers previa-se a construção de poderosos fortins nas proximidades dos bairros operários.

65 Fernando II.

66 Em Abril de 1849, a França, em aliança com a Áustria e Nápoles, organizou uma intervenção contra a República Romana com o objectivo de a esmagar e de restabelecer o poder temporal do papa. As tropas francesas submeteram Roma a um cruel bombardeamento. Apesar de uma resistência heróica, a República Romana foi derrubada e Roma ocupada pelas tropas francesas.

67 Trata-se da revolução de 1848.

68 Em francês no texto: *Mirabeau-mosca*. (Nota da edição portuguesa.)

«Eu sou do partido da Revolução, não só em França mas na Europa. Desejo que o governo da Revolução fique nas mãos dos moderados; mas se o governo caísse nas mãos dos ardentes, nem que fosse dos radicais, eu não abandonaria apesar disso a minha causa. Seria sempre do partido da Revolução.»

Veio a Revolução de Fevereiro. Em vez de substituir o gabinete Guizot pelo gabinete Thiers, como o homenzinho tinha sonhado, ela suplantou Louis-Philippe com a República. No primeiro dia da vitória popular, teve o cuidado de se esconder, esquecendo que o desprezo dos operários o protegia do seu ódio. No entanto, com a sua coragem lendária, continuou a evitar a cena pública até que os massacres de Junho⁶⁹ a limpassem para o seu género de acção. Tornou-se então o cérebro dirigente do «partido da ordem»⁷⁰ e da sua república parlamentar, esse interregno anónimo no qual todas as facções da classe dirigente rivais conspiravam juntas para esmagar o povo, e conspiravam umas contra as outras para restaurar, cada uma, a sua própria monarquia. Então, como agora, Thiers denunciava os republicanos como único obstáculo para a consolidação da república; então, como agora, ele falava à república como o carrasco a Don Carlos: — «Tenho de assassinar-te, mas para teu bem.» Agora, como então, terá de exclamar, no dia a seguir ao da sua vitória: «*L'Empire est fait*» — O Império está consumado. Apesar das suas homilias hipócritas sobre as liberdades necessárias e do seu rancor pessoal contra Louis Bonaparte, que o tinha ludibriado e tinha corrido com o parlamentarismo — e fora da atmosfera factícia deste, o homenzinho está consciente de ficar reduzido à nulidade —, a mão dele esteve em todas as infâmias do segundo Império, desde a ocupação de Roma pelas tropas francesas até à guerra com a Prússia, que ele incitou com as suas invectivas ferozes contra a unidade alemã, não por esta ser um disfarce do despotismo prussiano mas por ser um ataque ao direito adquirido da França sobre a desunião alemã. Gostando de brandir à face da Europa, com os seus braços de anão, a espada do primeiro Napoleão, do qual se tornou o limpa-botas histórico, a sua política externa culminou sempre na total humilhação da França, desde a convenção de Londres⁷¹ de 1840 até à capitulação de Paris de 1871 e à presente guerra civil, em que atira contra Paris os prisioneiros de Sedan e de Metz⁷² por especial autorização de Bismarck. Apesar da versatilidade do talento e da inconstância de propósitos, este homem esteve durante toda a sua vida amarrado à mais fósil rotina. É óbvio que as correntes mais profundas da sociedade moderna ficaram-lhe para sempre escondidas; mas mesmo as mudanças mais palpáveis à superfície daquela repugnavam a um cérebro cuja vitalidade se tinha refugiado toda na língua. Por isso nunca se cansou de denunciar como um sacrilégio qualquer desvio do velho sistema proteccionista francês. Quando ministro de Louis-Philippe, invectivou os caminhos-de-ferro como uma louca quimera; e quando na oposição, sob Louis Bonaparte, estigmatizou como uma profanação qualquer tentativa para reformar o apodrecido sistema do exército francês. Nunca, na sua longa carreira política, se tornou culpado de uma só medida de qualquer utilidade prática, por mais pequena que fosse. Thiers só foi consequente na sua avidez de riqueza e no seu ódio pelos homens que a produzem. Tendo entrado no seu primeiro ministério, sob Louis-Philippe, pobre como Job, saiu

69 Insurreição de Junho: insurreição heróica dos operários de Paris em 23-26 de Junho de 1848, reprimida com excepcional crueldade pela burguesia francesa. A insurreição foi a primeira grande guerra civil da história entre o proletariado e a burguesia.

70 Partido da Ordem: partido da grande burguesia conservadora criado em 1848; constituía uma coligação das duas fracções monárquicas de França: os legitimistas e os orleanistas (ver nota 128); de 1849 até ao golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851 ocupou uma posição dirigente na Assembleia Legislativa da Segunda República.

71 A 15 de Julho de 1840, a Inglaterra, a Rússia, a Prússia, a Áustria e a Turquia assinaram em Londres, sem a participação da França, uma convenção sobre a ajuda ao sultão turco contra o governante egípcio Mohammed Ali, que era apoiado pela França. Em resultado da conclusão da convenção surgiu a ameaça de uma guerra entre a França e a coligação de potências europeias; no entanto, o rei Luís Filipe não ousou iniciar as hostilidades e retirou o apoio a Mohammed Ali.

72 Desejando reforçar o exército de Versalhes para esmagar a Paris revolucionária, Thiers pediu a Bismarck que o autorizasse a integrar no contingente prisioneiros de guerra franceses, sobretudo do exército que capitulou em Sedan e Metz.

dele milionário. O seu último ministério sob o mesmo rei (de 1 de Março de 1840) expô-lo a sarcasmos públicos de corrupção na Câmara dos Deputados, aos quais se contentou em responder com lágrimas - artigo que ele fornece tão livremente como Jules Favre ou qualquer outro crocodilo. Em Bordéus⁷³, a sua primeira medida para salvar a França da ruína financeira iminente foi a de dotar-se a si mesmo com três milhões por ano, a primeira e a última palavra da «república económica», cuja perspectiva ele abriu aos seus eleitores de Paris em 1869. Um dos seus antigos colegas da Câmara dos Deputados de 1830, M. Beslay, ele próprio um capitalista e, apesar disso, membro dedicado da Comuna de Paris, dirigia-se ultimamente assim a Thiers, num cartaz público:

«A escravização do Trabalho pelo Capital foi sempre a pedra angular da vossa política, e desde o próprio dia em que vistes a República do trabalho instalada no *Hôtel de Ville*, nunca deixastes de gritar à França: "são criminosos!"»

Mestre em pequenas patifarias de Estado, virtuoso em perjúrio e traição, qualificado em todos os estratagemas baixos, expedientes manhosos e perfídias vis da luta parlamentar dos partidos; sempre sem escrúpulos, quando fora do governo, em atear uma revolução e em afogá-la em sangue quando ao leme do Estado; com preconceitos de classe fazendo as vezes de ideias e vaidade as vezes de coração; com uma vida privada tão infame como a sua vida pública é odiosa — mesmo agora, quando desempenha o papel de um Sila francês, não pode deixar de realçar a abominação dos seus actos pelo ridículo da sua ostentação.

A capitulação de Paris, entregando à Prússia não apenas Paris mas toda a França, encerrou as intrigas de traição prosseguidas de há muito com o inimigo, as quais tinham sido iniciadas pelos usurpadores de 4 de Setembro nesse mesmo dia, como disse o próprio Trochu. Por outro lado, ela dava início à guerra civil que eles estavam agora a mover, com a ajuda da Prússia, contra a República e contra Paris. A armadilha estava nos próprios termos da capitulação. Nesse momento, mais de um terço do território estava nas mãos do inimigo, a capital estava cortada das províncias, todas as comunicações estavam desorganizadas. Era impossível, em tais circunstâncias, eger uma verdadeira representação da França sem que fosse dado um amplo prazo para os preparativos. Tendo isto em conta, a capitulação estipulava que a Assembleia Nacional tinha de ser eleita em oito dias; de modo que, em muitos pontos da França, a notícia da eleição iminente só chegou na véspera. Além disso, por uma cláusula expressa da capitulação, esta Assembleia devia ser eleita com o único propósito de decidir da paz ou da guerra e, eventualmente, para concluir um tratado de paz. A população não podia deixar de sentir que os termos do armistício tornavam impossível a continuação da guerra e que, para ratificar a paz, imposta por Bismarck, os piores homens eram os melhores. Mas, não contente com estas precauções, Thiers, antes mesmo de quebrado em Paris o segredo do armistício, partiu para uma digressão eleitoral pelas províncias, para ali galvanizar e ressuscitar o partido legitimista, que tinha agora, ao lado dos orleanistas, de tomar o lugar que então os bonapartistas não podiam ocupar. Ele não os receava. Impossíveis como governo da França moderna e, por isso, desprezíveis como rivais, que partido era mais elegível como instrumento da contra-revolução do que o partido cuja acção, nas palavras do próprio Thiers (Câmara dos Deputados, 5 de Janeiro de 1833),

«se tinha sempre confinado aos três recursos da invasão estrangeira, da guerra civil e da anarquia»?

Eles acreditavam verdadeiramente no advento do seu milénio retrospectivo longamente esperado. Havia as botas da invasão estrangeira calcando a França; havia a queda de um império e o cativo de um Bonaparte; e havia eles próprios. A roda da história tinha manifestamente girado para trás,

73 Em Bordéus reuniu-se a Assembleia Nacional da França em 1871.

para se deter na «*Chambre introuvable*» de 1816⁷⁴. Nas assembleias da República, de 1848 a 1851, eles tinham estado representados pelos seus campeões parlamentares, educados e experimentados; agora eram os soldados rasos do partido que se precipitavam para elas — todos os Pourceaugnac da França.

Assim que esta Assembleia de «Rurais»⁷⁵ se reuniu em Bordéus, Thiers tornou-lhes claro que os preliminares de paz tinham de ter assentimento imediato, mesmo sem as honras de um debate parlamentar, condição sem a qual a Prússia não lhes permitiria desencadear a guerra contra a República e Paris, sua cidadela. A contra-revolução, de facto, não tinha tempo a perder. O segundo Império tinha mais do que duplicado a dívida nacional e mergulhado todas as grandes cidades em pesadas dívidas municipais. A guerra tinha dilatado terrivelmente os encargos e destruído sem piedade os recursos da nação. Para completar a ruína, estava lá o Shylock prussiano com o seu título de dívida da manutenção, em solo francês, de meio milhão de soldados seus, com a sua indemnização de cinco mil milhões⁷⁶ e juros de 5 por cento sobre as prestações não pagas. Quem ia pagar a conta? Só pelo derrubamento violento da República os apropriadores de riqueza podiam esperar pôr aos ombros dos produtores desta o custo de uma guerra que eles, apropriadores, tinham provocado. Assim, a imensa ruína da França impelia estes patrióticos representantes da terra e do capital, sob os próprios olhos e o patrocínio do invasor, a enxertar na guerra estrangeira uma guerra civil — uma rebelião de proprietários de escravos.

Havia no caminho desta conspiração um grande obstáculo - Paris. Desarmar Paris era a primeira condição de sucesso. Paris foi pois intimada por Thiers a entregar as suas armas. Paris foi então exasperada pelas frenéticas manifestações anti-republicanas da Assembleia dos «Rurais» e pelas equívocas do próprio Thiers sobre o estatuto legal da República; pela ameaça de decapitar e descapitalizar Paris; pela nomeação de embaixadores orleanistas; pelas leis de Dufaure sobre letras comerciais e rendas de casa vencidas⁷⁷, que impunham a ruína ao comércio e à indústria de Paris; pela taxa de Pouyer-Quertier de dois cêntimos sobre qualquer exemplar de qualquer publicação imaginável; pelas sentenças de morte contra Blanqui e Flourens; pela supressão dos jornais republicanos; pela transferência da Assembleia Nacional para Versalhes; pelo prolongamento do estado de sítio declarado por Palikao e expirado a 4 de Setembro; pela nomeação de Vinoy, o *Décembriseur*⁷⁸, como governador de Paris, de Valentin, o *gendarme* imperialista⁷⁹, como prefeito de polícia, e de Aurelle de Paladines, o general jesuíta, como comandante-chefe da Guarda Nacional parisiense.

74 «*Chambre introuvable*» («Câmara impossível de encontrar»): Câmara dos Deputados em França em 1815-1816 (primeiros anos do regime da Restauração), composta por ultra-reaccionários.

75 «Câmara de latifundiários», «assembleia de rurais»: designações desdenhosas da Assembleia Nacional de 1871, que se reuniu em Bordéus e que era composta na sua maioria por monárquicos reaccionários: latifundiários da província, funcionários, rentiers e negociantes, eleitos em círculos eleitorais rurais. Dos 630 deputados a Assembleia, cerca de 430 eram monárquicos.

76 Trata-se do tratado de paz preliminar entre a França e a Alemanha, subscrito em Versalhes em 26 de Fevereiro de 1871 por Thiers e J. Favre, por um lado, e por Bismarck, por outro lado. De acordo com as condições deste tratado, a França cedia à Alemanha a Alsácia e a Lorena Oriental e pagava uma indemnização de cinco mil milhões de francos. O tratado de paz definitivo foi assinado em Frankfurt am Main a 10 de Maio de 1871.

77 A 10 de Março de 1871, a Assembleia Nacional aprovou uma lei sobre o adiamento do pagamento das dívidas contraídas entre 13 de Agosto e 12 de Novembro de 1870; quanto ao pagamento das dívidas contraídas depois de 12 de Novembro não havia adiamento. Deste modo, a lei desferiu um duro golpe nos operários e nas camadas mais pobres da população, provocando também a bancarrota de muitos pequenos comerciantes e industriais.

78 *Décembriseur*: participante no golpe de Estado bonapartista de 2 de Dezembro de 1851 e partidário das acções no espírito deste golpe.

79 Ver nota da p. 216. (*Nota da edição portuguesa.*)

E temos agora uma questão a pôr a M. Thiers e aos homens da defesa nacional, seus subordinados. É sabido que através de M. Pouyer-Quertier, seu ministro das Finanças, Thiers contraiu um empréstimo de dois mil milhões. É então verdade ou não:

1. que o negócio estava arranjado de tal maneira que uma recompensa de várias centenas de milhões estava assegurada para benefício privado de Thiers, Jules Favre, Ernest Picard, Pouyer-Quertier e Jules Simon?
2. e que nenhum pagamento havia de ser efectuado senão depois da «pacificação» de Paris⁸⁰?

Em todo o caso, algo de muito urgente tinha de haver na matéria, para que Thiers e Jules Favre, em nome da maioria da Assembleia de Bordéus solicitassem despidoradamente a imediata ocupação de Paris pelas tropas prussianas. Tal não era, contudo, o jogo de Bismarck, como ele o disse sarcasticamente e em público, aos admirativos filisteus de Frankfurt, no seu regresso à Alemanha.

80 Segundo as informações dos jornais, do empréstimo interno que o governo de Thiers decidiu lançar, o próprio Thiers e outros membros do seu governo deviam receber mais de 300 milhões de francos a título de «comissão». A lei sobre o empréstimo foi aprovada a 20 de Junho de 1871, depois do esmagamento da Comuna.

II

Paris em armas era o único obstáculo sério no caminho da conspiração contra-revolucionária. Paris tinha, pois, de ser desarmada. Nesse ponto, a Assembleia de Bordéus era a sinceridade mesma. Se o rugido clamoroso dos seus Rurais não se tivesse feito ouvir bastante, a entrega de Paris por Thiers à terna solicitude do triunvirato — Vinoy, o *Décembriseur*, Valentin, o *gendarme* bonapartista e Aurelle de Paladines, o general jesuíta — teria posto termo à menor sombra de dúvida. Enquanto exibiam insultuosamente o verdadeiro propósito do desarmamento de Paris, os conspiradores pediam-lhe que depusesse as suas armas com um pretexto que era a mais gritante, a mais impudente das mentiras. A artilharia da Guarda Nacional de Paris, dizia Thiers, pertencia ao Estado e ao Estado tinha de ser devolvida. O facto era este: desde o próprio dia da capitulação, com a qual os prisioneiros de Bismarck tinham assinado a rendição da França, reservando para si mesmos uma guarda numerosa com o propósito expresso de intimidar Paris, Paris estava de sobreaviso. A Guarda Nacional reorganizou-se e confiou o seu controlo supremo a um Comité Central eleito pelo conjunto do corpo, salvo alguns restos das velhas formações bonapartistas. Na véspera da entrada dos prussianos em Paris, o Comité Central tomou medidas para o transporte para Montmartre, Belleville e La Vilette do canhão e *mitrailleuses*⁸¹ traiçoeiramente abandonadas pelos *capitulards* nos próprios bairros e à volta dos bairros que os prussianos iriam ocupar. Esta artilharia tinha sido obtida por subscrições da Guarda Nacional. Fora oficialmente reconhecida como sua propriedade privada na capitulação de 28 de Janeiro, e a este mesmo título isenta da rendição geral das armas do governo às mãos do vencedor. E Thiers estava tão completamente privado do mais ligeiro pretexto para abrir hostilidades contra Paris, que teve de recorrer à mentira flagrante de que a artilharia da Guarda Nacional seria propriedade do Estado!

A apreensão da sua artilharia destinava-se claramente a servir como preliminar para o desarmamento geral de Paris e, assim, da Revolução do 4 de Setembro. Mas essa revolução tornara-se o estatuto legal da França. A república, obra sua, foi reconhecida pelo vencedor nos termos da capitulação. Após a capitulação, foi reconhecida por todas as potências estrangeiras e em seu nome fora convocada a Assembleia Nacional. A Revolução de 4 de Setembro dos operários de Paris era o único título legal da Assembleia Nacional sediada em Bordéus e do seu executivo. Sem ela, a Assembleia Nacional teria de dar lugar imediatamente ao *Corps législatif*⁸² eleito em 1869 por sufrágio universal, sob autoridade francesa e não prussiana e disperso à força pelo braço da revolução. Thiers e os seus *ticket-of-leave-men* teriam tido de capitular para obterem salvo-condutos assinados por Louis Bonaparte para se livrarem de uma viagem a Cayenne⁸³. A Assembleia Nacional, com o seu poder de procuração para estabelecer os termos da paz com a Prússia, era apenas um incidente nesta revolução, cuja verdadeira encarnação ainda era Paris em armas, que a tinha iniciado, suportado por ela um cerco de cinco meses com os horrores da fome, e feito da sua prolongada resistência, apesar do plano de Trochu, a base de uma obstinada guerra de defesa nas províncias. E Paris, agora, ou tinha de depor as suas armas sob o insultuoso mando dos escravistas rebeldes de Bordéus e reconhecer que a sua Revolução do 4 de Setembro apenas significava uma simples transferência de poder de Louis Bonaparte para os seus régios rivais, ou tinha de se afirmar, doravante, como o campeão auto-sacrificado da França, cuja salvação da ruína e cuja regeneração eram impossíveis sem o derrubamento revolucionário das condições políticas e sociais que tinham engendrado o segundo Império e tinham amadurecido, sob o seu cuidado protector, até ao completo apodrecimento. Paris, emagrecida por uma fome de cinco meses, não hesitou um momento. Resolveu heroicamente correr todos os riscos de uma resistência contra os conspiradores franceses, mesmo com o canhão prussiano a ameaçá-la a partir dos seus próprios

81 Em francês no texto: metralhadoras. (Nota da edição portuguesa.)

82 Em francês no texto: Corpo legislativo. (Nota da edição portuguesa.)

83 Cayenne: cidade da Guiana Francesa (América do Sul), prisão e lugar de exílio para presos políticos.

fortes. Contudo, no seu horror da guerra civil para que Paris ia ser empurrada, o Comité Central continuou a persistir numa atitude meramente defensiva, a despeito das provocações da Assembleia, das usurpações do executivo e da ameaçadora concentração de tropas em Paris e à sua volta.

Thiers desencadeou a guerra civil enviando Vinoy à cabeça de uma multidão de *sergents-de-ville*⁸⁴ e de alguns regimentos de linha, numa expedição nocturna contra Montmartre, para tomar ali, de surpresa, a artilharia da Guarda Nacional. É sabido como esta tentativa fracassou perante a resistência da Guarda Nacional e a confraternização entre a linha e o povo. Aurelle de Paladines tinha antecipadamente impresso o seu boletim de vitória, e Thiers teve prontos os cartazes que anunciavam as suas medidas de *coup d'état*. Estes tinham de ser agora substituídos pelos apelos de Thiers proclamando a sua resolução magnânime de deixar a Guarda Nacional na posse das suas armas, com o que, dizia ele, se sentia seguro de que ela se passaria para o governo, contra os rebeldes. De 300 000 Guardas Nacionais apenas 300 responderam a esta intimação a passarem-se para o pequeno Thiers contra si próprios. A gloriosa Revolução dos operários do 18 de Março, incontestavelmente, tomou posse de Paris. O Comité Central foi o seu governo provisório. A Europa pareceu duvidar, por um momento, se os seus sensacionais feitos recentes de política e de guerra tinham qualquer realidade em si ou se não eram sonhos de um passado remoto.

Do 18 de Março até à entrada das tropas de Versalhes em Paris, a revolução proletária permaneceu tão livre dos actos de violência em que as revoluções abundam — e mais ainda as contra-revoluções das «classes superiores» [*better classes*] — que aos seus adversários não restaram factos para vociferar contra ela, a não ser a execução dos generais Lecomte e Clément Thomas, e o caso da Place Vendôme.

Um dos oficiais bonapartistas comprometidos na tentativa nocturna contra Montmartre, o general Lecomte, dera por quatro vezes ordem ao 81.º regimento de linha para fazer fogo contra um ajuntamento de gente desarmada na Place Pigalle e, à recusa dos seus homens, insultara-os ferozmente. Em vez de atirar sobre mulheres e crianças, os seus próprios homens atiraram sobre ele. Não é provável, obviamente, que hábitos inveterados, adquiridos pelos soldados sob a instrução dos inimigos da classe operária, mudem no preciso momento em que estes soldados mudavam de campo. Os mesmos homens executaram Clément Thomas.

O «general» Clément Thomas, um ex-sargento quartel-mestre de cavalaria, descontente, tinha-se alistado, nos últimos tempos do reinado de Louis-Philippe, na redacção do jornal republicano *le National*⁸⁵, para servir ali na dupla qualidade de homem de palha (*gérant responsable*)⁸⁶ e de duelista de serviço deste muito combativo jornal. Chegados ao poder após a Revolução de Fevereiro, os homens do *National* metamorfosearam em general este velho primeiro-sargento nas vésperas da carnificina de Junho⁸⁷, da qual, como Jules Favre, ele foi um dos conspiradores sinistros e se tornou um dos mais vis executores. Desapareceram então, por longo tempo, ele e o seu generalato, para voltarem à superfície no 1.º de Novembro de 1870. No dia anterior, o Governo de Defesa, apanhado no *Hôtel de Ville*, deu solenemente a sua palavra a Blanqui, Flourens e a outros representantes da classe operária que abdicaria do poder usurpado para as mãos de uma Comuna a eleger livremente por Paris⁸⁸. Em vez de respeitar a sua palavra, largou sobre Paris os

84 Em francês no texto: agentes de polícia. (*Nota da edição portuguesa.*)

85 *Le National* (O Nacional): jornal diário francês, publicou-se em Paris de 1830 a 1851; órgão dos republicanos burgueses moderados.

86 Em francês no texto: gerente responsável. (*Nota da edição portuguesa.*)

87 Trata-se do cruel esmagamento da insurreição dos operários de Paris em Junho de 1848.

88 A 31 de Outubro de 1870 os operários de Paris e a parte revolucionária da Guarda Nacional, tendo tido conhecimento da decisão do Governo de Defesa Nacional de iniciar conversações com os prussianos, revoltaram-se

bretões de Trochu, que substituíam agora os corsos de Bonaparte⁸⁹. Só o general Tamisier, recusando manchar o seu nome por uma tal quebra de palavra, se demitiu do seu comando-chefe da Guarda Nacional e, em lugar dele, Clément Thomas tratou de tornar-se, pela sua parte, outra vez general. Durante todo o exercício do seu comando, este fez a guerra, não contra os prussianos mas contra a Guarda Nacional de Paris. Impediu o seu armamento geral, excitou os batalhões burgueses contra os batalhões de operários, desembaraçou-se dos oficiais hostis ao «plano» de Trochu e licenciou, sob o estigma de cobardia, estes mesmos batalhões proletários, cujo heroísmo deixava atónitos, agora, os seus inimigos mais inveterados. Clément Thomas sentia-se todo orgulhoso por ter reconquistado a sua preeminência de Junho como inimigo pessoal da classe operária de Paris. Apenas poucos dias antes do 18 de Março, expunha ele ao ministro da Guerra, Le Flô, um plano seu para «acabar com a *fine fleur*⁹⁰ da *canaille*⁹¹ de Paris». Depois da derrota de Vinoy, ele tinha necessariamente de aparecer em cena, na qualidade de espião amador. O Comité Central e os operários de Paris foram tão responsáveis pela execução de Clément Thomas, como a princesa de Gales pela sorte das pessoas que morreram esmagadas no dia da sua entrada em Londres.

O massacre de cidadãos desarmados na Place Vendôme é um mito que M. Thiers e os Rurais ignoraram persistentemente na Assembleia, confiando exclusivamente a sua propagação à criadagem do jornalismo europeu. «Os homens de ordem», os reaccionários de Paris, tremeram ante a vitória do 18 de Março. Para eles era o sinal da retaliação popular que chegava finalmente. Os espectros das vítimas assassinadas às suas mãos desde as jornadas de Junho de 1848 até ao 22 de Janeiro de 1871⁹² surgiam-lhes diante dos olhos. O seu pânico foi o seu único castigo. Até os *sergents-de-ville*, em vez de serem desarmados e encarcerados como se devia ter feito, tiveram as portas de Paris abertas de par em par, para a sua retirada a salvo para Versalhes. Os homens de ordem não só não foram molestados como lhes foi consentido reagruparem-se e tomarem conta, placidamente, de mais de uma posição de força no próprio centro de Paris. Esta indulgência do Comité Central — esta magnanimidade dos operários armados —, tão estranhamente em desacordo com os hábitos do «partido da ordem», foi mal interpretada por este último como mero sintoma de fraqueza consciente. Donde o seu estúpido plano para tentar, a coberto de uma manifestação desarmada, aquilo que Vinoy não conseguira realizar com o seu canhão e as suas *mitrailleuses*. A 22 de Março, um bando amotinado de figurões saiu dos bairros luxuosos, com todos os *petits crevés*⁹³ nas suas fileiras, tendo à cabeça os familiares notórios do Império — os Heeckeren, os Coëtlogon, os Henri de Pène, etc. Sob a aparência cobarde de uma manifestação pacífica, esta escumalha, secretamente equipada com as armas do assassino a soldo, pôs-se em ordem de marcha, maltratou e desarmou as patrulhas e sentinelas avançadas da Guarda Nacional que encontrou no caminho e, ao desembocar da rue de la Paix aos gritos de «Abaixo o Comité Central! Abaixo os assassinos! Viva a Assembleia Nacional!», tentou forçar a linha ali estabelecida, isto para tomar de

e depois de terem tornado a Câmara Municipal, criaram um órgão de poder revolucionário — o Comité de Salvação Pública — chefiado por Blanqui. Sob a pressão dos operários, o Governo de Defesa Nacional foi obrigado a prometer a sua demissão e a marcar eleições para a Comuna a 1 de Novembro. No entanto, aproveitando-se da insuficiente organização das forças revolucionárias de Paris e das divergências entre os dirigentes blanquistas e democratas pequeno-burgueses jacobinos da insurreição, o governo, com a ajuda dos batalhões da Guarda Nacional que permaneceram ao seu lado, reconquistou a Câmara Municipal e restabeleceu o seu poder.

89 Bretões: guarda móvel bretã, que Trochu utilizou como gendarmes para esmagar o movimento revolucionário em Paris.

Corsos: no Segundo Império constituíram uma parte considerável dos corpos de gendarmes.

90 Em francês no texto: fina-flor. (Nota da edição portuguesa.)

91 Em francês no texto: canalha. (Nota da edição portuguesa.)

92 A 22 de Janeiro de 1871, por iniciativa dos blanquistas, realizou-se uma manifestação revolucionária do proletariado de Paris e da Guarda Nacional, exigindo o derrubamento do governo e a criação da Comuna. Por decisão do Governo de Defesa Nacional, a manifestação foi metralhada pelos guardas móveis bretões, que defendiam a Câmara Municipal. Depois de ter esmagado pelo terror o movimento revolucionário, o governo começou a preparar a capitulação de Paris.

93 Em francês no texto: peralvilhos, janotas. (Nota da edição portuguesa.)

assalto por surpresa o quartel-general da Guarda Nacional na Place Vendôme. Em resposta aos seus tiros de pistola, foram feitas as *sommations*⁹⁴ usuais (o equivalente francês do Riot Act inglês)⁹⁵ e, mostrando-se estas ineficazes, foi ordenado fogo pelo general da Guarda Nacional⁹⁶. Uma salva dispersou em fuga tresloucada os estúpidos peralvilhos, que esperavam que a mera exibição da sua «respeitabilidade» teria sobre a Revolução de Paris o mesmo efeito que as trombetas de Josué sobre a muralha de Jericó⁹⁷. Os fugitivos deixaram atrás de si dois Guardas Nacionais mortos, nove gravemente feridos (entre os quais um membro do Comité Central)⁹⁸ e todo o teatro das suas façanhas juncado de revólveres, punhais, bengalas de estoque, como prova do carácter «desarmado» da sua manifestação «pacífica». Quando, a 13 de Junho de 1849, a Guarda Nacional fez uma manifestação realmente pacífica, em protesto contra o pérfido assalto das tropas francesas a Roma, Changarnier, então general do partido da ordem, foi aclamado pela Assembleia Nacional e especialmente por M. Thiers como salvador da sociedade, por ter lançado de todos os lados as suas tropas sobre esses homens sem armas para os espingardear, espadeirar e espezinhar debaixo das patas dos seus cavalos. Paris foi então posta em estado de sítio. Dufaure, através da Assembleia, apressou novas leis de repressão. Novas prisões, novas proscricções — um novo reino de terror se instalou. Mas as classes baixas [*lower orders*] agem nestas coisas de outra maneira. O Comité Central de 1871 ignorou simplesmente os heróis da «manifestação pacífica»; a tal ponto que só dois dias depois estes foram capazes de desfilar perante o almirante Saisset, para essa manifestação *armada* que culminou com a famosa fuga em pânico para Versalhes. Na sua relutância em continuar a guerra civil desencadeada pela tentativa de efracção nocturna, por Thiers, contra Montmartre, o Comité Central tornou-se culpado, desta vez, de um erro decisivo, ao não avançar logo sobre Versalhes, então completamente desguarnecido, o que teria posto termo às conspirações de Thiers e dos seus Rurais. Em vez disto, permitiu-se outra vez ao partido da ordem experimentar a sua força nas urnas em 26 de Março, dia da eleição da Comuna. Nas *mairies*⁹⁹ de Paris, eles trocaram nesse dia brandas palavras de conciliação com os seus por de mais generosos vencedores, murmurando no íntimo o juramento solene de os exterminar em devido tempo.

Veja-se agora o reverso da medalha. Thiers desencadeou a sua segunda campanha contra Paris no começo de Abril. A primeira remessa de prisioneiros parisienses levados para Versalhes foi submetida a atrocidades revoltantes, enquanto Ernest Picard, de mãos nos bolsos, troçando, passeava à volta deles e Mesdames Thiers e Favre aplaudiam da varanda, no meio das suas damas de honor (?), os ultrajes dos arruaceiros de Versalhes. Os soldados de linha capturados eram massacrados a sangue-frio; o nosso valoroso amigo, general Duval, fundidor, foi executado sem qualquer espécie de julgamento. Galliffet, o chulo da própria mulher, tão famosa pelas suas exhibições sem vergonha nas orgias do segundo Império, vangloriou-se, numa proclamação, de ter comandado o assassinio de uma pequena companhia de Guardas Nacionais com o seu capitão e o seu tenente, surpreendidos e desarmados pelos seus *Chasseurs*¹⁰⁰. Vinoy, o fugitivo, foi nomeado por Thiers grã-cruz da Legião de Honra, pela sua ordem de serviço para se abater qualquer soldado de linha apanhado nas fileiras dos federados. Desmarest, o gendarme, foi condecorado por, traiçoeiramente, ter cortado em pedaços, como um carnicheiro, o generoso e cavalheiresco Flourens,

94 Em francês no texto: intimações. (*Nota da edição portuguesa.*)

95 *Sommations* (intimações, ordens prévias para dispersar): segundo as leis de diversos Estados burgueses, as ordens de dispersar eram repetidas três vezes, após o que as autoridades podiam utilizar a força armada.

O Riot Act (Lei sobre Distúrbios) foi introduzido na Inglaterra em 1715. Proibia os «ajuntamentos rebeldes» de mais de 12 pessoas: no caso de violação da lei, as autoridades eram obrigadas a fazer um aviso especial e a utilizar a força se as pessoas não dispersassem no prazo de uma hora.

96 Bergeret.

97 A muralha de Jericó, cidade antiga da Palestina, caiu, segundo a lenda bíblica, derrubada pelo som das trombetas sagradas dos judeus. Em sentido alegórico, apoio que cai estrepitosamente.

98 *Maljournal*.

99 Em francês no texto: edifício da administração municipal. (*Nota da edição portuguesa.*)

100 Em francês no texto: Caçadores. (*Nota da edição portuguesa.*)

que salvara as cabeças do Governo de Defesa em 31 de Outubro de 1870¹⁰¹. «Pormenores animadores» deste assassinato foram triunfantemente desenvolvidos por Thiers na Assembleia Nacional. Com a exaltada vaidade de um Anãozinho [*Tom Thumb*] parlamentar admitido a desempenhar o papel de um Tamerlão, negou aos rebeldes contra a sua pequenez qualquer direito de guerra civilizada, até mesmo o direito de neutralidade para ambulâncias. Nada mais horroroso que este macaco, autorizado por algum tempo a dar largas aos seus instintos de tigre, como Voltaire já previra¹⁰². (Ver nota)¹⁰³

Após o decreto da Comuna, de 7 de Abril, que ordenava represálias e declarava ser seu dever «proteger Paris contra as façanhas canibalescas dos bandidos de Versalhes e responder olho por olho, dente por dente»¹⁰⁴, Thiers não parou com o tratamento bárbaro de prisioneiros; ainda os insultou nos seus boletins, assim: — «Nunca figuras mais degradadas de uma democracia aviltada afligiram os olhares das pessoas honestas» — honestas como o próprio Thiers e os seus *ticket-of-leave-men* ministeriais. Contudo, a execução de prisioneiros foi suspensa por algum tempo. Mas logo que Thiers e os seus generais dezembristas¹⁰⁵ ficaram inteirados de que o decreto de represálias da Comuna não era mais do que uma ameaça vazia, de que eram poupados mesmo os seus espíões gendarmes apanhados em Paris disfarçados de Guardas Nacionais, de que eram poupados mesmo *sergents-de-ville* apanhados tendo consigo bombas incendiárias — logo a execução de prisioneiros em massa foi retomada e prosseguida ininterruptamente até ao fim. Casas onde Guardas Nacionais se tinham refugiado foram cercadas por gendarmes, regadas com petróleo (o que acontece aqui pela primeira vez nesta guerra) e incendiadas, sendo depois os cadáveres carbonizados levados pela ambulância da Imprensa, de Les Ternes. Quatro Guardas Nacionais que se renderam, em 25 de Abril, a uma companhia de *Chasseurs* montados, em Belle Epine, foram depois abatidos, um após outro, pelo capitão, homem digno de Galliffet. Uma das suas quatro vítimas, deixada como morta, Scheffer, voltou arrastando-se até aos postos avançados parisienses e fez um depoimento sobre este facto perante uma comissão da Comuna. Quando Tolain interpelou o ministro da Guerra sobre o relatório desta comissão, os Rurais abafaram a sua voz e proibiram Le Flô de responder. Teria sido um insulto ao seu «glorioso» exército falar das suas proezas. O tom insolente com que os boletins de Thiers anunciaram o massacre à baioneta de federados surpreendidos a dormir em Moulin Saquet, e os fuzilamentos em massa, em Clamart, impressionaram até os nervos do não hipersensível *Times* de Londres¹⁰⁶. Mas seria hoje ridículo tentar relatar as atrocidades meramente preliminares cometidas pelos que bombardearam Paris e fomentaram uma rebelião de escravistas protegidos pela invasão estrangeira. No meio de todos estes horrores, Thiers, esquecido dos seus lamentos parlamentares sobre a terrível responsabilidade que pesa sobre os seus ombros de anão, vangloria-se no seu boletim de que *l'Assemblée siège paisiblement* (a Assembleia continua reunida em paz) e prova, pelas suas constantes bacanais, ora com generais dezembristas ora com príncipes alemães, que a sua digestão em nada é perturbada, nem mesmo pelos espectros de Lecomte e de Clement Thomas.

101Durante os acontecimentos de 31 de Outubro, Flourens impediu o fuzilamento de membros do Governo de Defesa Nacional, pedido por um dos participantes na insurreição.

102Voltaire, *Candide*, capítulo 22.

103Ver Nota I (no final). (Nota da edição portuguesa.)

104O decreto referido por Marx sobre os reféns foi aprovado pela Comuna a 5 de Abril de 1871 (Marx data o decreto segundo a sua publicação pela imprensa inglesa). De acordo com este decreto, todas as pessoas acusadas de ligações com Versalhes seriam consideradas reféns, caso se provasse a sua culpabilidade. Esta medida da Comuna de Paris visava impedir o fuzilamento dos *communards* pelos versalheses.

105Trata-se do golpe de Estado realizado por Louis Bonaparte em 2 de Dezembro de 1851 e que marcou o início do regime bonapartista do Segundo Império.

106The Times (Os Tempos): grande jornal inglês, de tendência conservadora; publica-se em Londres desde 1785.

III

Na madrugada do 18 de Março, Paris acordou com o reventamento do trovão de «*Vive la Commune!*».¹⁰⁷ Que é a Comuna, essa esfinge que tanto atormenta o espírito burguês?

«Os proletários da capital» — dizia o Comité Central no seu manifesto do 18 de Março — «no meio dos desfalecimentos e das traições das classes governantes, compreenderam que para eles tinha chegado a hora de salvar a situação tomando em mãos a direcção dos negócios públicos... O proletariado... compreendeu que era seu dever imperioso e seu direito absoluto tomar em mãos os seus destinos e assegurar-lhes o triunfo conquistando o poder.»

Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objectivos.

O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos omnipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura — órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho — tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe média nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. Contudo, o seu desenvolvimento permanecia obstruído por toda a espécie de entulho medieval, direitos senhoriais, privilégios locais, monopólios municipais e de guilda e constituições provinciais. A gigantesca vassourada da Revolução Francesa do século dezoito levou todas estas relíquias de tempos idos, limpando assim, simultaneamente, o terreno social dos seus últimos embaraços para a superestrutura do edifício do Estado moderno erguido sob o primeiro Império, ele próprio fruto das guerras de coalizão da velha Europa semi-feudal contra a França moderna. Durante os *régimes*¹⁰⁸ subsequentes, o governo, colocado sob controlo parlamentar — isto é, sob o controlo directo das classes possidentes —, não apenas se tornou um alfobre de enormes dúvidas nacionais e de impostos esmagadores; com os seus irresistíveis atractivos de lugares, proventos e clientela, não apenas se tornou o pomo de discórdia entre facções rivais e aventureiros das classes dirigentes; mas o seu carácter político mudou simultaneamente com as mudanças económicas da sociedade. Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o carácter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o carácter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado. A Revolução de 1830, que resultou na transferência de governo dos senhores da terra para os capitalistas, transferiu-o dos mais remotos para os mais directos antagonistas dos operários. Os republicanos burgueses, que em nome da Revolução de Fevereiro tomaram o poder de Estado, serviram-se dele para os massacres de Junho, a fim de convencerem a classe operária de que a república «social» significava a República que assegurava a sua sujeição social e a fim de convencerem a massa realista¹⁰⁹ da classe burguesa e dos senhores da terra de que podiam deixar com segurança os cuidados e emolumentos do governo aos «republicanos» burgueses. Contudo, após o seu único feito heróico de Junho, os republicanos burgueses tiveram de recuar da frente para a retaguarda do «partido da ordem» — uma combinação formada por todas as fracções e facções rivais de entre as classes apropriadoras, no seu antagonismo agora abertamente declarado contra as classes produtoras. A forma adequada do seu governo de sociedade por acções foi a *república parlamentar*, com Louis Bonaparte por presidente. Foi um regime de confessado terrorismo de classe e de insulto deliberado para com a «vil

107Em francês no texto: «Viva a Comuna!» (Nota da edição portuguesa.)

108Em francês no texto: regimes. (Nota da edição portuguesa.)

109Isto é, partidária da realeza. (Nota da edição portuguesa.)

multidão». Se a república parlamentar, como dizia M. Thiers, «as dividia ao mínimo» (as diferentes fracções da classe dirigente), ela abria um abismo entre esta classe e o corpo inteiro da sociedade fora das suas esparsas fileiras. As restrições com que as suas próprias divisões ainda tinham refreado o poder de Estado sob os *régimes* anteriores foram removidas com a sua união; e em face da ameaça de levantamento do proletariado, ela servia-se agora do poder de Estado, impiedosa e ostentadamente, como máquina de guerra nacional do capital contra o trabalho. Na sua ininterrupta cruzada contra as massas produtoras, ela foi forçada, contudo, não só a investir o executivo de poderes de repressão continuamente acrescidos mas, ao mesmo tempo, a despojar a sua própria fortaleza parlamentar — a Assembleia Nacional — de todos os seus meios de defesa, um após outro, contra o executivo. Na pessoa de Louis Bonaparte, o executivo pô-la fora. O fruto natural da república do «partido-da-ordem» foi o segundo Império.

O Império, com o *coup d'etat* por certidão de nascimento, o sufrágio universal por sanção e a espada por ceptro, declarava apoiar-se no campesinato, essa larga massa de produtores não envolvida directamente na luta do capital e do trabalho. Declarava salvar a classe operária quebrando o parlamentarismo e, com ele, a indisfarçada subserviência do governo às classes possidentes. Declarava salvar as classes possidentes mantendo a supremacia económica destas sobre a classe operária; e declarava, finalmente, unir todas as classes, fazendo reviver para todas a quimera da glória nacional. Na realidade, era a única forma de governo possível num tempo em que a burguesia já tinha perdido a faculdade de governar a nação e a classe operária ainda a não tinha adquirido. Foi aclamado através do mundo como o salvador da sociedade. Sob o seu domínio, a sociedade burguesa, liberta de cuidados políticos, atingiu um desenvolvimento inesperado, até para ela própria. A sua indústria e o seu comércio expandiram-se em dimensões colossais; a burla financeira celebrou orgias cosmopolitas; a miséria das massas era contrabalançada por uma exibição sem pudor de luxúria sumptuosa, meretrícia e degradante. O poder de Estado, aparentemente voando alto acima da sociedade, era ele próprio, ao mesmo tempo, o maior escândalo desta sociedade e o alfobre mesmo de todas as suas corrupções. A sua própria podridão e a podridão da sociedade que ele havia salvo foram postas a nu pela baioneta da Prússia, ela própria ávida por transferir de Paris para Berlim a sede suprema deste *régime*. Ao mesmo tempo, o imperialismo¹¹⁰ é a forma mais prostituída e derradeira do poder de Estado que a sociedade da classe média nascente tinha começado a elaborar como um meio da sua própria emancipação do feudalismo e que a sociedade burguesa plenamente desenvolvida tinha finalmente transformado num meio para a escravização do trabalho pelo capital.

A antítese directa do Império foi a Comuna. O grito de «república social» com o qual a Revolução de Fevereiro foi anunciada pelo proletariado de Paris não fez mais do que expressar uma vaga aspiração por uma república que não apenas havia de pôr de lado a forma monárquica da dominação de classe. A Comuna foi a forma positiva desta república.

Paris, a sede central do velho poder governamental e, ao mesmo tempo, a fortaleza social da classe operária francesa, levantara-se em armas contra a tentativa de Thiers e dos Rurais para restaurar e perpetuar o velho poder governamental que o Império lhes legara. Paris apenas pôde resistir porque, em consequência do cerco, se tinha desembaraçado do exército e o tinha substituído por uma Guarda Nacional que era, na sua massa, composta por operários. Este facto tinha agora de ser transformado numa instituição. O primeiro decreto da Comuna, por isso, foi a supressão do exército permanente e a sua substituição pelo povo armado.

110Aqui no sentido de: dominação imperial. (Nota da edição portuguesa.)

A Comuna foi formada por conselheiros municipais, eleitos por sufrágio universal nos vários bairros da cidade, responsáveis e revogáveis em qualquer momento. A maioria dos seus membros eram naturalmente operários ou representantes reconhecidos da classe operária. A Comuna havia de ser não um corpo parlamentar mas operante, executivo e legislativo ao mesmo tempo. Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi logo despojada dos seus atributos políticos e transformada no instrumento da Comuna, responsável e revogável em qualquer momento. O mesmo aconteceu com os funcionários de todos os outros ramos da administração. Desde os membros da Comuna para baixo, o serviço público tinha de ser feito em troca de *salários de operários*. Os direitos adquiridos e os subsídios de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os próprios dignitários do Estado. As funções públicas deixaram de ser a propriedade privada dos testas-de-ferro do governo central. Não só a administração municipal mas toda a iniciativa até então exercida pelo Estado foram entregues nas mãos da Comuna.

Uma vez desembaraçada do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejosa de quebrar a força espiritual de repressão, o «poder dos curas», pelo dismantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos possidentes. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo desembaraçadas de toda a interferência de Igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos mas a própria ciência liberta das grilhetas que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto.

Os funcionários judiciais haviam de ser despojados daquela falsa independência que só tinha servido para mascarar a sua abjecta subserviência a todos os governos sucessivos, aos quais, um após outro, eles tinham prestado e quebrado juramento de fidelidade. Tal como os restantes servidores públicos, magistrados e juizes haviam de ser electivos, responsáveis e revogáveis.

A Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido o *régime* comunal em Paris e nos centros secundários, o velho governo centralizado teria de dar lugar, nas províncias também, ao autogoverno dos produtores. Num esboço tosco de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política mesmo dos mais pequenos povoados do campo, e que nos distritos rurais o exército permanente havia de ser substituído por uma milícia nacional com um tempo de serviço extremamente curto. As comunas rurais de todos os distritos administrariam os seus assuntos comuns por uma assembleia de delegados na capital de distrito e estas assembleias distritais, por sua vez, enviariam deputados à Delegação Nacional em Paris, sendo cada delegado revogável a qualquer momento e vinculado pelo *mandat impératif*¹¹¹ (instruções formais) dos seus eleitores. As poucas mas importantes funções que ainda restariam a um governo central não seriam suprimidas, como foi intencionalmente dito de maneira deturpada, mas executadas por agentes comunais, e por conseguinte estritamente responsáveis. A unidade da nação não havia de ser quebrada, mas, pelo contrário, organizada pela Constituição comunal e tornada realidade pela destruição do poder de Estado, o qual pretendia ser a encarnação dessa unidade, independente e superior à própria nação, de que não era senão uma excrescência parasitária. Enquanto os órgãos meramente repressivos do velho poder governamental haviam de ser amputados, as suas funções legítimas haviam de ser arrancadas a uma autoridade que usurpava a preeminência sobre a própria sociedade e restituídas aos agentes responsáveis da sociedade. Em vez de decidir uma vez cada três ou seis anos que membro da classe governante havia de representar mal o povo no Parlamento, o sufrágio universal havia de servir o povo, constituído em Comunas, assim como o sufrágio individual serve qualquer outro patrão em busca de operários e

¹¹¹Em francês no texto: mandato imperativo. (Nota da edição portuguesa.)

administradores para o seu negócio. E é bem sabido que as companhias, como os indivíduos, em matéria de negócio real sabem geralmente como colocar o homem certo no lugar certo e, se alguma vez cometem um erro, como repará-lo prontamente. Por outro lado, nada poderia ser mais estranho ao espírito da Comuna do que substituir o sufrágio universal pela investidura¹¹² hierárquica.

É em geral a sorte de criações históricas completamente novas serem tomadas erradamente como a réplica de formas mais antigas e mesmo defuntas da vida social, com as quais podem sustentar uma certa semelhança. Assim, esta Comuna nova, que quebra o moderno poder de Estado, foi tomada erradamente como uma reprodução das Comunas medievais que precederam, primeiro, esse mesmo poder de Estado, e se tornaram depois o seu substrato. A Constituição Comunal foi tomada erradamente como uma tentativa para dispersar numa federação de pequenos Estados — como a sonharam Montesquieu e os Girondinos¹¹³ — essa unidade de grandes nações que, embora realizada originalmente pela força política, agora se tornou um poderoso coeficiente de produção social. O antagonismo da Comuna contra o poder de Estado foi tornado erradamente como uma forma exagerada da antiga luta contra a ultra centralização. Circunstâncias históricas peculiares podem ter impedido o desenvolvimento clássico, como na França, da forma burguesa de governo e podem ter permitido, como na Inglaterra, completar os grandes órgãos centrais de Estado por assembleias paroquiais [*vestries*] corruptas, por conselheiros traficantes, por ferozes administradores da assistência pública [*poor-law guardians*] nas cidades e por magistrados virtualmente hereditários nos condados. A Constituição Comunal teria restituído ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado parasita, que se alimenta da sociedade e lhe estorva o livre movimento. Por este único acto ela teria iniciado a regeneração da França. A classe média francesa provincial viu na Comuna uma tentativa para restaurar a preponderância que a sua ordem manteve sobre o campo com Louis-Philippe e que foi suplantada, com Louis-Napoléon, pela pretensa dominação do campo sobre as cidades. Na realidade, a Constituição Comunal colocaria os produtores rurais sob a direcção intelectual das capitais dos seus distritos e estas ter-lhes-iam assegurado, nos operários, os naturais procuradores dos seus interesses. A própria existência da Comuna implicava, como uma coisa evidente, liberdade municipal local, mas já não como um obstáculo ao poder de Estado, agora substituído. Só podia passar pela cabeça de um Bismarck, o qual, quando não comprometido nas suas intrigas de sangue e ferro, gosta sempre de retomar a sua velha ocupação, tão conveniente ao seu calibre mental, de colaborador do *Kladderadatsch*¹¹⁴ (o *Punch* de Berlim¹¹⁵), só em tal cabeça podia entrar o atribuir à Comuna de Paris aspirações a essa caricatura da velha organização municipal francesa de 1791 — a constituição municipal prussiana — que rebaixa os governos de cidade a meras rodas secundárias na maquinaria policial do Estado prussiano. A Comuna fez uma realidade dessa deixa das revoluções burguesas — governo barato — destruindo as duas maiores fontes de despesa: o exército permanente e o funcionalismo de Estado. A sua própria existência pressupunha a não existência de monarquia, a qual, pelo menos na Europa, é o lastro normal e o disfarce indispensável da dominação de classe. Ela fornecia à República a base de instituições realmente democráticas. Mas nem governo barato nem «República verdadeira» eram o seu alvo último; eram-lhe meramente concomitantes.

112 Investidura: sistema de designação de funcionários que tem como característica a dependência total dos funcionários dos escalões mais baixos da hierarquia relativamente aos dos escalões mais elevados

113 Girondinos: na grande revolução burguesa francesa de fins do século XVIII, partido da grande burguesia (deve a sua designação ao departamento da Gironda), actuou contra o governo jacobino e as massas revolucionárias que o apoiavam sob a bandeira da defesa dos direitos dos departamentos à autonomia e à federação.

114 Kladderadatsch: semanário satírico ilustrado, editado em Berlim desde 1848.

115 Punch, or the London Charivari (Polichinelo, ou o Charivari de Londres): semanário humorístico inglês de tendência liberal burguesa, publicado em Londres a partir de 1841.

A multiplicidade de interpretações a que a Comuna esteve sujeita e a multiplicidade de interesses que a explicaram em seu favor mostram que ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação económica do trabalho.

Não fosse esta última condição, a Constituição Comunal teria sido uma impossibilidade e um engano. A dominação política do produtor não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social. A Comuna havia pois de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos económicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe. Emancipado o trabalho, todo o homem se torna um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

É um estranho facto. Apesar de toda a conversa grandiloquente e toda a imensa literatura dos últimos sessenta anos sobre a Emancipação do Trabalho, assim que em qualquer parte os trabalhadores tomam o assunto nas suas próprias mãos com determinação, surge logo toda a fraseologia apologética dos porta-vozes da presente sociedade com os seus dois pólos: Capital e Escravatura Assalariada (o senhor da terra não é agora senão o sócio comanditário do capitalista), como se a sociedade capitalista ainda estivesse no seu mais puro estado de inocência virginal, com os seus antagonismos ainda não desenvolvidos, os seus enganos ainda não desmascarados, as suas realidades prostituídas ainda não postas a nu. A Comuna, exclamam eles, tenciona abolir a propriedade, base de toda a civilização! Sim, senhores, a Comuna tencionava abolir toda essa propriedade de classe que faz do trabalho de muitos a riqueza de poucos. Ela aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade transformando os meios de produção, terra e capital, agora principalmente meios de escravizar e explorar o trabalho, em meros instrumentos de trabalho livre e associado. — Mas isto é comunismo, comunismo «impossível»! Ora pois, aqueles membros das classes dominantes que são bastante inteligentes para perceber a impossibilidade de continuar o sistema presente — e são muitos — tornaram-se os apóstolos, importunos e de voz cheia, da produção cooperativa. Se não cabe à produção cooperativa permanecer uma fraude e uma armadilha; se lhe cabe suplantarmos o sistema capitalista; se cabe às sociedades cooperativas unidas regular a produção nacional segundo um plano comum, tomando-a assim sob o seu próprio controlo e pondo termo à anarquia constante e às convulsões periódicas que são a fatalidade da produção capitalista — que seria isto, senhores, senão comunismo, comunismo «possível»?

A classe operária não esperou milagres da Comuna. Ela não tem utopias prontas a introduzir *par décret du peuple*¹¹⁶. Sabe que para realizar a sua própria emancipação — e com ela essa forma superior para a qual tende irresistivelmente a sociedade presente pela sua própria actividade económica — terá de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformam circunstâncias e homens. Não tem de realizar ideais mas libertar os elementos da sociedade nova de que está grávida a própria velha sociedade burguesa em colapso. Na plena consciência da sua missão histórica e com a resolução heróica de agir à altura dela, a classe operária pode permitir-se sorrir à invectiva grosseira dos lacaios de pluma e tinteiro e ao patrocínio didáctico dos doutrinadores burgueses de boas intenções, que derramam as suas trivialidades ignorantes e as suas manias sectárias no tom oracular da infalibilidade científica.

116 Em francês no texto: por decreto do povo. (Nota da edição portuguesa.)

Quando a Comuna de Paris tomou a direcção da revolução nas suas próprias mãos; quando simples operários ousaram pela primeira vez infringir o privilégio governamental dos seus «superiores naturais» e, em circunstâncias de dificuldade sem exemplo, executaram a sua obra modestamente, conscienciosamente e eficazmente — executaram-na com salários, o mais elevado dos quais mal atingia, segundo uma alta autoridade científica¹¹⁷, um quinto do mínimo requerido para uma secretária de certo conselho escolar de Londres — o velho mundo contorceu-se em convulsões de raiva, à vista da Bandeira Vermelha, símbolo da República do Trabalho, a flutuar sobre o *Hôtel de Ville*.

E, contudo, era a primeira revolução em que a classe operária era abertamente reconhecida como a única classe capaz de iniciativa social, mesmo pela grande massa da classe média de Paris — lojistas, comerciantes, negociantes — exceptuados só os capitalistas ricos. A Comuna tinha salvo aqueles por uma sagaz regulamentação dessa causa permanentemente repetida de disputa entre as próprias classes médias: as contas de deve e haver¹¹⁸. A mesma parte da classe média, depois de ter ajudado a derrotar a insurreição operária de Junho de 1848, foi logo sacrificada sem cerimónias aos seus credores¹¹⁹ pela então Assembleia Constituinte. Mas este não era o seu único motivo para se juntar agora em torno da classe operária. Ela sentia que só havia uma alternativa — a Comuna ou o Império — qualquer que fosse o nome com que pudesse reaparecer. O Império tinha-a arruinado economicamente pela devastação que fez da riqueza pública, pela burla financeira em grande escala, que encorajou, pelos adereços que emprestou à centralização artificialmente acelerada de capital e pela expropriação concomitante nas suas próprias fileiras. Ele tinha-a suprimido politicamente, tinha-a escandalizado moralmente pelas suas orgias, tinha insultado o seu voltairianismo ao entregar a educação dos seus filhos aos *frères Ignorantins*¹²⁰, tinha revoltado o seu sentimento nacional francês ao precipitá-la de cabeça numa guerra que só deixava um equivalente para as ruínas que fizera: o desaparecimento do Império. De facto, após o êxodo de Paris de toda a alta *bohème*¹²¹ bonapartista e capitalista, o verdadeiro partido da ordem da classe média apareceu na forma da «*Union Républicaine*»¹²², alistando-se sob as cores da Comuna e defendendo-a contra a deturpação premeditada de Thiers. O tempo terá de mostrar se a gratidão deste grande corpo da classe média resistirá à severa prova actual.

A Comuna tinha inteira razão ao dizer aos camponeses: «A nossa vitória é a vossa única esperança.» De todas as mentiras saídas da casca em Versalhes e repercutidas pelo glorioso Europeu *penny-a-liner*¹²³, uma das mais tremendas foi a de que os Rurais representavam o campesinato francês. Pense-se só no amor do camponês francês pelos homens a quem teve de pagar, depois de 1815, os mil milhões de indemnização¹²⁴. Aos olhos do camponês francês, a

117Professor Huxley. (Nota da edição alemã de 1871.)

118Trata-se do decreto da Comuna de Paris de 16 de Abril de 1871 prorrogando por três anos o prazo de pagamentos de todas as dívidas e abolindo o pagamento de juros por elas.

119Marx alude à rejeição pela Assembleia Constituinte em 22 de Agosto de 1848 do projecto de lei sobre as «concordatas amigáveis» (concordats a l'amiable), que previa o adiamento do pagamento das dívidas. Em consequência disto uma parte significativa da pequena burguesia caiu na ruína e ficou na dependência dos credores, membros da grande burguesia.

120Frères ignorantins (Irmãos ignorantinhos): designação de uma ordem religiosa que surgiu em Reims em 1680, cujos membros se dedicavam a ensinar crianças pobres; nas escolas da ordem os alunos recebiam sobretudo uma educação religiosa, adquirindo conhecimentos muito exíguos dos outros domínios.

121Em francês no texto: boémia. (Nota da edição portuguesa.)

122Union républicaine des départements (União Republicana dos Departamentos): organização política composta por representantes das camadas pequeno-burguesas, oriundos das diversas regiões de França e que viviam em Paris; apelou para a luta contra o governo de Versalhes e a Assembleia Nacional monárquica e para o apoio à Comuna de Paris em todos os departamentos.

123*Penny-a-liner*: aquele que escreve por um *penny* por linha; escritor barato, venal. (Nota da edição portuguesa.)

124Marx alude à lei de 27 de Abril de 1825 sobre o pagamento aos ex-emigrados de indemnizações pelas propriedades rurais que lhes tinham sido confiscadas durante a revolução burguesa francesa.

própria existência de um grande proprietário fundiário é em si uma usurpação sobre as suas conquistas de 1789. O burguês, em 1848, tinha-lhe sobrecarregado a parcela de terra com a taxa adicional de quarenta e cinco cêntimos por franco; mas fê-lo, então, em nome da revolução; ao passo que, agora, tinha fomentado uma guerra civil contra a revolução para atirar sobre os ombros do camponês o fardo principal dos cinco mil milhões de indemnização a pagar ao prussiano. A Comuna, por outro lado, numa das suas primeiras proclamações, declarava que os verdadeiros causadores da guerra teriam de ser levados a pagar o seu custo. A Comuna teria libertado o camponês do imposto de sangue — ter-lhe-ia dado um governo barato —, teria transformado as suas actuais sanguessugas, o notário, o advogado, o oficial de diligências e outros vampiros judiciais, em agentes comunais assalariados, eleitos por ele e perante ele responsáveis. Tê-lo-ia livrado da tirania do *garde champêtre*¹²⁵, do gendarme e do prefeito; teria posto o esclarecimento pelo mestre-escola no lugar da estultificação pelo padre. E o camponês francês é, acima de tudo, um homem de cálculo. Teria achado extremamente razoável que a paga do padre, em vez de ser extorquida pelo cobrador de impostos, estivesse apenas dependente da acção espontânea dos instintos religiosos dos paroquianos. Tais eram as grandes vantagens imediatas que o governo da Comuna — e só esse governo — oferecia ao campesinato francês. É pois inteiramente supérfluo desenvolver aqui os problemas mais complicados, mas vitais, que só a Comuna estava apta, e ao mesmo tempo forçada, a resolver em favor do camponês, isto é, a dívida hipotecária, jazendo como um pesadelo sobre a sua parcela de solo, o *prolétariat foncier* (o proletariado rural) que sobre ela crescia diariamente, e a sua expropriação dessa parcela, imposta a um ritmo cada vez mais rápido pelo próprio desenvolvimento da agricultura moderna e da concorrência da lavoura capitalista.

O camponês francês tinha eleito Louis Bonaparte presidente da República; mas o partido da ordem criou o Império. Aquilo que o camponês francês quer realmente, começou a mostrá-lo em 1849 e 1850, opondo o seu *maire* ao prefeito do governo, o seu mestre-escola ao padre do governo e opondo-se ele próprio ao gendarme do governo. Todas as leis feitas pelo partido da ordem em Janeiro e Fevereiro de 1850 eram medidas confessas de repressão contra o camponês. O camponês era bonapartista porque a grande Revolução, com todos os benefícios que lhe trouxe, estava personificada, aos seus olhos, em Napoleão. Esta ilusão, rapidamente destruída sob o segundo Império (e, pela sua própria natureza, hostil aos Rurais), este preconceito do passado, como poderia ter resistido ao apelo da Comuna aos interesses vitais e necessidades urgentes do campesinato?

Os Rurais — era essa, de facto, a sua principal apreensão — sabiam que três meses de comunicação livre da Paris da Comuna com as províncias levaria a um levantamento geral dos camponeses; daí a sua ânsia em estabelecer um bloqueio de polícia à volta de Paris, como para fazer parar a propagação da peste bovina.

Se a Comuna era, assim, o verdadeiro representante de todos os elementos sãos da sociedade francesa e, portanto, o verdadeiro governo nacional, ela era ao mesmo tempo, como governo de operários, como campeã intrépida da emancipação do trabalho, expressivamente internacional. À vista do exército prussiano, que tinha anexado à Alemanha duas províncias francesas, a Comuna anexava à França o povo trabalhador do mundo inteiro.

O segundo Império tinha sido o jubileu da vigarice cosmopolita, com os devassos de todos os países a precipitarem-se ao seu chamamento para participarem nas suas orgias e na pilhagem do povo francês. Mesmo neste momento, o braço direito de Thiers é Ganesco, o valáquio imundo, e o seu braço esquerdo é Markovski, o espião russo. A Comuna concedeu a todos os estrangeiros a honra de morrer por uma causa imortal. Entre a guerra estrangeira, perdida pela traição da burguesia, e a guerra civil, provocada pela sua conspiração com o invasor estrangeiro, a burguesia

125Em francês no texto: guarda rural. (Nota da edição portuguesa.)

tinha encontrado tempo para exibir o seu patriotismo organizando caçadas policiais aos alemães em França. A Comuna fez de um operário alemão¹²⁶ o seu ministro do Trabalho. Thiers, a burguesia, o segundo Império, tinham continuamente enganado a Polónia com ruidosas profissões de simpatia, entregando-a, na realidade, à Rússia, e fazendo o trabalho sujo desta. A Comuna honrou os filhos heróicos da Polónia¹²⁷ colocando-os à cabeça dos defensores de Paris. E, para marcar amplamente a nova era da história que ela estava consciente de iniciar, a Comuna deitou abaixo esse símbolo colossal da glória marcial, a coluna Vendôme¹²⁸, sob os olhos dos vencedores prussianos, por um lado, e do exército bonapartista dirigido por generais bonapartistas, por outro.

A grande medida social da Comuna foi a sua própria existência actuante. As suas medidas especiais não podiam senão denotar a tendência de um governo do povo pelo povo. Tais foram a abolição do trabalho nocturno dos oficiais de padaria; a proibição, com penalização, da prática dos patrões que consistia em reduzir salários cobrando multas a gente que trabalha para eles, sob variados pretextos — um processo em que o patrão combina na sua própria pessoa os papéis de legislador, de juiz e de executor, e surripia o dinheiro para o bolso. Outra medida desta espécie foi a entrega a associações de operários, sob reserva de compensação, de todas as oficinas e fábricas fechadas, quer os capitalistas respectivos tivessem fugido quer tivessem preferido parar o trabalho.

As medidas financeiras da Comuna, notáveis pela sua sagacidade e moderação, só podiam ser as que eram compatíveis com o estado de uma cidade cercada. Considerando os roubos colossais cometidos sobre a cidade de Paris pelas grandes companhias financeiras e pelos empreiteiros, com a protecção de Haussmann¹²⁹, a Comuna teria tido um direito [*title*] incomparavelmente melhor para lhes confiscar a propriedade do que Louis-Napoléon teve contra a família Orléans. Os Hohenzollern e os oligarcas ingleses, que colheram, uns e outros, uma grande parte das suas propriedades da pilhagem da Igreja, ficaram grandemente chocados, naturalmente, com os apenas 8000 francos que a Comuna retirou da secularização.

Enquanto o governo de Versalhes, mal recuperou algum ânimo e alguma força, usava os meios mais violentos contra a Comuna; enquanto suprimia a livre expressão da opinião por toda a França, proibindo mesmo reuniões de delegados das grandes cidades; enquanto submetia Versalhes e o resto da França a uma espionagem que ultrapassou de longe a do segundo Império; enquanto fazia queimar pelos seus inquisidores-gendarmes todos os jornais impressos em Paris e inspeccionava toda a correspondência de e para Paris; enquanto na Assembleia Nacional as mais tímidas tentativas para colocar uma palavra a favor de Paris eram submergidas em gritaria, de uma maneira desconhecida mesmo da *Chambre introuvable* de 1816¹³⁰; com a guerra selvagem de Versalhes fora de Paris e, dentro, as suas tentativas de corrupção e conspiração — não teria a Comuna atraído vergonhosamente a sua segurança, pretendendo respeitar todas as boas maneiras e aparências de liberalismo como num tempo de profunda paz? Tivesse o governo da Comuna sido semelhante ao de M. Thiers e não teria havido mais ocasião para suprimir jornais do partido da ordem em Paris do que houve para suprimir jornais da Comuna em Versalhes.

126Leo Frankel.

127 J. Dombrowski e W. Wróblewski.

128A Coluna de Vendôme foi construída em 1806-1810 em Paris em honra das vitórias da França napoleónica; foi fundida com o bronze dos canhões inimigos capturados e era encimada por uma estátua de Napoleão. A 16 de Maio de 1871, por decisão da Comuna de Paris, a Coluna de Vendôme foi derrubada.

129Durante o segundo Império, o barão Haussmann foi prefeito do Departamento do Sena, isto é, da Cidade de Paris. Introduziu uma quantidade de alterações no plano da cidade com o propósito de facilitar o esmagamento de insurreições operárias. (Nota da edição russa de 1905, publicada sob a direcção de V. I. Lenine.)

130“Chambre introuvable” (“Câmara impossível de encontrar”): Câmara dos Deputados em França em 1815-1816 (primeiros anos do regime da Restauração), composta por ultra-reacionários.

Era na verdade irritante para os Rurais que, no próprio momento em que declaravam ser o regresso à Igreja o único meio de salvação da França, a Comuna infiel desenterrasse os mistérios peculiares do convento de freiras de Picpus e da Igreja de Saint-Laurent¹³¹. Era uma sátira contra M. Thiers o facto de que, enquanto ele fazia chover grã-cruzes sobre os generais bonapartistas, em reconhecimento da sua mestria a perder batalhas, a assinar capitulações e a enrolar cigarros em Wilhelmshöhe¹³², a Comuna demitia e prendia os seus generais sempre que eram suspeitos de negligência para com os seus deveres. A expulsão e prisão, pela Comuna, de um dos seus membros¹³³, que nela se tinha esgueirado sob um falso nome e sofrido seis dias de prisão em Lyon por bancarrota simples, não era um insulto deliberado, atirado a Jules Favre, o falsário, então ainda ministro dos Negócios Estrangeiros de França, ainda a vender a França a Bismarck e ainda a ditar as suas ordens a esse governo-modelo da Bélgica? Mas, na verdade, a Comuna não aspirava à infalibilidade, o atributo invariável de todos os governos de velho cunho. Ela publicava os seus ditos e feitos, inteirava o público de todas as suas falhas.

Em cada revolução intrometem-se, ao lado dos seus representantes verdadeiros, homens de um cunho diferente; alguns deles sobreviventes e devotos de revoluções passadas, sem discernimento do movimento presente, mas conservando influência popular pela sua honestidade e coragem conhecidas ou pela simples força da tradição; outros, meros vociferadores, que à força de repetir ano após ano o mesmo sortido de declamações estereotipadas contra o governo do dia, se insinuaram na reputação de revolucionários da primeira água. Depois do 18 de Março também surgiram tais homens e, nalguns casos, imaginaram desempenhar papéis preeminentes. A tanto quanto chegou o seu poder, estorvaram a acção real da classe operária, exactamente como homens desta espécie tinham estorvado o pleno desenvolvimento de cada revolução anterior. São um mal inevitável: com o tempo são sacudidos; mas tempo não foi concedido à Comuna.

Prodigiosa, na verdade, foi a mudança que a Comuna operou em Paris! Não mais qualquer traço da Paris meretrícia do segundo Império. Paris já não era o ponto de encontro dos senhores da terra britânicos, dos absentistas irlandeses¹³⁴, dos ex-escravistas e ricos feitos à pressa¹³⁵ americanos, dos ex-proprietários de servos russos e dos boiardos valáquios. Não mais cadáveres na morgue nem arrombamentos nocturnos, quase nenhuns roubos; de facto, pela primeira vez desde os dias de Fevereiro de 1848, as ruas de Paris eram seguras, e isto sem qualquer polícia de qualquer espécie.

«Já não ouvimos falar», dizia um membro da Comuna, «de assassínios, de roubos nem de agressões; dir-se-ia que a polícia levou mesmo com ela para Versalhes toda a sua clientela conservadora.»

131No convento de Picpus foram descobertos casos de reclusão de freiras em celas durante muitos anos; foram encontrados também instrumentos de tortura; na Igreja de Saint-Laurent foi descoberto um cemitério clandestino, prova de que eram cometidos assassínios. A Comuna divulgou estes factos no jornal *Mot d'Ordre* (Palavra de Ordem) de 5 de Maio de 1871, e também na brochura *Les crimes des congregations religieuses* (Os Crimes das Congregações Religiosas).

132A principal ocupação dos prisioneiros de guerra franceses em Wilhelmshöhe era fazer cigarros para uso próprio.

133Blanchet.

134Absentistas: grandes proprietários fundiários que habitualmente não viviam nas suas propriedades, que eram administradas por agentes rurais ou arrendadas a intermediários especuladores que por sua vez as entregavam em subarrendamento, em condições leoninas, a pequenos rendeiros.

135No original: “shoddy aristocrats”. Shoddy: restos de algodão que ficam nos pentes depois da cardagem, matéria inutilizável e sem qualquer valor até que se encontrou um meio de tratamento e aproveitamento da mesma. Na América chama-se shoddy aristocrats aos homens que tinham enriquecido rapidamente com a Guerra Civil.

As *cocottes*¹³⁶ tinham reencontrado o rasto dos seus protectores — os homens de família, de religião e, acima de tudo, de propriedade, em fuga. Em vez daquelas, as verdadeiras mulheres de Paris apareceram de novo à superfície, heróicas, nobres e dedicadas, como as mulheres da antiguidade. A Paris operária, pensante, combatente, a sangrar — quase esquecida, na sua incubação de uma sociedade nova, dos canibais às suas portas — radiante no entusiasmo da sua iniciativa histórica!

Oposto a este mundo novo em Paris, observe-se o mundo velho em Versalhes — essa assembleia dos vampiros de todos os regimes defuntos, legitimistas e orleanistas, ávidos de se alimentarem da carcaça da nação — com uma cauda de republicanos antediluvianos, sancionando com a sua presença na Assembleia a rebelião dos escravistas, fiando-se, para a manutenção da sua república parlamentar, na vaidade do charlatão senil à sua cabeça, e caricaturando 1789 ao realizarem as suas reuniões de espectros no *Jeu de Paume*¹³⁷. Ali estava ela, essa Assembleia, a representante de tudo o que estava morto em França, mantida numa aparência de vida só pelos sabres dos generais de Louis Bonaparte. Paris toda ela verdade, Versalhes toda ela mentira; e essa mentira, exalada pela boca de Thiers.

Thiers diz a uma deputação de presidentes de município de Seine-et-Oise:

«Podeis contar com a minha palavra, *nunca* faltei a ela.»

Diz à própria Assembleia que «ela é a mais livremente eleita e a mais liberal que a França teve alguma vez»; diz a sua soldadesca heterogénea que ela era «a admiração do mundo e o mais belo exército que a França teve alguma vez»; diz às províncias que o bombardeamento de Paris, por ele, era um mito:

«Se foram atirados alguns tiros de canhão, não foi pelo exército de Versalhes, mas por alguns insurrectos, para fazer crer que se batem quando nem sequer ousam mostrar-se.»

Diz outra vez às províncias que

«a artilharia de Versalhes não bombardeia Paris, apenas a canhoneia».

Diz ao arcebispo de Paris que as pretensas execuções e represálias(!) atribuídas às tropas de Versalhes era tudo disparate. Diz a Paris que só estava ansioso «por libertá-la dos horríveis tiranos que a oprimem» e que, na realidade, a Paris da Comuna não era «mais do que um punhado de celerados».

A Paris de M. Thiers não era a Paris real da «vil multidão» mas uma Paris fantasma, a Paris dos *franc-fileurs*¹³⁸, a Paris macho e fêmea dos *Boulevards*¹³⁹ — a Paris rica, capitalista, dourada, preguiçosa, que se apinhava agora em Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain com os seus lacaios, os seus fura-greves, a sua *bohème* literária e as suas *cocottes*; que considerava a guerra civil

136Em francês no texto: cocotes. (Nota da edição portuguesa.)

137Em francês no texto: Jogo da Péla. (Sala de jogos onde a Assembleia Nacional de 1789 tomou as suas célebres decisões — Nota de Engels à edição alemã de 1871.) (A 9 de Julho de 1789 a Assembleia Nacional de França proclamou-se Assembleia Constituinte e realizou as primeiras transformações antifeudais e antiabsolutistas)

138Francs-fileurs (literalmente «franco-fugitivos»): alcunha desdenhosa dada aos burgueses parisienses que fugiram da cidade durante o cerco. A alcunha tinha um carácter irónico dada a sua analogia com a palavra francs-tireurs (franco-atiradores), designação dos guerrilheiros franceses que participaram activamente na luta contra os prussianos.

139Em francês no texto: avenidas arborizadas. (Nota da edição portuguesa.)

só uma diversão agradável, que olhava o desenrolar da batalha através de telescópios, que contava os tiros de canhão e jurava pela sua própria honra e pela das suas prostitutas que o espectáculo estava de longe mais bem montado do que o que costumava ser à Porte-Saint-Martin. Os homens que caíam estavam realmente mortos; os gritos dos feridos eram gritos mesmo a sério; e, além disso, a coisa era toda ela tão intensamente histórica.

É esta a Paris de M. Thiers, como a emigração de Koblenz era a França de M. de Calonne¹⁴⁰.

¹⁴⁰Koblenz, cidade da Alemanha. Durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII foi o centro da emigração da nobreza monárquica e da preparação da intervenção contra a França revolucionária. Em Koblenz encontrava-se o governo emigrado chefiado por Calonne, ultra-reaccionário, ex-ministro de Luís XVI.

IV

A primeira tentativa da conspiração dos escravistas para subjugar Paris trazendo os prussianos a ocupá-la foi frustrada pela recusa de Bismarck. A segunda tentativa, a do 18 de Março, terminou na derrota do exército e na fuga para Versalhes do governo, que ordenou a toda a administração que dispersasse e fosse atrás dele. Graças à aparência de negociações de paz com Paris, Thiers encontrou tempo para preparar a guerra contra ela. Mas onde encontrar um exército? Os restos dos regimentos de linha eram fracos em número e inseguros em carácter. O seu apelo urgente às províncias para socorrer Versalhes, com os seus Guardas Nacionais e voluntários, encontrou uma recusa nítida. Só a Bretanha forneceu um punhado de *Chouans*¹⁴¹, combatendo sob uma bandeira branca, cada um deles usando ao peito o coração de Jesus em tecido branco e gritando «*Vive le Roi!*» (Viva o Rei!). Thiers foi assim forçado a reunir, a toda a pressa, um bando heterogéneo composto por marinheiros, soldados de marinha, zuavos pontifícios, gendarmes de Valentin e *sergents-de-ville e mouchards*¹⁴² de Piétri. Este exército, contudo, teria sido ridiculamente ineficaz sem as entregas dos prisioneiros de guerra imperialistas¹⁴³, que Bismarck garantia em números precisamente suficientes para manter a guerra civil em marcha e manter o governo de Versalhes em abjecta dependência da Prússia. Durante a própria guerra, a polícia de Versalhes tinha de olhar pelo exército de Versalhes, enquanto os gendarmes tinham de o arrastar, expondo-se eles próprios a todos os postos de perigo. Os fortes que caíram não foram tomados mas comprados. O heroísmo dos Federados convenceu Thiers de que a resistência de Paris não havia de ser quebrada pelo seu próprio génio estratégico nem pelas baionetas à sua disposição.

Entretanto, as suas relações com as províncias tornavam-se cada vez mais difíceis. Não veio uma só mensagem de aprovação para animar Thiers e os seus Rurais. Muito pelo contrário. Deputações e mensagens pedindo, num tom tudo menos respeitoso, a reconciliação com Paris na base do reconhecimento inequívoco da República, o reconhecimento das liberdades comunais e a dissolução da Assembleia Nacional, cujo mandato estava extinto, entravam em chusma por todos os lados e em números tais, que Dufaure, ministro da Justiça de Thiers, na sua circular de 23 de Abril aos procuradores públicos, ordenava-lhes que tratassem como um crime «o grito de conciliação»! Contudo, perante a perspectiva sem esperança oferecida pela sua campanha, Thiers resolveu mudar a sua tática, ordenando que se realizassem eleições municipais por todo o país, em 30 de Abril, na base da nova lei municipal por ele próprio ditada à Assembleia Nacional. Em parte com as intrigas dos seus prefeitos, em parte com a intimidação da polícia, ele sentia-se inteiramente confiante em comunicar à Assembleia Nacional, graças ao veredicto das províncias, esse poder moral que ela nunca possuiu e em conseguir, finalmente, das províncias, a força física requerida para a conquista de Paris.

A sua guerra de *banditti*¹⁴⁴ contra Paris, exaltada nos seus próprios boletins, e as tentativas dos seus ministros de estabelecimento de um reino de terror em toda a França, era o que, desde o princípio, Thiers estava ansioso por acompanhar com uma pequena mímica de conciliação, que havia de servir mais do que um propósito. Era para enganar as províncias, para seduzir os elementos da classe média em Paris e, acima de tudo, para proporcionar aos pretensos republicanos na Assembleia Nacional a oportunidade de esconder a sua traição para com Paris atrás da sua fé em Thiers. Em 21 de Março, quando ainda sem um exército, ele tinha declarado à Assembleia:

141Chouans: designação dada pelos communards a um destacamento monárquico do exército de Versalhes, recrutado na Bretanha, por analogia com os participantes na insurreição contra-revolucionária no Noroeste de França durante a revolução burguesa francesa de fins do século XVIII.

142Em francês no texto: espiões. (Nota da edição portuguesa.)

143Aqui no sentido de: imperiais. (Nota da Edição Portuguesa)

144Em italiano no texto: bandidos. (Nota da edição portuguesa.)

«Haja o que houver, não mandarei exército nenhum contra Paris.»

Em 27 de Março, erguia-se outra vez:

«Encontrei a República como um facto consumado e estou firmemente resolvido a mantê-la.»

Na realidade, subjugava a revolução em Lyon e Marselha¹⁴⁵ em nome da República, enquanto os rugidos dos seus Rurais abafavam a própria menção do nome dela em Versalhes. Depois dessa façanha reduziu o «facto consumado» a um facto hipotético. Os príncipes Orléans, que tinha cautelosamente posto a salvo fora de Bordéus, eram agora autorizados, em flagrante violação da lei, a intrigar em Dreux. As concessões oferecidas por Thiers nas suas intermináveis entrevistas com os delegados de Paris e das províncias, se bem que constantemente variadas em tom e cor, conforme o tempo e as circunstâncias, nunca chegaram de facto a mais do que à restrição, em perspectiva, da vingança ao

«punhado de criminosos implicados no assassinio de Lecomte e Clément Thomas»,

na premissa bem compreendida de que Paris e a França haviam de aceitar sem reservas o próprio M. Thiers como a melhor das Repúblicas possível, tal como em 1830 ele tinha feito com Louis-Philippe. Mesmo estas concessões, não teve só o cuidado de as tornar duvidosas pelos comentários oficiais lançados sobre elas na Assembleia pelos seus ministros. Ele tinha o seu Dufaure para agir. Dufaure, esse velho advogado orleanista, tinha sido sempre o administrador da justiça do estado de sítio, como agora em 1871, sob Thiers, assim em 1839 sob Louis-Philippe e em 1849 sob a presidência de Louis Bonaparte. Enquanto fora de serviço, fez uma fortuna advogando pelos capitalistas de Paris e fez capital político advogando contra as leis que ele próprio tinha criado. Agora acelerava através da Assembleia Nacional não só um sortido de leis repressivas que haviam de extirpar, após a queda de Paris, os últimos restos da liberdade republicana em França; ele prenunciava o destino de Paris abreviando o processo, demasiado lento para ele, dos tribunais militares¹⁴⁶, e mediante um recém-inventado código de deportação draconiano. A Revolução de 1848, ao abolir a pena de morte para crimes políticos, tinha-a substituído pela deportação. Louis Bonaparte não ousou, pelo menos em teoria, restabelecer o regime da guilhotina. A Assembleia Rural, ainda não suficientemente arrojadada, mesmo para insinuar que os parisienses não eram rebeldes mas assassinos, tinha, assim, de confinar a sua vingança em perspectiva contra Paris ao novo código de deportação de Dufaure. Sob todas estas circunstâncias, o próprio Thiers não teria podido continuar com a sua comédia de conciliação, se esta não tivesse arrancado — como ele entendia que ela tinha de fazer — guinchos de raiva dos Rurais, cujo espírito de ruminantes não compreendia nem o jogo nem as suas necessidades de hipocrisia, tergiversação e procrastinação.

À vista das eleições municipais iminentes de 30 de Abril, Thiers desempenhou em 27 de Abril uma das suas grandes cenas de conciliação. No meio de uma torrente de retórica sentimental, exclamou da tribuna da Assembleia:

«Não há conspiração contra a República a não ser a de Paris, que nos obriga a derramar sangue francês. Disse-o e volto ainda a dizê-lo: caiam essas armas ímpias das mãos que as detêm e o castigo cessará logo por um acto de clemência, de que só será excluído o pequeno número dos criminosos de direito comum.»

145Sob a influência da revolução proletária em Paris, que levou à criação da Comuna de Paris, em Lyon e Marselha verificaram-se acções revolucionárias com o objectivo de proclamar a Comuna. No entanto, a acção das massas populares foi cruelmente esmagada pelas tropas governamentais.

146Segundo a lei sobre o processo nos tribunais militares, apresentada por Dufaure à Assembleia Nacional, os processos deviam ser concluídos e as sentenças executadas num prazo de 48 horas.

À violenta interrupção dos Rurais, replicou:

«Senhores, digei-me, peço-vos, estou errado? Lamentais realmente que eu tenha dito, o que é verdade, que os criminosos só são um punhado? Não é uma felicidade, no meio das nossas desgraças, que os homens capazes de derramar o sangue de Clément Thomas e do general Lecomte só sejam raras excepções?»

A França, contudo, fez orelhas moucas àquilo de que Thiers se gabava a si próprio que era um canto de sereia parlamentar. Dos 700 000 conselheiros municipais eleitos pelas 35 000 comunas ainda deixadas à França, os legitimistas, orleanistas e bonapartistas unidos não alcançaram 8 000. As eleições suplementares que se seguiram foram ainda mais decididamente hostis. Assim, em vez de conseguir das províncias a força física tão necessária, a Assembleia Nacional perdeu mesmo a sua última pretensão a força moral: a de ser a expressão do sufrágio universal do país. Para completar a derrota, os conselhos municipais recém-eleitos de todas as cidades de França ameaçaram abertamente a Assembleia de Versalhes usurpadora com uma contra-Assembleia em Bordéus.

Chegou então, finalmente, para Bismarck, o momento de acção decisiva há muito aguardado. Intimou peremptoriamente Thiers a enviar a Frankfurt plenipotenciários para o acordo de paz definitivo. Em humilde obediência ao chamamento do seu senhor, Thiers apressou-se a despachar o seu fiel Jules Favre, secundado por Pouyer-Quertier. Homem «eminente» da fiação de algodão em Rouen, partidário fervoroso e mesmo servil do segundo Império, Pouyer-Quertier nunca encontrara qualquer defeito neste, salvo o seu tratado comercial com a Inglaterra¹⁴⁷, prejudicial aos interesses da sua loja. Acabado de instalar em Bordéus como ministro das Finanças de Thiers, denunciou esse tratado «ímpio», sugeriu a sua revogação próxima e teve mesmo o descaramento de tentar, se bem que em vão (sem ter contado com Bismarck), o cumprimento imediato dos velhos direitos proteccionistas contra a Alsácia, onde, dizia ele, nenhuns tratados internacionais prévios se atravessavam no caminho. Este homem, que considerava a contra-revolução como um meio para fazer baixar salários em Rouen e a entrega de províncias francesas como um meio para elevar o preço das suas mercadorias em França, não era ele o *único* predestinado a ser escolhido por Thiers como companheiro de Jules Favre na sua última e culminante traição?

À chegada a Frankfurt deste requintado par de plenipotenciários, o insolente Bismarck recebeu-os imediatamente com a alternativa: ou a restauração do Império ou a aceitação incondicional dos meus próprios termos de paz! Estes termos incluíam um encurtamento dos prazos em que havia de ser paga a indemnização de guerra e a ocupação continuada dos fortes de Paris pelas tropas prussianas, até que Bismarck se sentisse satisfeito com o estado de coisas em França — sendo assim reconhecida a Prússia como o árbitro supremo na política interna francesa! Em retribuição por isto, ele oferecia soltar, para a exterminação de Paris, o exército bonapartista cativo, e prestar-lhe a assistência directa das tropas do imperador Guilherme. Ele afiançava a sua boa-fé tornando o pagamento da primeira prestação da indemnização dependente da «pacificação» de Paris. Um tal isco foi, obviamente, engolido com avidez por Thiers e seus plenipotenciários. Assinaram o tratado de paz a 10 de Maio e fizeram-no aprovar pela Assembleia de Versalhes a 18.

No intervalo entre a conclusão da paz e a chegada dos prisioneiros bonapartistas, Thiers sentiu-se tanto mais obrigado a retomar a sua comédia de conciliação quanto os seus testas-de-ferro

147Trata-se do tratado de comércio entre a Inglaterra e a França, assinado em 23 de Janeiro de 1860. Neste tratado a França renunciava à política alfandegária proibitiva e substituiu-a pela introdução de taxas aduaneiras. Em resultado da conclusão deste tratado agudizou-se extraordinariamente a concorrência no mercado francês devido ao afluxo de mercadorias inglesas, o que provocou o descontentamento dos industriais franceses.

republicanos estavam em dolorosa necessidade de um pretexto para fecharem os olhos aos preparativos da carnificina de Paris. A 8 de Maio, ainda, replicava a uma deputação de conciliadores da classe média:

«Quando os insurrectos se tiverem decidido a capitular, as portas de Paris ficarão abertas a todos durante uma semana, salvo aos assassinos dos generais Clément Thomas e Lecomte.»

Poucos dias mais tarde, quando violentamente interpelado pelos Rurais sobre estas promessas, recusou-se a entrar em quaisquer explicações; não, contudo, sem lhes deixar esta alusão significativa:

«Digo que há impacientes, homens demasiado apressados, entre vós. Têm de esperar ainda oito dias; ao fim destes oito dias já não haverá perigo e então a tarefa estará à altura da sua coragem e da sua capacidade.»

Logo que Mac-Mahon pôde assegurar-lhe que em breve poderia entrar em Paris, Thiers declarou à Assembleia que

«entraria em Paris com a lei na mão e exigiria uma completa expiação dos celerados que tivessem sacrificado a vida dos nossos soldados e destruído os nossos monumentos públicos».

Como se aproximava o momento da decisão, disse à Assembleia: «Serei impiedoso!»; a Paris, que estava condenada; e aos seus *banditti* bonapartistas que tinham licença oficial para tirar vingança de Paris até fartar. Por último, quando, a 21 de Maio, a traição abriu as portas de Paris ao general Douay, Thiers revelou aos Rurais, a 22, a «finalidade» da sua comédia de conciliação, que eles tão obstinadamente tinham persistido em não compreender.

«Disse-vos há alguns dias que nos aproximávamos da *nossa finalidade*; hoje vim dizer-vos: atingimos *a finalidade*. A ordem, a justiça, a civilização alcançaram finalmente a vitória!»

Assim era. A civilização e a justiça da ordem burguesa aparecem à sua luz sinistra sempre que os escravos e forçados desta ordem se levantam contra os seus senhores. Então esta civilização e justiça ficam à vista como selvajaria indistigável e desforra sem lei. Cada nova crise na luta de classe entre o apropriador e o produtor patenteia este facto mais notoriamente. Mesmo as atrocidades dos burgueses em Junho de 1848 se dissipam perante a infâmia indizível de 1871. O auto-sacrifício heróico com o qual a população de Paris — homens, mulheres e crianças — combateu durante oito dias depois da entrada dos versalheses, reflecte tanto a grandeza da sua causa como os feitos infernais da soldadesca reflecte o espírito inato desta civilização, de que é a defensora mercenária. Gloriosa civilização, na verdade, cujo grande problema é agora o de como desembaraçar-se dos montões de cadáveres que fez depois de terminada a batalha!

Para encontrar um paralelo da conduta de Thiers e dos seus cães de caça temos de voltar aos tempos de Sila e dos dois triunviratos¹⁴⁸ de Roma. O mesmo morticínio por grosso, a sangue-frio; o mesmo desprezo, no massacre, pela idade e sexo; o mesmo sistema de torturar prisioneiros; as mesmas proscricções, mas desta vez de toda uma classe; a mesma caça selvagem a dirigentes escondidos, para que nem um possa escapar; as mesmas denúncias de inimigos políticos e privados;

148Trata-se do ambiente de terror e de repressão sangrenta na Roma Antiga nas diferentes fases da crise da República Romana escravista no século I a.n.e. *Ditadura de Sila* (82-79 a.n.e.). *Primeiro e segundo triunviratos de Roma* (60-53 e 43-36 a.n.e.): ditaduras de chefes militares romanos, a primeira de Pompeu, César e Crasso, a segunda de Octávio, António e Lépido.

a mesma indiferença pela chacina de gente inteiramente estranha à contenda. Só com esta diferença, que os romanos não tinham *mitrailleuses* para despachar os proscritos em massa e não tinham «a lei na mão» nem nos lábios o grito de «civilização». E depois destes horrores olhe-se para a outra face, ainda mais hedionda, dessa civilização burguesa, tal como é descrita pela sua própria imprensa!

«Com tiros perdidos», escreve o correspondente em Paris de um jornal *tory* de Londres, «a soar ainda à distância e desgraçados a morrerem, feridos e sem socorros, entre as pedras tumulares do Père-Lachaise — com 6000 insurrectos assaltados de terror, vagueando numa agonia de desespero no labirinto das catacumbas e desgraçados empurrados pelas ruas para serem abatidos, aos vinte, pela *mitrailleuse* —, é revoltante ver os cafés cheios de devotos do absinto, do bilhar e do dominó; mulheres de depravação deambulando pelos *boulevards*, e o barulho da orgia perturbando a noite a partir dos *cabinets particuliers*¹⁴⁹ de restaurantes elegantes.»

M. Edouard Hervé escreve no *Journal de Paris*¹⁵⁰, um jornal versalhês suprimido pela Comuna:

«A maneira pela qual a população de Paris» (!) «manifestou ontem a sua satisfação era mais do que frívola e receamos que isso se torne pior com o tempo. Paris tem agora um ar de festa que é completamente deslocado, e se não queremos que nos chamem os parisienses da decadência é preciso pôr termo a esta ordem de coisas.»

E cita então a passagem de Tácito:

«Contudo, no dia seguinte ao dessa horrível luta, antes mesmo que estivesse completamente terminada, Roma, envilecida e corrompida, recomeçou a rebolar-se no lamaçal onde tinha destruído o seu corpo e manchado a sua alma: *alibi proelia et vulnera, alibi balneae popinaeque* (aqui combates e feridas, além banhos e tabernas).»

M. Hervé só se esquece de dizer que a «população de Paris» de que fala não é senão a população da Paris de M. Thiers — os *franc-fileurs* regressando em tropel de Versalhes, Saint-Denis, Rueil e Saint-Germain — a Paris do «Declínio».

Em todos os seus triunfos sangrentos sobre os auto-sacrificados campeões de uma sociedade nova e melhor, esta nefanda civilização, baseada na escravização do trabalho, abafa os gemidos das suas vítimas num «ó da guarda» calunioso [*hue-and-cry of calumny*], reverberado por um eco mundial. A serena Paris operária da Comuna é bruscamente mudada num pandemónio pelos cães de caça da «ordem». E que é que prova esta tremenda mudança, para o espírito burguês de todos os países? Pois, que a Comuna conspirou contra a civilização! O povo de Paris morre entusiasticamente pela Comuna em números não igualados em qualquer batalha conhecida da história. Que é que isso prova? Pois, que a Comuna não era o governo do próprio povo mas a usurpação de um punhado de criminosos! As mulheres de Paris dão jubilosamente as suas vidas nas barricadas e nos lugares de execução. Que é que isso prova? Pois, que o demónio da Comuna as mudou em Megeras e Hécates! A moderação da Comuna durante dois meses de indiscutível preponderância só é igualada pelo heroísmo da sua defesa. Que é que isso prova? Pois, que a Comuna escondeu cuidadosamente durante meses, sob uma máscara de moderação e humanidade, a sede de sangue dos seus instintos satânicos, para lhes dar largas na hora da sua agonia!

149Em francês no texto: gabinetes particulares. (Nota da edição portuguesa.)

150Journal de Paris (Jornal de Paris): semanário publicado em Paris a partir de 1867, de orientação monárquica orleanista.

A Paris operária, no acto do seu auto-holocausto heróico, envolveu nas suas chamas edifícios e monumentos. Ao despedaçarem o corpo vivo do proletariado, os seus dominadores já não devem esperar regressar triunfantemente à arquitectura intacta das suas residências. O governo de Versalhes grita: «Incendiarismo!» e sussurra a deixa a todos os seus agentes até ao mais remoto povoado: dar caça por toda a parte aos seus inimigos como suspeitos de profissionais do incendiarismo. A burguesia do mundo inteiro, que olha complacentemente o massacre em grande escala depois da batalha, fica convulsiva de horror à profanação do tijolo e da argamassa!

Quando governos dão licenças oficiais às suas marinhas para «matar, *queimar* e destruir», é isso uma licença para incendiarismo? Quando as tropas britânicas puseram fogo por divertimento ao Capitólio, em Washington, e ao palácio de Verão do imperador chinês¹⁵¹, era isso incendiarismo? Quando os prussianos, não por razões militares mas por mero rancor de desforra, queimaram com a ajuda de petróleo cidades como Châteaudun e inúmeras aldeias, era isso incendiarismo? Quando Thiers, durante seis semanas, bombardeou Paris a pretexto de que queria pôr fogo apenas às casas em que havia gente, era isso incendiarismo? — Na guerra, o fogo é uma arma tão legítima como qualquer outra. Edifícios ocupados pelo inimigo são bombardeados para se lhes pôr fogo. Se os seus defensores têm de retirar, eles mesmos ateam as chamas para impedir que o ataque faça uso dos edifícios. Serem queimados tem sido sempre a sorte inevitável de todos os edifícios situados na frente de batalha de todos os exércitos regulares do mundo. Mas na guerra dos escravizados contra os seus escravizadores, a única guerra justificável na história, isso já de modo nenhum seria válido! A Comuna usou o fogo estritamente como um meio de defesa. Usou-o para barrar às tropas de Versalhes essas longas e rectas avenidas que Haussmann expressamente abriera para o fogo de artilharia; usou-o para cobrir a sua retirada, da mesma maneira que os versalheses, no seu avanço, usaram as suas bombas, que destruíram pelo menos tantos edifícios como o fogo da Comuna. É matéria de discussão, mesmo hoje, a que edifícios foi posto fogo pela defesa e pelo ataque. E a defesa só recorreu ao fogo quando as tropas versalhesas já tinham começado o assassinio de prisioneiros em grande escala. — Além disso, a Comuna tinha dado muito antes pleno conhecimento público de que, se conduzida a extremos, ela se enterraria a si mesma sob as ruínas de Paris e faria de Paris uma segunda Moscovo, como o Governo da Defesa prometera fazer, mas apenas como um disfarce para a sua traição. Trochu tinha-lhe arranjado o petróleo para este propósito. A Comuna sabia que os seus adversários em nada se preocupavam com as vidas do povo de Paris, mas muito com os seus próprios edifícios em Paris. E Thiers, por outro lado, tinha-lhe dado conhecimento de que seria implacável na sua vingança. Assim que teve o exército pronto, de um lado, e que os prussianos fecharam a armadilha, do outro, proclamou: «Serei impiedoso! A expiação será completa e a justiça inflexível!» Se os actos dos operários de Paris eram vandalismo, era o vandalismo de defesa em desespero, não o vandalismo de triunfo como o que os cristãos perpetraram contra os tesouros de arte realmente inestimáveis da antiguidade pagã; e mesmo esse vandalismo foi justificado pelo historiador como um concomitante inevitável e comparativamente insignificante face à luta titânica entre uma sociedade nova que surge e uma antiga que sucumbe. Menos ainda era o vandalismo de Haussmann, arrasando a Paris histórica para dar lugar à Paris do visitante [*sightseer*]!

Mas a execução pela Comuna dos sessenta e quatro reféns, com o arcebispo de Paris à cabeça! A burguesia e o seu exército restabeleceram, em Junho de 1848, um costume que há muito tinha desaparecido da prática de guerra — a execução dos seus prisioneiros indefesos. Este costume brutal tinha tido desde então a adesão mais ou menos estrita dos supressores de todas as agitações

¹⁵¹Em Agosto de 1814, durante a guerra entre a Inglaterra e os EUA, as tropas inglesas, depois de terem tomado Washington, incendiaram o Capitólio (edifício do Congresso), a Casa Branca e outros edifícios públicos da capital.

Em Outubro de 1860, durante a guerra da Inglaterra e da França contra a China, as tropas anglo-francesas saquearam e depois incendiaram o Palácio de Verão, próximo de Pequim, riquíssimo conjunto de monumentos da arquitectura e da arte chinesas.

populares na Europa e na Índia, provando-se assim que ele constitui um real «progresso de civilização»! Por outro lado, os prussianos em França tinham restabelecido a prática de fazer reféns — homens inocentes que haviam de responder perante eles, com as suas vidas, pelos actos de outros. Quando Thiers, como vimos, desde o começo mesmo do conflito, pôs em vigor a prática humana de executar prisioneiros da Comuna, a Comuna foi obrigada, para proteger as suas vidas, a recorrer à prática prussiana de manter reféns. As vidas dos reféns haviam sido condenadas repetidas vezes pela execução continuada de prisioneiros por parte dos versalheses. Como poderiam eles ser poupados por mais tempo depois da carnificina com a qual os pretorianos¹⁵² de Mac-Mahon celebraram a sua entrada em Paris? Havia de ser feita uma mera simulação mesmo do último obstáculo à ferocidade sem escrúpulos de governos burgueses — o fazer reféns? O assassino real do arcebispo Darboy é Thiers. Repetidas vezes a Comuna tinha oferecido trocar o arcebispo, e ainda uma quantidade de padres, só por Blanqui, então nas mãos de Thiers. Thiers recusou obstinadamente. Ele sabia que com Blanqui daria uma cabeça à Comuna, enquanto o arcebispo serviria melhor o seu propósito sob a forma de cadáver. Thiers agia segundo o precedente de Cavaignac. Como não haviam Cavaignac e os seus homens de ordem, em Junho de 1848, de dar brados de horror, estigmatizando os insurrectos como assassinos do arcebispo Affre! Eles sabiam perfeitamente bem que o arcebispo fora executado pelos soldados da ordem¹⁵³. M. Jacquemet, o vigário-geral do arcebispo, presente no local, imediatamente depois tinha-lhes entregue o seu testemunho para esse efeito.

Todo este coro de calúnias que o partido da ordem nunca deixa, nas suas orgias de sangue, de erguer contra as suas vítimas, só prova que o burguês dos nossos dias se considera o sucessor legítimo do barão de outrora, que julgava honesta na sua própria mão toda a arma contra o plebeu, enquanto nas mãos do plebeu uma arma de qualquer espécie constituía em si um crime.

A conspiração da classe dominante para derrubar a revolução por uma guerra civil prosseguida sob o patrocínio do invasor estrangeiro — uma conspiração que traçámos desde o próprio 4 de Setembro até à entrada dos pretorianos de Mac-Mahon pela porta de Saint-Cloud — culminou na carnificina de Paris. Bismarck regozija-se ante as ruínas de Paris, nas quais viu, talvez, a primeira prestação dessa destruição geral de grandes cidades, que preconizava quando ainda um simples Rural na *Chambre introuvable* prussiana de 1849¹⁵⁴. Regojiza-se ante os cadáveres do proletariado de Paris. Para ele, isso não é só o extermínio da revolução mas a extinção da França, agora decapitada na realidade, e pelo próprio governo francês. Com a leviandade característica de todos os homens de Estado bem-sucedidos, ele só vê a superfície desse tremendo evento histórico. Quando é que, antes, exibiu a história o espectáculo de um vencedor que coroa a sua vitória fazendo-se não só o gendarme, mas o assassino a soldo do governo vencido? Não havia guerra entre a Prússia e a Comuna de Paris. Pelo contrário, a Comuna tinha aceite os preliminares de paz, e a Prússia anunciado a sua neutralidade. A Prússia não era, pois, beligerante. Ela desempenhou o papel de um assassino, de um assassino covarde porque não corre perigo; de um assassino a soldo porque estipula antecipadamente o pagamento da recompensa do seu crime, 500 milhões por

152Na Roma Antiga, os pretorianos eram uma guarda pessoal privilegiada do chefe militar ou do imperador; os pretorianos participavam constantemente em rebeliões e frequentemente elevavam ao trono os seus protegidos. Mais tarde a palavra «pretoriano» passou a designar o mercenarismo, os desmandos e o arbítrio da camarilha militar.

153Partido da Ordem: partido da grande burguesia conservadora criado em 1848; constituía uma coligação das duas facções monárquicas de França: os legitimistas e os orleanistas; de 1849 até ao golpe de Estado de 2 de Dezembro de 1851 ocupou uma posição dirigente na Assembleia Legislativa da Segunda República.

154Marx designa a câmara dos deputados prussiana de «chambre introuvable» (câmara impossível de encontrar), por analogia com a francesa (ver nota 164). A assembleia eleita em Janeiro-Fevereiro de 1849 era composta por uma «câmara dos senhores», da aristocracia privilegiada, e por uma segunda câmara, que resultava de um processo eleitoral em duas fases no qual só podiam participar os chamados «prussianos independentes». Bismarck, eleito para a segunda câmara, era nela um dos chefes do grupo Junker da extrema-direita.

ocasião da queda de Paris. E assim, por último, revelou-se o verdadeiro carácter da guerra ordenada pela Providência como um castigo da França, ímpia e debochada, pela pia e moral Alemanha! E esta violação sem paralelo da lei das nações — mesmo tal como era entendida pelos advogados do velho mundo — em vez de levar os governos «civilizados» da Europa a declarar delituoso o governo prussiano, mero instrumento do gabinete de Sampetersburgo, como fora da lei entre as nações, apenas os incita a considerar se as poucas vítimas que escaparam ao duplo cordão à volta de Paris não deverão ser entregues ao carrasco em Versalhes!

Que depois da guerra mais tremenda dos tempos modernos, as hostes vencedoras e vencidas tivessem de se irmanar para o massacre comum do proletariado — este evento sem paralelo indica, de facto, não, como pensa Bismarck, a repressão final de uma sociedade nova que se subleva, mas o desfazer-se em pó da sociedade burguesa. O esforço heróico mais elevado de que a velha sociedade ainda é capaz é a guerra nacional; e agora provou-se que isso é um mero embuste governamental destinado a diferir a luta de classes e a ser posto de lado logo que essa luta de classes rebenta em guerra civil. A dominação de classe já não é capaz de se disfarçar sob um uniforme nacional; os governos nacionais, contra o proletariado, formam *um!* I

Após o domingo de Pentecostes de 1871¹⁵⁵ não pode haver paz nem tréguas entre os operários de França e os apropriadores do seu produto. A mão de ferro de uma soldadesca de mercenários pode manter por algum tempo ambas as classes amarradas a uma opressão comum. Mas a batalha tem de irromper repetidamente em proporções crescentes e não pode haver dúvida acerca de quem, no fim, será o vencedor — os poucos que se apropriam ou a imensa maioria que trabalha. E a classe operária francesa é apenas a guarda avançada do proletariado moderno.

Enquanto os governos europeus testemunham assim, diante de Paris, do carácter internacional da dominação de classe, difamam a Associação Internacional dos Trabalhadores — a contra-organização internacional do trabalho contra a conspiração cosmopolita do capital — como a fonte principal de todos estes desastres. Thiers denunciou-a como o déspota do trabalho que pretende ser o seu libertador. Picard ordenou que todas as comunicações entre os internacionais franceses e os que estavam no estrangeiro fossem cortadas; o conde Jaubert, cúmplice mumificado de Thiers em 1835, declara que ela é o grande problema a extirpar por todos os governos civilizados. Os Rurais grunhem contra ela e toda a imprensa europeia se junta ao coro. Um honrado escritor francês¹⁵⁶, completamente estranho à nossa Associação, diz o seguinte:

«Os membros do Comité Central da Guarda Nacional, bem como a maior parte dos membros da Comuna, são os espíritos mais activos, mais inteligentes e mais enérgicos da Associação Internacional dos Trabalhadores;... homens que são profundamente honestos, sinceros, inteligentes, devotados, puros e fanáticos no *bom* sentido do termo.»

A mente burguesa tingida de polícia imagina naturalmente, para si mesma, a Associação Internacional dos Trabalhadores a agir à maneira de uma conspiração secreta, com o seu corpo central a ordenar, de tempos a tempos, explosões em diferentes países. A nossa Associação não é, de facto, senão o elo internacional entre os operários mais avançados nos vários países do mundo civilizado. Onde quer que seja, sob que forma e sob que condições for que a luta de classe ganhe qualquer consistência, só é natural que membros da nossa Associação estejam na primeira linha. O solo a partir do qual ela cresce é a própria sociedade moderna. Ela não pode ser esmagada pela maior das carnificinas. Para a esmagarem, os governos teriam de esmagar o despotismo do capital sobre o trabalho — a condição da própria existência parasitária que é a deles.

155O Domingo de Pentecostes de 1871 calhou no dia 28 de Maio.

156Provavelmente Robinet.

A Paris operária com a sua Comuna será sempre celebrada como o arauto glorioso de uma nova sociedade. Os seus mártires estão guardados como relíquia no grande coração da classe operária. E aos seus exterminadores, já a história os amarrou àquele pelourinho eterno donde todas as orações dos seus padres os não conseguirão redimir.

256, High Holborn, London,
Western Central, 30 de Maio de 1871.

NOTAS

I

«A coluna dos prisioneiros parou na Avenue Uhrich e foi formada em quatro ou cinco filas, no passeio em frente à estrada. O general marquês de Galliffet e o seu estado-maior apearam-se e começaram uma inspecção a partir da esquerda do alinhamento. Descendo lentamente e fitando as fileiras, o general parava aqui e ali, batendo no ombro de um homem ou acenando-lhe para sair pela retaguarda da fileira. Na maioria dos casos, sem mais palavras, o indivíduo assim escolhido era levado para o meio da estrada, onde uma pequena coluna suplementar era, desse modo rapidamente formada... Era evidente que havia considerável lugar para erro. Um oficial montado apontou ao general Galliffet um homem e uma mulher por qualquer ofensa particular. A mulher, precipitando-se para fora das fileiras, lançou-se de joelhos ao chão e, de braços estendidos, protestou a sua inocência em termos apaixonados. O general esperou por uma pausa e disse, então, com o rosto mais impassível e o porte imóvel: "*Madame, visitez todos os teatros de Paris, o seu jogo não terá qualquer efeito em mim*" ("*ce n'est pas la peine de jouer la comédie*")¹⁵⁷... Não era uma boa coisa, nesse dia, ser notavelmente mais alto, estar mais sujo, mais limpo, ser mais velho ou mais feio do que um dos vizinhos. Um indivíduo impressionou-me em particular porque ficou, provavelmente, a dever o seu rápido alívio dos males deste mundo ao facto de ter o nariz partido... Assim escolhidos mais de uma centena, destacou-se um pelotão de execução e a coluna retomou a sua marcha deixando aqueles atrás. Poucos minutos depois começava um fogo intermitente na nossa retaguarda e continuado por mais de um quarto de hora. Era a execução desses infelizes, sumariamente condenados.» — *Correspondente do «Daily News»*¹⁵⁸ em Paris, 8 de Junho.

Este Galliffet, «o chulo da própria mulher, tão famosa pelas suas exhibições sem vergonha nas orgias do segundo Império», era conhecido, durante a guerra, pelo nome de *Alferes Pistola* [*Ensign Pistol*] francês.

—
«O *Temps*¹⁵⁹, que é um jornal cuidadoso e não dado à sensação, relata uma história horrenda de pessoas mal fuziladas e enterradas ainda com vida. Um grande número foi enterrado na praça junto a Saint-Jacques-la-Boucherie, algumas delas muito superficialmente. Durante o dia, o ruído das ruas movimentadas impediu que se notasse alguma coisa; mas na tranquilidade da noite os moradores das casas da vizinhança foram acordados por gemidos distantes, e de manhã foi vista uma mão crispada saindo do solo. Em consequência disto foram ordenadas exumações... Que muitos feridos tenham sido enterrados vivos, não tenho a mais pequena dúvida. De um caso posso eu testemunhar. Quando Brunel foi executado com a sua amante, em 24 último, no pátio de uma casa da Place Vendôme, os corpos ficaram ali até à tarde do dia 27. Quando vieram os coveiros para remover os cadáveres, encontraram a mulher ainda com vida e levaram-na a uma ambulância. Apesar de ter recebido quatro balas, está agora fora de perigo.» — *Correspondente do «Evening Standard»*¹⁶⁰ em Paris, 8 de Junho.

157Em francês no texto: não vale a pena fazer comédia. (Nota da edição portuguesa.)

158 The Daily News (Notícias Diárias): jornal liberal inglês, órgão da burguesia industrial; publicou-se com este título em Londres entre 1846 e 1930.

159Le Temps (O Tempo): jornal francês de orientação conservadora, órgão da grande burguesia; publicou-se em Paris entre 1861 e 1943.

160The Evening Standard (O Estandarte da Tarde): edição vespertina do jornal conservador inglês Standard (Estandarte), fundado em 1827; publicou-se em Londres entre 1857 e 1905; mais tarde começou a ser publicado em separado.

II

A seguinte carta¹⁶¹ foi publicada no *Times* [de Londres] de 13 de Junho:

«Ao Director do *Times*:

«Exmo. Senhor — A 6 de Junho de 1871, M. Jules Favre enviou uma circular a todas as potências europeias, chamando-as a dar caça por toda a parte à Associação Internacional dos Trabalhadores. Poucas observações serão suficientes para caracterizar esse documento.

«No próprio preâmbulo dos nossos estatutos está indicado que a Internacional foi fundada "em 28 de Setembro de 1864, numa reunião pública realizada em St. Martin's Hall, Long Acre, Londres". Para fins que lhe são próprios, Jules Favre faz recuar a data da sua origem para antes de 1862.

«Com vista a explicar os nossos princípios, ele declara citar "a sua (da Internacional) folha de 25 de Março de 1869". E que cita ele, então? A folha de uma sociedade que não é a Internacional. A esta espécie de manobra já ele recorreu, quando, ainda relativamente jovem advogado, teve de defender o jornal Nacional, processado por Cabet por motivo de difamação. Fingia então ler extractos de panfletos de Cabet, quando lia interpolações da sua própria lavra — uma trapaça apresentada durante uma audiência do tribunal, o que, não fora a indulgência de Cabet, teria sido punido com a expulsão de Jules Favre do foro de Paris. De todos os documentos citados por ele como documentos da Internacional, nem um só pertence à Internacional. Diz ele, por exemplo:

«"A Aliança declara-se ateia, diz o Conselho Geral, constituído em Londres em Julho de 1869."

«O Conselho Geral nunca publicou um tal documento. Pelo contrário, publicou um documento¹⁶² que anula os estatutos originais da "Aliança" — *L'Alliance de la Démocratie Socialiste*¹⁶³, de Genebra, citada por Jules Favre.

«Por toda a sua circular, que finge também ser dirigida em parte contra o Império, Jules Favre repete contra a Internacional só invenções policiais dos procuradores públicos do Império, as quais se desmoronaram miseravelmente, mesmo perante os tribunais desse Império.

«É sabido que nas suas duas mensagens (de Julho e Setembro últimos) sobre a guerra recente, o Conselho Geral da Internacional denunciou os planos prussianos de conquista contra a França. Mais recentemente o Sr. Reitlinger, secretário particular de Jules Favre, pediu a alguns membros do Conselho Geral — em vão, obviamente — que fosse organizada pelo Conselho Geral uma manifestação contra Bismarck, a favor do Governo de Defesa Nacional; foi-lhes particularmente solicitado que não mencionassem a república. Foram feitos preparativos — certamente com a melhor das intenções — para uma manifestação respeitante à chegada prevista de Jules Favre a Londres malgrado o Conselho Geral, que, no seu manifesto de 9 de Setembro, tinha claramente prevenido os operários de Paris contra Jules Favre e os seus colegas.

«Que diria Jules Favre se a Internacional, por sua vez, enviasse uma circular sobre Jules Favre a todos os gabinetes da Europa, chamando a sua particular atenção para os documentos publicados em Paris pelo falecido M. Millière?

161 A carta foi escrita por K. Marx e F. Engels.

162Ver K. Marx, *A Associação Internacional dos Trabalhadores e a Aliança da Democracia Socialista*.

163Em francês no texto: A Aliança da Democracia Socialista. (Nota da edição portuguesa.)

«Seu servidor obediente,
«John Hales,
«Secretário do Conselho Geral
«da Associação Internacional dos Trabalhadores.»

256, High Holborn, London, Western Central, 12 de Junho.

Num artigo sobre «A Associação Internacional e os seus intentos», esse pio informador, o *Spectator*¹⁶⁴, de Londres (24 de Junho), cita entre outras trapaças similares, mais completamente mesmo do que Jules Favre, o documento atrás referido da «Aliança» como obra da Internacional — e isso onze dias depois da refutação que tinha sido publicada no *Times*. Não nos admiramos disso. Frederico, o Grande, costumava dizer que de todos os jesuítas os piores são os jesuítas protestantes.

*Escrito por Marx em Abril-Maio
de 1871.
Publicado sob forma de folheto
em Londres, em meados de Junho
de 1871, e em diversos
países da Europa
e nos Estados Unidos em 1871-1872.*

*Publicado segundo
o texto da terceira
edição inglesa
de 1871, confrontado com
o texto das edições alemãs
de 1871 e 1891.
Traduzido do inglês¹⁶⁵.*

164117

165Excepto as citações de proveniência francesa que traduzimos segundo o texto publicado em K. Marx e F. Engels, *Oeuvres choisies en trois volumes*, Editions du Progrès, Moscou, t. II, 1970. (Nota da edição portuguesa.)